



**O BRASIL
CONTRA A
PIRATARIA**

Julho de 2005



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA
Márcio Thomaz Bastos

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CNCP
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNCP
Márcio Costa de Menezes e Gonçalves

CONSELHEIROS:

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Embaixador Clodoaldo Huguency Filho
Embaixador Antonino Marques Porto e Santos

MINISTÉRIO DA CULTURA
Otávio Afonso dos Santos
Marcos Alves de Souza

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Ricardo Augusto Panquestor Nogueira
Jonas Santana Filho

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Silvio Souza da Silva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Ronaldo Lázaro Medina
Jorge Luiz Alves Caetano

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Marcio Heidi Suguieda
Sância Regina M. Ferrari

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - ABPI
Gustavo Starling Leonardos
Rodrigo Sérgio Bonan de Aguiar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE DISCOS - ABPD
Paulo Rosa Junior
Jose Eduardo Garcia Rajo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOTWARE - ABES
André de Almeida
Paulo Milliet Roque

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - ADEPI
Carlos Alberto Camargo

CONATED
Eduardo Salles Pimenta

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DIREITOS REPROGRÁFICOS - ABDR
Enoch Bruder
Dalton Spencer Morato Filho

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL -ETCO
Emerson Kapaz
Milton Cabral

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Francisco Carlos Matos Félix
Marcelo Silva Pontes

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Francelino Lamy de Miranda Grandó
Marylin Peixoto da Silva Nogueira

SENADO FEDERAL
Humberto Lucena Pereira da Fonseca
Leonardo Garcia Barbosa

POLÍCIA FEDERAL
Valquíria Souza Teixeira Andrade
Marco Aurélio Pereira de Moura

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Hélio Cardoso Derenne
José Altair Gomes Benites

1ª Edição: 2005

**EDIFÍCIO SEDE, 3º ANDAR, SALA 313 - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
70064-900 - BRASÍLIA-DF**

Brasil.
[Combate à pirataria]

O Brasil contra a Pirataria - 1ª Edição - Brasília: Ministério da Justiça,
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, 2005

ORGANIZAÇÃO:

**MÁRCIO COSTA DE MENEZESE GONÇALVES
ALEX CANUTO DE SÁ CUNHA
RAFAEL GARCIA PEREIRA BELLINI**

AGRADECIMENTOS:

SÉRGIO TORRES, MAGDA VOLPE, DONALD HAMÚ, ANA LÚCIA GOMES, MICHAEL XAVIER, EURÍDES BRANQUINHO, CHRISTINA ABELHA, PAULO GARCIA, ANDRÉ BARCELLOS, MARCOS WEST, PAULO MACHADO, PAULO PIRES, SYLVIO RÔMULO, DANIEL GOLDBERG, RICARDO MORISHITA, BÁRBARA ROSENBERG, JORILSON RODRIGUES, CARLSON DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO CORREA, CÍCERO BARROZO, LUIZ CARLOS MAGALHÃES, ROBSON ROBIN, EMBAIXADOR OSWALDO PORTELLA, OTÁVIO BRANDELLI, JOÃO CARLOS STORTI, HENRIQUE CHOER, SÂNCIA FERRARI, MINISTRO GILSON DIPP, ROBERTO BANDEIRA, MAURO RENNER, ARAÚJO, LILIAN PINHO, MARCO RIBEIRO, MAURO DE BRITO, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, GILBERTO BUSS, JAIR VIDAL, GIOVANNI DI MAMBRO, ALEXANDRE CRUZ, ROBERTO GIANNETTI, RAFAEL BENKE, THOMAZ ZANOTTO, CAROLINE RANZANI, SOLANGE MATA, ELIANE ABRÃO, JANICE FAIR, LUDMILA GUIMARÃES, VALDEMAR RIBEIRO, ADELI SELL, e outros que vêm contribuindo diariamente para o sucesso dos nossos trabalhos.

O BRASIL CONTRA A PIRATARIA.

Anos de 2003, 2004 e 1º semestre de 2005.

Introdução	7
Ano de 2003	11
1. Aspectos legislativos	12
2. Aspectos institucionais	14
3. Ações repressivas	18
4. Cooperação internacional	20
CPI da Pirataria	21
Ano de 2004	25
1. Aspectos legislativos	26
2. Aspectos institucionais	27
3. Ações repressivas	32
4. Conscientização da opinião pública	35
5. Cooperação internacional	35
O Conselho Nacional de Combate à Pirataria	37
Ano de 2005 - primeiro semestre	39
Relação das ações priorizadas	44
Progressos obtidos	55
Algumas conclusões	85
Notícias divulgadas pela mídia em 2005	87

O BRASIL CONTRA A PIRATARIA

Introdução:

O presente relatório tem por objetivo consolidar informações relativas ao COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL, tratando das atividades desenvolvidas pelos entes públicos e privados, em um esforço conjunto de proteção e valorização da Propriedade Intelectual, através das principais ações ocorridas nos anos de 2003, 2004 e primeiro semestre de 2005.

Atualmente, o combate à pirataria é uma realidade como política pública no Brasil, em diferentes frentes de atuação: legislativa, institucional, repressiva, educacional e internacional. Alguns marcos merecerão destaque por sua importância neste processo de enfrentamento aos crimes contra a Propriedade Intelectual, como os trabalhos da CPI da Pirataria e a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP.

Organizado pela Secretaria-Executiva do CNCP, este documento traça os esforços que vêm sendo realizados pelo Poder Público e pelas entidades civis organizadas, em uma verdadeira guerra contra as organizações criminosas que financiam as atividades da pirataria, e que geram enormes perdas à economia mundial. Há compreensão de que grandes grupos de máfias internacionais financiam os crimes da pirataria e da falsificação, sendo o Brasil, também, vítima da internacionalização destes crimes. O problema é bem mais grave do que aparenta ser.

A atitude firme adotada pelo Governo brasileiro, ao enfrentar com todo o rigor os crimes contra a Propriedade Intelectual, já traz resultados de apreensões bastante positivos, principalmente nas recentes ações encabeçadas pelos Órgãos Federais. Deve-se ter em mente, no entanto, que a solidificação do Plano Nacional Brasileiro de Combate à Pirataria dependerá da manutenção de esforços permanentes e contínuos.

Grandes desafios estão por vir, no que pese a evolução já notada nestes primeiros seis meses de trabalhos do CNCP. Um grande desafio será levar a cultura do enfrentamento da pirataria aos Estados e Municípios. Desafio de igual importância será o convencimento dos consumidores acerca das mazelas econômicas e sociais trazidas pela pirataria.

A falsificação de medicamentos, preservativos, bisturis, peças de automóveis, brinquedos, perfumes, óculos, tênis e outros tantos, afetam a saúde pública – a vida das pessoas –, possuindo um aspecto ético e moral perverso, e que deveria causar repulsa na sociedade. Aqueles que adquirem produtos piratas acabam, sem saber, financiando as atividades do crime organizado.

Recentes apreensões realizadas pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal, em parceria com a Receita Federal, atestam o envolvimento de grupos extremamente perigosos, responsáveis pela importação, fabricação, transporte e distribuição de produtos piratas em nosso território. Grandes apreensões revelam que juntamente com produtos piratas são transportados drogas, armamentos e munições, em sinal evidente de ligações entre os agentes da pirataria com os agentes do crime organizado internacional.

Por ser um crime presente em todos os países, a cooperação internacional é fundamental. As economias de todos os países do mundo acabam sendo vítimas da pirataria. As constantes trocas de informações com terceiros países têm se demonstrado um importante avanço das autoridades brasileiras no trato do tema.

Partiremos para as informações consolidadas, relativas às ações de combate à pirataria adotadas nos anos de 2003, 2004 e primeiro semestre de 2005. Tem-se por intenção a atualização dos dados aqui contidos, através de periódicos semestrais.

Não poderíamos deixar de agradecer todo o apoio recebido pelo Excelentíssimo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, bem como o envolvimento e participação de todos os Conselheiros e da equipe administrativa do CNCP, sem os quais os resultados aqui expressados não seriam atingidos.

Brasília, julho de 2005.

Luiz Paulo Teles Barreto
Presidente do CNCP

Márcio Costa de Menezes e Gonçalves
Secretário-Executivo do CNCP

Ministério da Justiça
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
Biênio 2005/2006.

Anos de 2003, 2004 e 1º semestre de 2005

ANO DE 2003:

Podemos afirmar que no ano de 2003 grandes esforços organizados foram adotados para o enfrentamento da pirataria. É muito difícil precisar o momento exato em que a pirataria invadiu o Brasil e, mais ainda, demarcar o momento em que ela despontou como atividade de impacto econômico significativo, uma vez que passou a ser encarada como um problema de Estado apenas quando foi, aos poucos, tomando proporções não desprezíveis, e passou a representar sérios prejuízos ao Governo e aos setores industriais. Por isso, a compilação de dados referentes ao ano de 2003, em alguns casos, se utiliza também de informações referentes aos anos imediatamente anteriores, quando existentes, como forma de contextualizar a ação.

O primeiro passo na definição do problema e na delimitação da amplitude das políticas públicas que incidirão sobre ele, foi a constatação de que o Brasil nunca foi um grande produtor de produtos piratas, e nem o é. A produção em larga escala, aquela que é vinculada ao crime organizado, normalmente ocorre no exterior e entra ilegalmente no mercado interno.

Não obstante, a respectiva cadeia de distribuição desses produtos conta com a participação de brasileiros em diversos postos-chave. Esse fator, aliado ao fato de que, independente da nacionalidade dos agentes, o Brasil acaba sendo o grande prejudicado com a ação dos piratas dentro de seu território – sob vários aspectos, tais como evasão fiscal, desincentivo à produção intelectual, atração de investimentos, combate ao crime organizado, defesa do consumidor, entre outros – fez com que fossem concretizadas as ações abaixo.

Retrospectiva das ações de repressão às mercadorias piratas – 2003:

- Conforme dados da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES), em 2003 o número de CDs apreendidos e de ações policiais aumentou 230% e 133%, respectivamente, em relação ao ano de 2002;
- segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Discos - ABPD, em 2003, foram apreendidos mais de 17.000.000 de CDs de música no Brasil. Em 2002, o número havia sido 12.500.000;
- passou-se a aplicar com maior rigor a Instrução Normativa nº 38, da Secretaria da Receita Federal, que conferiu às autoridades aduaneiras brasileiras competência para verificar, no Porto de Paranaguá, as cargas em trânsito ao Paraguai ou vindas daquele país;

- no setor audiovisual, a Associação de Defesa da Propriedade Intelectual - ADEPI acompanhou a realização de 86 prisões em flagrante, por pirataria e 14 condenações. Foram desativados 97 laboratórios clandestinos que produziam VHS e CDs de filmes piratas.

Ações de caráter normativo:

- com a adoção da Lei 10.695/03 foi incrementada a pena mínima para violações de direitos autorais e facilitados os procedimentos relativos à apreensão e destruição de produtos piratas;
- pela Lei 10.833/03, as autoridades aduaneiras foram autorizadas a apreender veículos de transporte que contivessem mercadorias piratas.

Ambas as leis são resultado de propostas do Governo, elaboradas com o apoio e subsídios de representantes do setor privado, interessados na matéria.

Ações de caráter institucional:

- no âmbito federal, o Governo começou a trabalhar em proposta de incremento da coordenação interministerial no combate à pirataria;
- por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Governo Federal apoiou e destinou recursos orçamentários para pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias antipirataria;

Ações de educação e conscientização:

- foi inserida a disciplina “Propriedade Intelectual” no currículo da Academia da Polícia Federal, em Brasília – proposta que foi fruto do trabalho do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria – CICP;
- por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Governo brasileiro anunciou recursos para a implementação de parcerias com a iniciativa privada com vistas à disseminação de uma cultura de proteção à Propriedade Intelectual no País.

1. ASPECTOS LEGISLATIVOS:

Todo esse movimento de combate à pirataria começou a ser impulsionado pela modernização da legislação de Propriedade Intelectual e, se quisermos estabelecer um marco inicial para esse movimento, certamente será a edição da Lei da Propriedade Industrial - LPI (9.279/96), da Lei dos Cultivares (9.456/97), da Lei dos Direitos Autorais e Conexos (9.610/98) e da Lei de Softwares (9.609/98), legislação moderna e adaptada à nova realidade tecnológica de distribuição e divulgação de obras com conteúdo intelectual, adaptando a legislação nacional aos termos do TRIPS.

Além disso, o Brasil implementou os compromissos do Acordo TRIPS antes do final do prazo de transição previsto para os países em desenvolvimento no artigo 65.2 do Acordo (ano 2000) e, em alguns casos, estabeleceu na legislação nacional matéria substantiva “TRIPS PLUS”, em matéria autoral. Dentre os dispositivos de caráter TRIPS PLUS incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, cabe mencionar:

- (a) O prazo de proteção dos direitos patrimoniais (arts. 41 e 44, Lei 9.610/98), é de 70 anos, quando no TRIPS o prazo é de 50 anos (art. 12);
- (b) Enquanto pelo TRIPS o direito de autorizar o aluguel deverá ser concedido, pelo menos, para programas de computador e obras cinematográficas (art.11, Lei 9.610/98), a lei brasileira concede o direito de aluguel a todos os bens protegidos por direitos autorais, inclusive obras fonográficas (art.29);
- (c) A Lei 9.610/98 confere aos produtores de fonogramas direitos exclusivos para autorizar, ou proibir, não apenas a reprodução direta ou indireta dos fonogramas, mas também a distribuição por meio da venda ou locação; a comunicação ao público por meio da execução pública; e por quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas. O TRIPS, por sua vez, dispõe apenas que “*os produtores de fonogramas gozarão do direito de autorizar ou proibir a reprodução direta ou indireta de seus fonogramas*”.

Seguindo a linha de aperfeiçoamento dos mecanismos legais de proteção à Propriedade Intelectual, em 2003 foram editados novos textos legais, tornando a legislação brasileira mais rígida e implacável com os delitos nessa área, entre as quais, podemos destacar:

Lei 10.695/03:

de 1º de julho de 2003, alterou disposições dos Códigos Penal (CP) e de Processo Penal (CPP), com vistas a dar maior rigor no combate à pirataria.

Dentre as disposições relevantes, merecem destaque:

- a) O *caput* do artigo 184, do Código Penal, foi modificado para incluir expressamente os direitos conexos;
- b) Ao definir o crime do artigo 184 do Código Penal como “*reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, (...)*” a Lei 10.695/03 ampliou o escopo do crime para alcançar igualmente a violação de direito autoral ou conexo sem finalidade comercial direta. A tipificação do comportamento com intuito de lucro indireto permitiu interpretação mais ampla, por exemplo, para a pirataria na Internet;
- c) A *distribuição* não autorizada do produto objeto de direito de autor, ou conexo, passou a figurar como crime, por força da nova redação do parágrafo §2º, do artigo 184, do Código Penal;

- d) O parágrafo 1º do artigo 184 do Código Penal foi modificado para dar maior abrangência quanto à forma de violação. O texto anterior à Lei 10.695/03 previa “*reprodução por qualquer meio*”, que foi substituída pela expressão “*qualquer meio ou processo*”, dando maior alcance à norma penal;
- e) O Código Penal passou a contar com disposição expressa (CP, art. 184, §3º) sobre crime de oferecimento ao público, sem autorização, de obra protegida, por intermédio de cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema;
- f) O aumento da pena *mínima* para 2 anos – para a violação de direitos autorais e conexos visou, além do maior rigor da penalidade, retirar o crime da categoria de crime de menor potencial ofensivo, acabando com a possibilidade existente anteriormente, da suspensão condicional do processo por dois anos, com possibilidade de extinção de punibilidade, mediante aplicação da lei dos juizados especiais (Lei 9.099/95);
- g) As autoridades policiais passaram a ter poder para realizar busca e apreensão sobre todas as mercadorias ilícitas encontradas (CPP, art. 530-B), e não apenas sobre quantidade suficiente para a realização de perícia, como ocorria anteriormente;
- h) Ressalvada a possibilidade de preservar o corpo de delito, o juiz passou a ter autoridade para determinar a destruição dos bens ilícitos apreendidos desde o início do processo, quando, por exemplo, a ação penal não puder ser iniciada por falta de determinação de quem é o autor do delito (CPP, art. 530-F);
- i) As associações de titulares de direitos autorais passaram a ter prerrogativa para atuar como assistentes de acusação, o que anteriormente era exclusividade da parte lesada (CPP, art. 530-H).

Foi justamente com base na lei 10.695/03 que foi realizada a detenção de infratores que vendiam arquivos de música pela Internet. Na avaliação de um renomado escritório, ligado à Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI, “*a contribuição dos novos dispositivos legais penais, portanto, é de suma importância para o combate à violação dos direitos de autor e conexos e, quiçá, seja uma forma de coibir as práticas que infringem esses direitos no País*”. Além disso, “*tais dispositivos acrescentam uma efetividade muito maior ao combate à pirataria, desburocratizando o procedimento, garantindo agilidade e maiores resultados*”¹.

2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS:

No âmbito federal, a repressão à pirataria vinha sendo realizada, sobretudo, por:

- a) Polícia Federal; b) Secretaria da Receita Federal; c) Polícia Rodoviária Federal; d) Ministério Público Federal.

¹ FABBRI MORO, Maitê Cecília et alii. Lei 10.695/03: Alterações Relativas aos Crimes contra o Direito de Autor e Conexos. In Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual nº 70, Rio de Janeiro, maio/junho de 2004.

No âmbito dos Estados da Federação, a repressão à pirataria vinha sendo realizada por: a) Polícias Estaduais; b) Ministério Público dos Estados.

Até o ano de 2002, as ações de segurança pública nessa área eram feitas de forma dispersa, sem integração entre a União e os Estados e estes entre si. Também não havia experiências significativas de trabalho articulado com Municípios.

A partir de 2003, o Governo Federal iniciou, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), agindo como indutora e articuladora das políticas públicas a respeito da matéria. Com a implementação do Plano de Segurança Pública para o Brasil, iniciou-se uma nova fase na segurança pública do país, em que a SENASP passou a exercer o papel de coordenadora da Política Nacional de Segurança Pública.

O principal objetivo foi criar um ambiente favorável para implantação do SUSP, logrando a adesão de todos à política nacional. O SUSP foi criado com o objetivo primordial de promover a integração efetiva de todos os agentes de segurança pública no enfrentamento da violência e da criminalidade, por meio da padronização nacional de procedimentos e equipamentos, que possibilitou o compartilhamento dos bancos de dados, uniformização de técnicas operacionais e integração de projetos sociais focados em áreas de grande incidência criminal e baixo desenvolvimento humano.

Atuação do Poder Executivo:

O combate à pirataria passou a ser uma preocupação constante nas diferentes esferas de competência do Governo brasileiro. Não apenas através de operações policiais e alfandegárias de apreensão de produtos pirateados, como também esforços em diferentes instâncias, como a constituição de grupos de trabalho sobre assuntos correlacionados, o encaminhamento de propostas institucionais e legislativas e as diferentes ações de coordenação e treinamento.

Comitê Interministerial de Combate à Pirataria:

O Comitê foi criado em 2001, formado por representantes dos Ministérios da Justiça; Relações Exteriores; Fazenda; Ciência e Tecnologia; Cultura e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A Secretaria- Executiva do Comitê era exercida pela SENASP, e a Vice-Presidência pela Polícia Federal.

Dentre as competências do CICIP, encontrava-se o desenvolvimento de banco centralizando dados estatísticos de repressão à pirataria no Brasil. A partir de informações coligidas com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, foi concluída a fase de projeto do Sistema Nacional de Dados Estatísticos e Repressão à Pirataria – SENARP, com base nos sistemas já existentes para o controle estatístico de armas e drogas.

Atuação do Ministério Público:

As Procuradorias de Justiça (mais altas instâncias estaduais do Ministério Público) de vários Estados da Federação criaram, cada qual no âmbito de sua jurisdição, um Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (GAECO), que serviu para centralizar a atividade da instituição no campo da luta contra o crime, na medida em que os Promotores que compõem o Grupo se especializaram no assunto. Muitas operações de apreensão de mercadorias piratas contaram com a colaboração dos GAECO's dos Estados.

Os Grupos Estaduais, por sua vez, estão interligados por meio do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOOC), órgão composto por 26 Ministérios Públicos Estaduais, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e Ministério Público do Trabalho. O Órgão foi criado com a finalidade de combater crimes como lavagem de dinheiro, adulteração de combustíveis e pirataria. Em 2003, o GNCOOC coordenou a ação antipirataria em âmbito nacional, que resultou em apreensões em vários Estados.

Alguns exemplos de combate à pirataria em nível estadual:

Rio de Janeiro – Em julho de 2003, a Secretaria de Segurança Pública, em conjunto com empresas do setor de direitos autorais, criou a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIIM).

Rio Grande do Sul – A Prefeitura de Porto Alegre celebrou convênio, em 17/7/03, com entidades representantes de setores de direitos autorais (ADEPI, BSA e APDIF), para traçar políticas municipais de combate à pirataria. Nesse sentido, constituem objetivos do referido Convênio, que, desde sua implementação tem demonstrado resultados satisfatórios: o incentivo e capacitação da fiscalização por parte das autoridades municipais; a criação de forças-tarefa entre os diversos Órgãos da Administração pública; a aplicação de sanções administrativas aos infratores; a informação da população sobre a nocividade do crime de pirataria; a redução da oferta de bens piratas no mercado, entre outros.

Treinamento de agentes públicos:

Os agentes públicos passaram a receber, de forma constante, treinamento específico na área de Propriedade Intelectual, seja em eventos realizados por Órgãos públicos, seja por instituições privadas. Abaixo, alguns dos eventos ocorridos em 2003:

18/03/03 - Treinamento promovido pela ESA/ABES - Entertainment Software Association e Associação Brasileira das Empresas de Software para agentes da Receita Federal a respeito de contrafação em videogames para o público interno, em São Paulo.

25/03/03 - Seminário sobre falsificação de marcas, para agentes da Receita Federal, em Fortaleza.

01/04/03 - Combate á importação de produtos falsificados por violação à Propriedade Industrial realizado pela Philips do Brasil, em Recife.

09 e 10/04/03 - Programa de Treinamento e Seminário às Alfândegas - "Falsificação de Marcas", em Santos, Estado de São Paulo.

01 e 02/10/03 - Seminário e treinamento sobre falsificações de marcas, para agentes da Receita Federal, São Paulo.

09 a 17/10/03 - "Curso Acadêmico sobre a proteção de Direito de Autor e Direitos Conexos", promovido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, realizado em Lima - Peru, e cursado por servidor da Gerência de Direito Autoral da Secretaria de Políticas Culturais - GDA/SPC/MinC.

14 a 15/10/03 - Seminário de Combate à Pirataria para Oficiais de Alfândega (patrocinado pela Organização Mundial de Aduanas), Rio de Janeiro.

27/10 a 16/11/03 - "Seminário inter-regional sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos", realizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, em Genebra - Suíça, que contou com a participação do Gerente de Direito Autoral da SPC/MinC.

10/11/03 - Curso de Capacitação de Peritos Criminais, com vistas ao ensino da elaboração de laudos periciais sobre pirataria audiovisual (promovido pela ADEPI), em Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais.

3. AÇÕES REPRESSIVAS:

Operações de combate à pirataria – Período 2003-2004:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL:

Para se ter uma noção exata das estatísticas policiais, é preciso considerar os enquadramentos no artigo 334 (contrabando e descaminho) do Código Penal, e no artigo 184 (crime contra os direitos autorais e conexos). Nesse sentido, durante o período de julho/2003 a 26 de agosto/2004 o Departamento de Polícia Federal instaurou 6.910 inquéritos policiais, tipificados nos artigos mencionados.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL:

A Receita Federal destruiu, no ano de 2003, mercadorias piratas (em violação a direitos autorais) no montante equivalente a R\$ 14.323.504,87. Apenas na fronteira com o Paraguai, a Receita apreendeu, de janeiro a novembro/03, 1.559.334 CDs virgens (que incluem CDR e DVDR), 107.176 VHS virgens e 256 VHS gravados.

DADOS DAS ENTIDADES PRIVADAS:

Conforme a ABPD, o número de apreensões de CDs, em 2003, foi superior a 17 milhões de unidades; em 2002, o número atingiu cerca de 12,5 milhões. No ano de 2003, 142 pessoas foram presas em flagrante.

A ADEPI informou que, em 2003, foram apreendidas 254.230 fitas VHS e 129.539 VCDs. A ADEPI acompanhou 2.510 batidas policiais que resultaram na apreensão de material audiovisual pirata.

Entre janeiro e novembro de 2003, foram realizadas cerca de 1.000 ações de busca e apreensão contra usuários e vendedores de softwares piratas no Brasil. As ações promovidas pelo setor privado, com apoio das autoridades públicas, motivaram o início de 180 ações judiciais, das quais resultaram condenações da ordem de R\$ 7 milhões, a título de indenizações.

Exemplos de atividades repressivas: Operações de combate à pirataria foram conduzidas rotineiramente em todo o país, muitas das vezes em conjunto com o setor privado. Abaixo estão alguns exemplos de apreensões ocorridas no segundo semestre de 2003²:

² Fonte: ADEPI e noticiário de imprensa.

19/6/03. A Polícia Civil e a Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal apreenderam 40.000 CDs em Taguatinga;

18/7/03. Durante a “Operação Pirataria”, a Delegacia de Investigações Gerais (DIG) da Seccional de Campinas, com o apoio da Polícia Militar, apreende cerca de 200 mil CDs e DVDs piratas naquele município. O material, que também incluía equipamentos de informática, foi avaliado em R\$ 1 milhão;

25/8/03. Prisão no Paraná de distribuidor de MP3 por Internet;

6 a 10/10/03. A “Operação Gancho”, ocorrida no Paraná, resultou na apreensão de quase 150.000 CDs piratas, em seis municípios (Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina e Ponta Grossa), e na prisão de 7 pessoas. A operação foi coordenada pelo Ministério Público Estadual, com participação da Receita Estadual, Receita Federal, Polícia Militar e Polícia Federal;

11 e 12/10/03. A Polícia Civil de Pernambuco realizou a maior apreensão de CDs piratas do ano, em Caruaru: 420.000 CDs falsificados e 85.000 CDs virgens. Como resultado da operação, 17 pessoas foram presas em flagrante;

19/10/03. O Grupo de Atuação de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), integrado pelo Ministério Público Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar, apreendeu aproximadamente 50.000 CDs em Campo Grande;

10/11/03. Fechamento do maior site de distribuição pirata do Brasil (www.hotwarez.com.br);

20/11/03. Em operação em São Paulo, envolvendo as polícias Civil, Militar, Federal, a Receita Federal, a Secretaria de Fazenda, a Secretaria Municipal da Segurança Pública, o Ministério Público e a Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES) apreende, na rua 25 de março, diversos produtos piratas, que encheram 30 caminhões;

28/11/03. Destruição de 10.000 CDs piratas em Fortaleza, com a presença do Governador Lúcio Alcântara;

03/12/03. Dia Nacional de Combate à Pirataria – destruição de 530 mil CDs piratas apreendidos em uma operação conjunta envolvendo as polícias Civil e Militar de São Paulo e do Distrito Federal e, também, a Polícia Militar Rodoviária Federal. O evento foi realizado em frente à rampa do Congresso Nacional, com a participação do Ministro da Cultura, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados, do líder do Governo no Senado, de vários parlamentares, representantes da classe artística e empresários de segmentos que são alvo da pirataria.

03/12/03. Delegacia de Investigações Gerais, de Presidente Prudente, apreendeu 11.000 CDs piratas;

09/12/03. Operação “Trânsito livre” (Paraná) – resultou na prisão de 49 acusados de envolvimento com o crime organizado na região de Foz do Iguaçu;

Seminários e outros eventos ocorridos a partir de outubro de 2003:

6-7/10/03 – Seminário Nacional “Comércio ilegal: implicações e alternativas”, promovido pelo Partido dos Trabalhadores, Brasília;

18 a 20/10/03 – “Congresso Internacional da Propriedade Intelectual no Mercosul e ALCA”, promovido pela Associação Paulista de Propriedade Intelectual – ASPI, realizado em Águas de Lindóia - SP.

22 e 23/10/03 – “Fórum Nacional sobre Direitos de Propriedade Intelectual dos Criadores Visuais e a Gestão Coletiva”, promovido pela Associação Brasileira dos Direitos de Autores Visuais – AUTVIS, em São Paulo - SP.

29-31/10/03 – “Seminário sobre Repressão à Pirataria no Distrito Federal - DF”, organizado pela Secretaria de Segurança Pública do DF, em parceria com o GT contra a Pirataria, da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Brasília;

25/11/03 – “Seminário sobre Pirataria”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo;

19-20/12/03 – “I Simpósio jurídico sobre pirataria e sonegação fiscal”, promovido pelo Grupo Acadêmico de Pesquisa em Propriedade Intelectual), Porto Alegre;

4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O COMBATE À PIRATARIA:

Convênio Brasil-Paraguai para Evitar a Bi-Tributação em Matéria de Imposto de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras:

Referido instrumento foi assinado ainda em 2002 e contém dispositivos que disciplinam o regime de livre trânsito aduaneiro de mercadorias (e de Depósito Franco), estabelecendo restrições com relação a determinadas mercadorias para sua admissão em tal regime aduaneiro.

O Convênio inovou ao prever que as autoridades aduaneiras do Estado concedente do regime de trânsito aduaneiro (e de Depósito Franco) pudessem submeter as respectivas cargas, objeto de importação ou de exportação, à verificação física para comprovação do conteúdo declarado, segundo critérios de seletividade e análise de risco.

O referido Convênio foi aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 972, de 16/12/2003. Para a ratificação e entrada em vigor do instrumento, aguardava-se a correspondente aprovação do Convênio pelo Poder Legislativo do Paraguai.

CPI DA PIRATARIA; UMA MUDANÇA DE RUMO:

Dentro da onda de conscientização e mobilização da sociedade para o problema da pirataria, a principal iniciativa implementada no ano de 2003 foi, sem dúvida, a CPI da Pirataria, criada na Câmara dos Deputados, com a finalidade de investigar aspectos da pirataria e da sonegação fiscal no Brasil. A CPI encerrou seus trabalhos em 11 de agosto de 2004 com a apresentação de seu relatório final. No dia seguinte, membros da CPI da Pirataria foram recebidos pelo Presidente da República, que determinou ao Ministro da Justiça a adoção das medidas pertinentes relativas ao relatório daquela CPI.

O êxito alcançado pela CPI da Pirataria deveu-se, em grande medida, ao comprometimento dos Deputados Federais que a compuseram, merecendo também destaque, a atuação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal, que foram solenemente homenageados pelos membros da CPI na cerimônia de encerramento das atividades da Comissão. A participação do setor privado organizado também merece ser destacada, muito contribuindo para o sucesso daquela Comissão Parlamentar.

O relatório da CPI sugeriu ações nos âmbitos institucional e legislativo. Dentre as primeiras, a CPI recomendou a substituição do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria por Órgão que se ocupasse de incrementar a coordenação dos Órgãos públicos atuantes na repressão à pirataria. O relatório e a riqueza de dados apresentados viriam, posteriormente, a servir de base para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Pirataria, já sob a égide do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual.

A CPI da Pirataria também apresentou algumas propostas legislativas referentes ao tema, que vieram a se somar aos esforços que o Poder Executivo já vinha desempenhando na negociação de parte significativa dos conteúdos legais propostos. Aliás, a própria Lei no 10.695, de 2003, na área de Direitos do Autor e Conexos, e o esforço e definição de urgência na aprovação de medida similar em matéria de direitos de Propriedade Industrial foram, também, resultados da atuação do Governo Federal. Nesse sentido, o conteúdo produzido pelo Poder Legislativo foi acoplado ao acúmulo de discussão e experiências já reunidas por diversas instâncias do Governo Federal.

Ademais, congressistas brasileiros participaram de discussões internacionais sobre pirataria. O Vice-Presidente da CPI da Pirataria, Deputado Júlio Lopes, por exemplo, participou de eventos promovidos por instituições internacionais, em vários países. Nesse sentido, além de ter sido convidado para tomar parte em evento promovido por parlamentares norte-americanos e europeus para discutir pirataria (em Dublin, 06/04/04), o Deputado Federal participou do “First Global Congress on Combating Countefeiting”, (Bruxelas, 25-26/05/2004), promovido pela INTERPOL e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual, e, posteriormente, da 63a Assembléia Geral da INTERPOL, em Cancún.

Resultados da CPI da Pirataria:

Além de apresentar uma das primeiras compilações de dados consolidados sobre a questão da pirataria, e diversas sugestões em matéria legislativa, uma das conseqüências mais visíveis de todo o trabalho foi o começo da identificação e desarticulação das máfias internacionais envolvidas, culminando com a prisão de algumas pessoas acusadas de serem peças-chave do esquema, como o chinês naturalizado brasileiro, Law Kin Chong, além de Eleutério da Silva (o Lobão).

Entre as sugestões e recomendações apresentadas pela CPI da Pirataria, muitas delas se mostraram como sendo de total convergência com as ações que já vinham sendo realizadas pelo Governo Federal, a saber:

- a) As pessoas identificadas no relatório da CPI como possíveis indiciados pela prática de crimes e irregularidades contra os Direitos Autorais foram devidamente investigados pela Polícia Federal e pela Secretaria da Receita Federal;
- b) A proposta de substituição do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria foi acatada pelo Governo brasileiro e culminou na concepção e criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual;
- c) A recomendação de estabelecimento de um plano nacional de combate à pirataria também foi acatada e colocada a cargo do CNCP que viria a ser criado logo em seguida, entre cujas atribuições estava a elaboração de tal plano;
- d) Quanto à sugestão de revisar acordos internacionais sobre a utilização dos entrepostos de depósitos francos em Santos e Paranaguá, o Brasil aprovou pelo Decreto Legislativo nº 972, de 16/12/2003, o Convênio Brasil-Paraguai para Evitar a Bi-Tributação em Matéria de Imposto de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, que trata da matéria.
- e) No que se refere aos diferentes projetos de lei resultantes da CPI da Pirataria, o Poder Executivo já vinha adiantando e negociando parte significativa dos conteúdos legais propostos, com vistas a conciliar, aprimorar e dar maior celeridade às propostas legislativas, tendo em vista a atenção especial dada pelo Poder Legislativo ao tema combate à pirataria e à contrafação.

Em suma, as importantes ações adotadas pelos agentes públicos, em parceria com as entidades privadas organizadas, no decorrer do ano de 2003, inauguraram uma nova ótica pela qual a pirataria passou a ser observada. A CPI da Pirataria é tida como um marco da construção e evolução de uma política pública voltada à observância e proteção aos direitos da Propriedade Intelectual. Os Deputados Federais que participaram dos seus trabalhos merecem nossa homenagem e agradecimento. Além dos Deputados já mencionados, merecem elogios o Deputado Josias Quintal, relator da CPI, o Deputado Medeiros, Presidente da CPI, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Júlio Semeghini e o Deputado Rubinelli, entre outros.

Frente Parlamentar de Combate à Pirataria:

Paralelamente à CPI da Pirataria, foi criada, também, a Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, em setembro de 2003, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Trata-se de órgão suprapartidário, composto por 197 parlamentares, com a finalidade de dar permanência ao empenho dos congressistas no combate à pirataria e coordenar posições com respeito ao tema, sobretudo no que concerne ao andamento de projetos de lei com vistas a incrementar a observância dos direitos de Propriedade Intelectual no Brasil.

A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, desde sua criação, tem se demonstrado bastante participante nas questões de combate à pirataria.

ANO DE 2004:

O ano de 2004 foi marcado por dois eventos muito significativos. O término dos trabalhos da CPI da Pirataria, com a apresentação de seu relatório final, no mês de junho, e a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, no mês de outubro.

Diversas ações de combate à pirataria ocorreram naquele ano, com especial destaque às operações conjuntas realizadas entre as Polícias Federal e Rodoviária Federal, com a Secretaria da Receita Federal, que demonstraram que a união de esforços é uma arma inteligente para se combater as grandes organizações criminosas. Também, operações freqüentes de combate à pirataria, ocorreram em diversos Estados do Brasil, certamente motivadas pelos trabalhos da CPI da Pirataria.

O tema começou a ganhar mais atenção por parte da opinião pública, estando presente, quase que diariamente, em artigos da mídia impressa e eletrônica. O Governo, nos seus mais diversos níveis, passou a tratar a matéria com importância relevada. A seguir, um resumo dos principais avanços obtidos no ano de 2004.

Ações de repressão e controle de mercadorias piratas:

- no primeiro semestre de 2004, o valor de mercadorias piratas (em violação a direitos autorais) destruídas pela Receita Federal foi 467,09% superior a igual período de 2003. Apenas em 03/09/2004, a Receita realizou a destruição de meio milhão de CDs, em Foz do Iguaçu. Em 08/10/04 foram desmontados 23 locais de gravação pirata em Porto Alegre, com a apreensão de cerca de 100 mil CDs, virgens e gravados. No dia 31/8/2004, 120.000 CDs foram destruídos na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. As destruições de CDs ocorreram rotineiramente em todo o País, promovidas por autoridades federais, estaduais e municipais;
- em virtude da entrada em vigor da Lei 10.833/03, em 29 de dezembro do ano anterior, que responsabiliza o transportador de bens piratas com a imposição de multa e eventual perda do veículo, a Receita Federal, no ano de 2004, reteve mais de 300 ônibus com mercadorias piratas destinadas ao Brasil. O resultado dessas medidas, de caráter claramente inovador, foi a diminuição, em cerca de 57%, do movimento de ônibus na fronteira de Foz do Iguaçu, o que demonstra o acerto da atuação da Receita Federal, ao atacar a logística de apoio à pirataria;

- por serem considerados produtos “sensíveis”, foi proibido o trânsito de passagem, no Brasil, de CDs gravados, de CD-Rs e de caixas plásticas utilizadas na comercialização de CDs. Os dois últimos produtos foram incluídos na lista de produtos sensíveis em setembro de 2004.

Ações de caráter normativo:

- a Secretaria da Receita Federal passou a adotar regulamentações mais rigorosas sobre controle do trânsito de passagem, com o objetivo de combater a entrada de bens piratas: as Instruções Normativas 38 e 448 proibiram o trânsito aduaneiro de CDs gravados, CD-Rs e de caixas plásticas usadas para acondicionar CDs;

Ações de caráter institucional:

- no âmbito federal, o Comitê Interministerial foi substituído pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Órgão mais amplo e mais representativo;
- em alguns dos Estados da Federação, Órgãos especializados no combate à pirataria começaram a se fortalecer;

1. Aspectos Legislativos

Lei 10.833/03:

A lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, consolidou em formato de lei a matéria anteriormente prevista pela Medida Provisória 135/03, alterando dispositivos na legislação aduaneira nacional. Como foi editada nos últimos dias de 2003, seus efeitos só começaram a ser notados já em 2004. Com relação ao controle de entrada de mercadorias piratas no território brasileiro, essa lei assegurou aos agentes da Receita Federal mecanismos mais rigorosos de controle sobre veículos, inclusive ônibus de passageiros, usados para o transporte de mercadorias piratas. Ou seja, essa lei buscou atacar diretamente a logística de apoio e distribuição de produtos ilícitos, piratas ou usados para a produção de bens piratas.

O artigo 74 permitiu que a Receita Federal passasse a considerar o transportador de mercadorias piratas solidariamente responsável pelo seu ingresso no território brasileiro, algo que não era possível conforme a legislação anterior. Dentro dessa linha, o artigo 75 permitiu que fosse aplicada multa de R\$ 15.000,00 ao transportador de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional, que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento. Nos casos de reincidência, ou de modificação da estrutura ou características do veículo, a multa a ser aplicada é de R\$ 30.000,00.

Mais importante do que o valor da multa é o fato de que o veículo no qual for identificada a presença de mercadorias sujeitas a perdimento fica retido pela Receita Federal, até que a multa seja paga, estando o veículo sujeito à pena de perdimento no prazo de 45 dias, sendo considerado abandonado.

As medidas acima descritas acarretaram resultados significativos, no sentido da coerção do apoio logístico à pirataria. Em cerca de meio ano de aplicação, a nova Lei havia resultado na retenção de mais de 300 ônibus de passageiros nas regiões fronteiriças. Em Foz de Iguaçu, por exemplo, estatísticas da Polícia Rodoviária Federal indicam uma redução de 57% no número de ônibus que regressavam ao Brasil, redução que se atribuiu em parte ao rigor da nova legislação. Também pode ser citado como exemplo do rigor efetivo da nova legislação, o fato de que o depósito da Receita Federal em Foz do Iguaçu no ano de 2004 encontrava-se com 85% de sua capacidade tomada por produtos apreendidos.

Instrução Normativa/SRF nº 448:

O trânsito aduaneiro de passagem de CD gravados já era proibido desde 2001 pela Secretaria da Receita Federal, conforme disposto na Instrução Normativa SRF nº 38, de 19 de abril daquele ano. A referida norma foi alterada pela Instrução Normativa SRF nº 448, de 6 de setembro de 2004, para incluir entre os produtos proibidos o CD-R, o mais utilizado na pirataria de direitos autorais, e as caixas plásticas utilizadas na comercialização destes produtos.

2. Aspectos Institucionais

Atuação no âmbito do Ministério da Justiça:

O Ministério da Justiça passou a proceder a um rigoroso exame a respeito da situação migratória no país de cidadãos estrangeiros envolvidos com os crimes de pirataria, contrabando e descaminho. A respeito, todos os estrangeiros citados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que estiverem em situação irregular, irão sofrer as penalidades previstas no Estatuto dos Estrangeiros e poderão ser expulsos do Brasil. Contra todos os estrangeiros mencionados no Relatório Final da CPI da Pirataria, foram abertos processos administrativos junto ao Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça.

Grupo de Trabalho Antipirataria do Ministério da Ciência e Tecnologia:

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) estabeleceu, em 11/5/04, um Grupo de Trabalho Antipirataria, com a finalidade de propor tecnologias de combate à pirataria fonográfica no Brasil. O resultado do trabalho do Grupo, que conta com exame de tecnologia apresentada por representante dos artistas fonográficos, se encontra em relatório apresentado em julho de 2004.

O MCT por meio de recursos do Fundo Verde-Amarelo³ disponibilizou R\$ 500.000,00 para encomenda à instituição de pesquisa nacional de estudo destinado a analisar avanços tecnológicos que inviabilizem a cópia ilegal no segmento da indústria fonográfica.

Coordenação SRF-ANTT-PRF:

À luz da Lei 10.833/03 – e, antes, Medida Provisória 135 – e com o objetivo de atacar a logística de apoio à pirataria de direitos autorais, a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) passaram a atuar em operações conjuntas de fiscalização de veículos de carga ou passageiros que transportam mercadorias piratas. Essas operações resultaram na retenção de centenas de veículos, como já visto anteriormente.

Combate à pirataria em nível estadual:

Conseguiu-se em 2004, manter o envolvimento dos governos estaduais na questão da pirataria, tendo-se constatado algumas experiências nesse sentido, das quais seguem alguns exemplos:

Rio de Janeiro – A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico criou a Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual (CODEPIN), cuja primeira reunião realizou-se em 17/6/04, quando foram formados quatro grupos de trabalho: a) combate à pirataria; b) políticas públicas; c) novas tecnologias; d) Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A Comissão é composta por 32 integrantes, dentre os quais o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (ECAD), a Delegacia de Combate à Pirataria, a ABPD, a ADEPI e a Sociedade Brasileira de Autores (SBAT).

³ O Fundo Verde-Amarelo se destina a incentivar a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo; estimular a ampliação dos gastos em P&D realizados por empresas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país. Executores: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Rio Grande do Sul – Em 25/5/04 foi assinado Termo de Cooperação de Combate à Pirataria por Órgãos públicos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada, com vistas a colocar em marcha o Projeto de Combate à Pirataria, a ser implementado em duas fases: (a) planejamento e estabelecimento de metas pelos Órgãos atuantes; (b) execução das tarefas. A fase de planejamento estava prevista para se encerrar em agosto de 2004, quando os órgãos participantes do projeto iniciariam a persecução das metas estabelecidas.

São Paulo – Conforme notícia divulgada na página da Associação Brasileira de Produtores de Discos - ABPD, *“desde a formação da Força Tarefa Permanente de Combate à Corrupção, que reúne a Prefeitura de São Paulo, a Receita Federal, Polícias e Promotorias, mega operações foram realizadas no combate à comercialização de produtos falsificados, roubados e contrabandeados. O valor dessas operações já superou os US\$ 2 milhões e recolheu mais de 100 mil CDs pirateados, a maior parte de CDs musicais. (...) Mais um avanço nessa bem sucedida iniciativa da Prefeitura de São Paulo no combate à pirataria, roubo de cargas e contrabando, foi a aprovação e criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública.”* (www.abpd.org.br) Lei Municipal da cidade de São Paulo (01/07/04), atribui à Guarda Municipal competência para atuar contra o comércio ilegal de rua.

Treinamento de agentes públicos:

Dando continuidade à política já adotada em 2003, foram mantidas as iniciativas de treinamento específico na área de Propriedade Intelectual para agentes públicos, seja em eventos realizados por Órgãos públicos, seja por instituições privadas. Abaixo estão alguns destes eventos:

25/03/04 – Seminário sobre Falsificação de Marcas (promovido pela Divisão de Administração Aduaneira da Superintendência Regional da 3ª Região Fiscal, em colaboração com o Grupo de Proteção à Marca – BPG), Fortaleza, Ceará. O evento, destinado à formação de servidores das alfândegas dos Portos de Fortaleza e Pecém e do aeroporto de Fortaleza, contou com exposições sobre contrafação de marcas, apresentadas por representantes das empresas Nike, Mizuno, Louis Vuitton, Philip Morris e Henkel.

07/05/04 – Seminário sobre Pirataria, Falsificação e Evasão Fiscal (promovido pela Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte, Receita Federal, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil, além da Procuradoria-Geral de Justiça e Anvisa, voltado para a formação de auditores fiscais do Estado), Natal.

26 a 28/05/04 – “Primeiro Curso introdutório sobre a Propriedade Industrial”, para servidores do MinC e instituições vinculadas, promovido pela Gerência de Direito Autoral – GDA/SPC/MinC e pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, realizado no Ministério da Cultura, Brasília - DF.

14 a 18/07/04 – “Protegendo a Propriedade Intelectual Combatendo a Pirataria”, realizado pela Receita Federal em parceria com o Consulado Geral dos EUA e INPI, Rio de Janeiro.

26-30/07/04 – 2º Curso sobre Combate à Pirataria e Contrafação (promovido pela Divisão de Administração Aduaneira, da Superintendência Regional da 7ª Região Fiscal, em coordenação com a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial), com a participação de autoridades aduaneiras de todo o País e voltado ao aperfeiçoamento dos agentes aduaneiros;

29/07/04 – Curso de treinamento para policiais da Delegacia Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Softwares e pela ADEPI), São Paulo.

16/08 a 03/09/04 – “*Sweden Training Course on Copyright and Related Rights in the Global Trading System*”, promovido pela OMPI, em cooperação com o Escritório Sueco de Registros de Patentes e com assistência da Agência Sueca de Cooperação Internacional em Desenvolvimento (SIDA), e cursado por servidor da Secretaria de Políticas Culturais - SPC/MinC, em Estocolmo - Suécia.

31/08 a 03/09/04 – Participação do Gerente de Direito Autoral da SPC/MinC no "Simpósio Internacional sobre Exceções e Limitações ao Direito de Autor", promovido pelo Ministério da Educação do Chile e pela Universidade Diego Portales, em Santiago - Chile.

Coordenação setor público-setor privado: casos exemplificativos

Associação de Defesa da Propriedade Intelectual - ADEPI:

Informações apresentadas pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (ADEPI) – em informativos mensais disponíveis no site da organização (www.adepi.org.br) – comprovavam que a colaboração entre setor privado e o setor público tornava-se uma realidade.

A ADEPI contribuiu com as autoridades policiais e Ministério Público no fornecimento da inteligência para as operações de combate à pirataria, as quais ocorreram em variados campos, tais como o desmantelamento de laboratórios de gravação e depósitos de bens piratas; prisões de distribuidores, cursos para mais de 1.000 agentes públicos no Brasil, etc.

Academia Paulista de Magistrados – APM:

A Academia Paulista de Magistrados realizou eventos e congressos científico-acadêmico-institucionais em parcerias com seguimentos das iniciativas públicas e privadas, dentre os quais destacou-se o “I Congresso Internacional da Propriedade Intelectual”, em parceria com o Ministério da Cultura e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI:

A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual tem como objetivo o estudo da Propriedade Intelectual, em todos os seus aspectos, notadamente o direito da Propriedade Industrial, o Direito Autoral e o Direito de Concorrência, bem como outros ramos que tenham afinidade com a Propriedade Intelectual, buscando o aperfeiçoamento da legislação, doutrina e jurisprudência desses ramos do direito, e se empenhando na promoção de conferências, congressos, seminários, simpósios e certames, editando, inclusive, publicações sobre essas matérias.

Associação Paulista da Propriedade Intelectual – ASPI:

A Associação Paulista de Propriedade Intelectual tem como principal finalidade difundir a Propriedade Intelectual e colaborar no aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área, por meio da organização de cursos, palestras, seminários e grupos de estudos, organizado por seu departamento cultural, bem como patrocinar e defender os interesses dos seus associados perante órgãos públicos e privados.

No dia 20 de maio de 2004, foi assinado o Protocolo de Intenções no qual se estabelecem parcerias de cooperação mútua entre o Ministério da Cultura, a ABPI, a APM e a ASPI com o intuito de possibilitar a realização de estudos e pesquisas sobre direitos de autor e direitos conexos, especialmente aqueles relacionados com a difusão dos princípios jurídicos da matéria autoral, bem como a realização de cursos, em âmbito nacional.

Confederação Nacional da Indústria (CNI) – Associação Nacional de Jornais (ANJ)

Foi estabelecido um canal de negociação na busca de um termo de compromisso entre a Confederação Nacional da Indústria e a Associação Nacional de Jornais, formulado com vistas a impedir a publicação de anúncios de materiais piratas em jornais brasileiros. O termo tomaria como base a experiência pioneira e bem sucedida, no Estado de São Paulo, empreendida pela ABES e BSA e que serviu como impulso para difundir, na imprensa brasileira, cultura de combate à pirataria.

3. AÇÕES REPRESSIVAS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL:

No ano de 2004, a Receita Federal começou a desenvolver um programa de modernização que contemplava uma série de ações com vistas a aperfeiçoar sua eficiência e capacidade de atuação e, por conseqüência, aumentar os resultados no combate à pirataria. Entre as ações previstas, podem ser destacadas:

- **Implantação do Plano Nacional de Segurança Aduaneira - 2004 a 2007 (Estrutural - Operacional)**

Este projeto consiste em um conjunto de medidas que compreende a realização de investimentos para reestruturação das instalações físicas e aquisição de equipamentos, como scanners, câmeras e centrais de imagem, balanças, etc, até a revisão dos procedimentos de controle. O projeto foi concebido para aplicação nos aeroportos, portos e pontos de fronteira.

- **Implantação do Sistema Informatizado de Manifesto e Movimentação de Carga - Siscomex Portuário - 2004 a 2005**

Trata-se de sistema informatizado de controle de carga marítima, que permitirá o controle efetivo da movimentação das cargas marítimas no País, além da informatização do conhecimento de carga e do recebimento antecipado de informações dos transportadores, para fins de análise de risco.

- **Implantação do Sistema Informatizado de Controle de Passageiros Internacionais - 2004 (Estrutural - Operac.)**

Consiste em projeto de revisão dos procedimentos de controle de passageiros internacionais, mediante a utilização de novas tecnologias de identificação pessoal e a eliminação das declarações em papel. No primeiro momento, o projeto deverá ser desenvolvido nos aeroportos e, posteriormente, nos portos e pontos de fronteira.

- **Reestruturação das dependências físicas, automação dos controles de passantes e separação dos fluxos na Ponte Internacional da Amizade - 2005 - 2006 (Estrutural)**

Este é um projeto de revisão da estrutura operacional da fiscalização na Ponte Internacional da Amizade. O projeto arquitetônico e executivo de revisão da estrutura física já está sendo desenvolvido pela unidade local da Receita Federal. As aquisições de equipamentos e novas tecnologias estão previstas no Plano Nacional de Segurança Aduaneira.

- **Desenvolvimento organizacional e especialização fiscal das atividades de Vigilância e Repressão (V&R) - criação da Divisão de V&R (Estrutural - Operacional)**

Trata-se de projeto de reestruturação interna das equipes de repressão em âmbito nacional, que abrange a criação de unidades especializadas, a contratação e capacitação de servidores.

• Implantação do sistema informatizado de avaliação de risco e seleção fiscal – 2004; com incorporação de software de inteligência artificial – 2005 – 2007 (Estrutural – Operacional)

A Receita Federal já dispõe de sistema nacional de análise de risco, inclusive com sistema informatizado para registro das ocorrências apuradas. O projeto em questão consiste em incorporar software de inteligência artificial para a realização das avaliações de risco e seleção fiscal.

Demais atividades repressivas:

Operações de combate à pirataria foram conduzidas rotineiramente em todo o país, muitas das vezes em conjunto com o setor privado. Abaixo estão alguns exemplos de apreensões ocorridas em 2004⁴:

03/03/04. Apreensão de 7.900 CDs piratas e 300 DVDs, pela Polícia Militar de Brasília;

04/03/04. Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes contra Propriedade Imaterial (DRCPIM) e Deputados Federais que integram a CPI da Pirataria e Sonegação Fiscal realizaram operação-surpresa em 50 lojas do shopping Info Barra, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro;

04/03/04. Secretaria da Receita Federal apreende 1.200.000 CDs virgens, em Paranaguá, resultando em 5 prisões;

08/05/04. Polícia de Planaltina, de Goiás, apreende cerca de 3.000 CDs e DVDs piratas;

01/06/04. Prisão de Law Kin Chong, acusado por envolvimento com o contrabando e pirataria;

08/06/04. Polícia da Bahia apreendeu 40.000 CDs piratas, em Salvador;

17/06/04. Subprefeitura de Pinheiros, cidade de São Paulo, destrói 50.000 CDs;

Julho, 2004. Operação “Corsário” (Tocantins) – a polícia do Estado do Tocantins apreendeu, entre 16 e 19 de julho de 2004, 22.000 CDs piratas, apenas na capital do Estado, Palmas. No interior, mais de 3.000 produtos piratas resultaram apreendidos na operação;

04/07/04. Apreensão de 60,7 mil CDs, DVDs e jogos eletrônicos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul;

25/07/04. Polícia de Santa Maria, Distrito Federal, encontra fábrica de CDs piratas, operação da qual resultaram 3 prisões;

⁴ Fonte: ADEPI e noticiário de imprensa.

28/07/04. Destruição de 50.000 CDs em Santa Maria, Rio Grande do Sul, que foram apreendidos no primeiro semestre de 2004;

05/08/04. Operação policial resultou na apreensão de cerca de 250.000 CDs piratas, vendidos em 50 lojas de Ribeirão Preto;

23/08/04. Apreensão de 6.500 CDs piratas, pela Polícia Rodoviária Federal, em Campo Grande;

31/08/04. Destruição de 120 mil CDs no Estado de São Paulo;

03/09/04. Destruição de 563.000 CDs piratas, pela Secretaria da Receita Federal, em Foz do Iguaçu;

10/09/04. Delegacia de Crimes Fazendários da Superintendência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, apreendeu dois ônibus provenientes do Paraguai, cujos bagageiros estavam lotados de produtos importados, como materiais de informática, eletrodomésticos, entre outros. Além das mercadorias, os ônibus foram retidos pelos agentes, em cumprimento ao disposto na Lei 10.833/03.

14/09/04. Polícia Federal de Foz do Iguaçu apreende 20 mil dólares em mercadorias, entre elas, CDs e equipamentos de informática;

15/09/04. Polícia Federal apreende mais de 5 toneladas de mercadorias contrabandeadas procedentes de Miami, no Aeroporto Internacional de Guarulhos (São Paulo, SP), dentre as quais se encontravam componentes de informática, notebooks e telefones celulares;

16/09/04. Polícia Federal de Foz do Iguaçu prende quadrilha que contrabandeava produtos de informática pela internet;

18/09/04. Polícia Federal de Foz do Iguaçu, em operação conjunta com a Secretaria da Receita Federal, realizou apreensão de mercadorias estrangeiras irregulares, que totalizou 141 mil dólares. Dentre os bens, encontravam-se produtos de informática e eletrônicos;

21/09/04. Delegacia de Crimes Fazendários da Superintendência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, apreendeu caminhão proveniente do Paraguai, com 4 toneladas de mercadorias contrabandeadas, dentre as quais produtos de informática;

07-08/10/04. Operação conduzida por agentes da 17ª Delegacia de Polícia Civil de Porto Alegre apreendeu produtos piratas e contrafeitos em um apartamento e uma sala comercial.

08/10/04. Operação coordenada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul desmontou 23 locais de gravação de softwares, CDs e DVDs piratas em Porto Alegre e na região metropolitana. Conforme levantamento preliminar, foram apreendidos, na ocasião, cerca de 100 mil CDs, entre virgens e já gravados.

4. CONSCIENTIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA:

Em 2004, foi dada continuidade às políticas de conscientização da sociedade para o tema com o desenvolvimento de vários cursos, palestras, seminários e outros eventos, dentre os quais destacamos os seguintes:

22/03/04 – Simpósio “Protegendo a Propriedade Intelectual”, promovido pelo Consulado-Geral dos EUA, Secretaria da Receita Federal, INPI e Ministério Público do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro;

14 a 16/04/04 – “Reunião Sub-regional de Especialistas do Mercosul e Estados Associados sobre observância (“enforcement”) dos Direitos de Propriedade Intelectual”, organizada pelo Comitê Interministerial de Combate à Pirataria em conjunto com a OMPI, Brasília;

21 e 22/06/04 – “1º Encontro para Discussão sobre Direitos Culturais Difusos”, promovido pela Fundação Cultural de Mato Grosso do Sul e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em Campo Grande – MS.

06/07/04 – “Seminário Direito Autoral e a Obra Audiovisual”, promovido pelo Sindicato da Indústria Cinematográfica do Rio de Janeiro – SICAV-RJ, no Rio de Janeiro – RJ.

29 e 30/07/04 – “Seminário Nacional de Direito Autoral”, organizado pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão – SATED/Minas Gerais, em Belo Horizonte – MG.

16 a 18/08/04 – “XXIV Seminário Nacional da Propriedade Intelectual”, promovido pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI;

14 a 16/09/04 – “I Congresso Mundial de Gestão Coletiva de Direito Autoral”, com apoio do Ministério da Cultura, promovido pela Academia Paulista de Magistrados – APM, Associação Brasileira de Direito Autoral e a Associação Brasileira dos Direitos dos Autores Visuais – AUTVIS;

14/10/04 – “Pirataria e responsabilidade social” evento promovido pela Federação do Comércio do Rio de Janeiro e pelo “O Globo”, no Rio de Janeiro – RJ.

5. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O COMBATE À PIRATARIA:

Ações no âmbito do Mercosul:

O Brasil ocupou no segundo semestre de 2004, a Presidência "Pro Tempore" do MERCOSUL.

No foro da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL e Estados Associados, o Brasil propôs, em maio 2003, e, portanto, ainda durante a Presidência rotativa da Argentina, a inclusão da questão da cooperação regional para o combate à pirataria, como tema central do semestre.

O Brasil, assim, atribuiu prioridade à discussão do tema da pirataria no MERCOSUL tendo liderado e impulsionado os esforços em prol de ações de fiscalização e repressão à pirataria na região.

Nos dias 1 a 3 de setembro de 2004, realizou-se, em Manaus, o I Encontro semestral da Comissão Técnica da Reunião de Ministros do Interior. Na sessão de abertura, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, fez pronunciamento contundente, em que alertou para a gravidade da situação e exortou os Estados Membros e Associados a empreenderem ações conjuntas, enérgicas e imediatas de prevenção, fiscalização e repressão à pirataria de direitos autorais, ao contrabando e ao descaminho.

Ações bilaterais com o Paraguai:

Além das ações no quadro do Mercosul, o Brasil tratou do problema da pirataria em conjunto com o Paraguai, com vistas a buscar mecanismos para controlar o comércio ilícito de produtos provenientes de terceiros mercados, principalmente do Extremo Oriente. Nesse sentido, além das medidas que a Secretaria da Receita Federal adotou no lado brasileiro na área de Foz do Iguaçu, mencionadas acima, autoridades dos dois países passaram a trabalhar na instalação de controles integrados ao longo da fronteira para que ainda em 2004 fosse instalado o controle integrado de fronteira em Foz do Iguaçu.

Ações bilaterais com os EUA:

A cooperação com os EUA no combate à pirataria, que já ocorria pelo intercâmbio de informações com agentes da Polícia Federal, ganhou vigor com a visita de parlamentares brasileiros a seus pares no Congresso norte-americano em 2004, quando foi assinada Declaração Conjunta Anti-Pirataria, em que foi reafirmada a preocupação dos dois países com o problema.

A criação da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, no Congresso Nacional brasileiro, manteve, de forma permanente, a possibilidade de diálogo contínuo entre parlamentares de Brasil e EUA, de modo a permitir que fossem veiculadas preocupações de algum dos países e perseguidos objetivos comuns a ambos.

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP:

Após o encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria, em agosto de 2004, o Presidente da República determinou o fortalecimento da coordenação de ações dos Órgãos de repressão à pirataria. A Medida Provisória nº 220, de 01/10/2004, criou, na estrutura do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, regulamentado pelo Decreto 5.244, de 15/10/2004. Além de absorver competências do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria (CICP), o novo Conselho ficou responsável pela elaboração e implementação de um Plano Nacional para o Combate à Pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual. A Secretaria-Executiva do novo Órgão está vinculada ao Ministério da Justiça.

O Conselho tem composição mista, com a participação dos setores público e privado. O Órgão é constituído por representantes de sete Ministérios (Justiça; Fazenda; Relações Exteriores; Ciência e Tecnologia; Cultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Trabalho e Emprego), além do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria da Receita Federal. Integram o CNCP, ainda, seis associações privadas, estando representadas pela indústria de obras audiovisuais (ADEPI), fonogramas (ABPD), softwares (BSA), editorial (ABDR), fumo, bebidas e combustíveis (setor industrial - ETCO) e pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).

O CNCP foi instalado em 24/11/04, em cerimônia que contou com a participação do Ministro da Justiça e do Ministro da Cultura, além de representantes governamentais e privados. No mesmo dia foi dada posse aos Conselheiros e realizada a PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA de trabalho. O cronograma de trabalho de 2005 previu uma reunião a cada mês.

A atitude do Governo brasileiro é inédita no mundo, ao reunir em um mesmo Conselho entidades privadas e representantes de Governo, com igual direito a voz e a voto. Os trabalhos da CPI da Pirataria, que contaram com a efetiva participação do setor privado, indicaram ser esta uma forma bastante inteligente de se debater os problemas da Propriedade Intelectual e sua proteção. Em poucos meses de existência, o CNCP já tem demonstrado um sólido propósito de tratar a questão da proteção da Propriedade Intelectual de forma integrada, permanente e objetiva. Suas ações mais marcantes podem, resumidamente, ser elencadas da seguinte forma:

ANO DE 2005 Primeiro Semestre:

Com a posse efetiva dos membros nomeados pelo Excelentíssimo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP, em suas primeiras deliberações tratou de articular a formulação de um Plano Nacional Brasileiro de Combate à Pirataria, bem como de aprovar uma agenda de trabalhos para o ano que se iniciava.

Cumprе ressaltar que para a Presidência do Conselho foi nomeado o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, segundo nome na hierarquia do Ministério, demonstrando, assim, a importância dada pelo Governo ao Conselho que nascia.

No mês de janeiro, mais precisamente no dia 14, realizou-se a PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA do CNCP. No mesmo dia, foi empossado o seu Secretário Executivo, Márcio Costa de Menezes e Gonçalves, advogado especialista em Propriedade Intelectual. Foi aprovada uma agenda de reuniões Ordinárias, que deveriam ocorrer ao menos uma vez por mês, em Brasília.

Um dos pontos mais discutidos na primeira reunião foi a necessidade de se elaborar um plano de ações consistente, que pudesse contribuir para o aprimoramento do combate à pirataria e a valorização da Propriedade Intelectual no Brasil. Para tanto, o Ministério da Justiça disponibilizou ao Conselho sua equipe de Coordenação de Planejamento Estratégico – COPLAN, liderada pelo Professor Paulo Garcia.

No final do mês de fevereiro, entre os dias 26 a 28, o Conselho Nacional esteve reunido na sede da Academia Nacional da Polícia Federal – ANP, em Brasília, com a missão de obter subsídios para a elaboração de um plano de ações de combate à pirataria. Todo o trabalho foi coordenado pela COPLAN/MJ, e teve a participação e envolvimento de todos os Conselheiros titulares e suplentes, realizando-se, assim, TRÊS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS.

A seguir, trazemos depoimento de Paulo Garcia, coordenador do Planejamento Estratégico do Plano Nacional Brasileiro de Combate à Pirataria:

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNCP UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL:

Paulo F. B Garcia ⁵

O processo de planejamento sempre esteve presente na história da humanidade. Ele é fundamental para a sobrevivência do ser humano, na medida em que pode dar maior eficiência às suas atividades, possibilitando serem alcançadas as metas preestabelecidas.

Dito de outra forma, ele propicia que as organizações alcancem os objetivos desejados, além de auxiliar no estabelecimento de prioridades para as tomadas de decisões.

Como o ser humano não aceita ficar na dependência da sorte e do acaso, intuitivamente entende necessário planejar o futuro, de modo a estar preparado para as situações, favoráveis e desfavoráveis que possam surgir. Assim, o planejamento é estabelecido como o processo pelo qual tentamos aumentar a probabilidade dos resultados futuros desejados, além e acima da probabilidade de que isso aconteça por acaso, construindo uma realidade desejada.

No âmbito da ação pública no Brasil, o Planejamento Estratégico tomou uma dimensão ímpar na formulação dos Planos de Governo (Plano de Metas de JK, PND dos Governos Militares e PND da Nova República) e, mais recentemente, na formulação dos Planos Plurianuais de Governo, preceituados pela Carta Constitucional de 1988.

O Decreto que criou o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual, atribuiu-lhe a finalidade de elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de plano nacional para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual.

Assim, o Presidente do Conselho, e Secretário Executivo do Ministério da Justiça, convocou a equipe técnica da Coordenação-Geral de Planejamento Setorial (COPLAN) do MJ determinando a estruturação de uma oficina de trabalho, com o propósito de criar as condições para a elaboração das diretrizes e proposição do Plano Nacional do CNCP.

Diante da composição heterogênea do Conselho, no qual participam atores dos setores públicos e privados, a equipe técnica da COPLAN procurou avaliar qual seria a estrutura metodológica mais adequada a ser utilizada, de modo a permitir a compreensão e participação de todos, optando pelo referencial teórico do Planejamento Estratégico Situacional (PES), fundamentalmente por ter sido concebido para ser um instrumento de planejamento público.

⁵ Administrador, Mestre em Gestão Pública (FGV/RJ), Especializado em Administração Pública (EBAP/FGV/DF), Servidor Público Federal, Professor de Administração da Universidade Paulista (UNIP- Brasília). Atualmente exerce o cargo de Coordenador-Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça.

A Oficina de Planejamento Estratégico do CNCP:

Com base nos referenciais teóricos do Planejamento Estratégico Situacional, os membros titulares e suplentes do CNCP reuniram-se em Oficina de Processamento de Problemas, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2005, nas dependências da Academia Nacional de Polícia, do Departamento de Polícia Federal.

A eles foram apresentados, de forma bastante sintética, os postulados básicos do PES, a saber:

1. O “sujeito” que planeja está compreendido no “objeto planejado”. Por sua vez, o objeto planejado compreende outros sujeitos que também planejam. Em conseqüência, o ATOR que planeja não tem sua capacidade de controle sobre a realidade planejada previamente assegurada, porque isso depende da ação do outro.

2. Na realidade coexistem vários ATORES com capacidades de planejamento diferenciadas. Em conseqüência há varias explicações da realidade e todas são condicionadas pela inserção de cada ator em tal realidade.

3. O ator que planeja não só relaciona-se com as coisas, mas com outros atores que são adversários ou aliados. Nessa relação, as ações não são redutíveis a comportamentos; requerem o “cálculo interativo” ou o “julgamento estratégico” inerente à interação entre atores sociais. As relações iniciativa-resposta entrelaçam-se com as relações causa-efeito.

4. Se o autor que planeja compartilha a realidade com outros atores que também planejam, necessariamente o planejamento deve abranger o problema de vencer ou evitar a resistência dos outros ao próprio plano. Em conseqüência, o planejamento não pode confundir-se com a concepção normativa do “deve ser”, mas deve abranger o “poder ser” e a “vontade de fazer”.

5. A partir do momento em que o planejamento de um ator realiza-se em um meio ativamente resistente e conflitivo com outros autores, o normativo é somente um momento do estratégico e do operacional. Portanto, tudo está carregado de forte incerteza mal-definida, em que muitas vezes é impossível enumerar todas as possibilidades e atribuir probabilidades. Somos obrigados a tratar com “problemas quase-estruturados”.

6. O plano não é monopólio do Estado. Qualquer força social luta por objetivos próprios e tem capacidade de fazer o cálculo que precede e preside a ação.

Em conseqüência, existem vários planos em competição ou conflito e o final está aberto a outras possibilidades que não podemos imaginar. As soluções ótimas devem dar lugar às soluções satisfatórias que reconhecem a continuidade dos problemas sociais no tempo.

A seguir, foi-lhes apresentada a definição de Problema e Realidade, segundo os preceitos do PES:

PROBLEMA: É um obstáculo que, em uma situação concreta, situa-se entre a realidade atual e as aspirações de um ator que participa de um jogo social com uma carga particular de ideologias, valores e conhecimentos.

REALIDADE: Pode ser entendida como um grande jogo que inclui muitos jogos parciais, os quais produzem problemas para os diversos atores ou jogadores.

Complementarmente, aos participantes foi indicado que cada problema coexiste e interage com outros problemas parciais no contexto do jogo e que a interação entre problemas se expressa em CAUSAS e CONSEQÜÊNCIAS.

Assim, um problema pode ser entendido como o resultado do jogo para um ator, sempre que este o declare INSATISFATÓRIO e EVITÁVEL.

Os participantes foram, então, divididos em dois grupos, cujos trabalhos foram conduzidos por monitores da COPLAN.

Nos grupos, os participantes foram instados a declarar o problema, sob a ótica do PES, que preceitua a identificação de descritores que tirem toda a sua ambigüidade e permitam a compreensão conjunta do grupo.

O Conselho declarou como problema a ser enfrentado O INGRESSO, A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE PRODUTOS PIRATAS NO PAÍS.

Foram então apontados os descritores que demonstram a existência do problema, os quais estão fundamentados nos dados levantados pela CPI da Pirataria, pesquisas realizadas pelas empresas privadas e dados do próprio governo. Estes descritores, no entendimento dos participantes, foram capazes de retirar as ambigüidades na explicação do problema e estabelecer um entendimento comum quanto a sua abrangência social, econômica e política. Desta forma, os grupos puderam se dedicar à segunda etapa do trabalho, qual seja, a identificação das causas do problema declarado pelo CNCP.

Os participantes apresentaram, segundo a sua percepção individual, as causas para o problema declarado, com base nos descritores identificados. Após as rodadas de apresentação das causas os Monitores dos Grupos procederam ao agrupamento das proposições semelhantes e correlatas, bem como a uma verificação de pertinência, para a exclusão de conseqüências apontadas erroneamente como causas.

A terceira etapa do trabalho destinou-se à formulação dos objetivos a serem alcançados com a implementação de ações para atacar o Problema, bem como a proposição destas em quatro eixos, a saber: educacional, repressivo, econômico e institucional.

Todas estas etapas foram implementadas sob a ótica do diálogo, entendimento e consenso, especialmente na validação do trabalho, o qual constitui-se em uma construção coletiva de idéias e proposições.

As ações propostas pelos grupos foram, assim, levadas a plenário, sendo validadas, uma a uma. Posteriormente à Oficina, a área de planejamento, juntamente com a Secretaria Executiva do CNCP, propôs aos Conselheiros o desdobramento das ações, onde deveriam ser apontadas as medidas necessárias e suficientes para a sua implementação, bem como a indicação dos atores – responsáveis, favoráveis e contrários – e os prazos para a implementação de cada uma das medidas e o alcance dos objetivos das ações.

Conclusão:

A Oficina serviu para que os Conselheiros pudessem expor sua visão acerca do melhor enfrentamento da pirataria, e de um conseqüente aprimoramento no quadro da valorização da Propriedade Intelectual no Brasil. Tratou-se não somente de se verificar as conseqüências da pirataria, como também de se abordar as suas causas. Os pontos de vista contrários puderam ser debatidos à exaustão, assim como se revelaram as posições convergentes. A dinâmica dos trabalhos possibilitou uma reflexão mais construtiva acerca do problema.

Ao final do terceiro dia de trabalhos, como resultado, foram consensuadas, por maioria absoluta dos Conselheiros, 99 (noventa e nove) ações concretas, que contemplaram todas as reivindicações do setor público e do setor privado, presentes no Conselho.

As ações se traduzem em medidas concretas para um efetivo combate à pirataria, em nível nacional, contando com a integração de todos os atores favoráveis, e com metas permanentes a serem perseguidas. As ações mantêm estreita conexão, interligadas em uma verdadeira corrente organizada, com os seus elos fortemente unidos.

O Plano Nacional Brasileiro de Combate à Pirataria, que vem sendo cumprido com muita dedicação, tem por intenção implementar uma insistente, constante e coordenada política pública de atuação no combate à pirataria, em nível nacional. Trata-se de um extrato de efetivas medidas que já vêm atacando a espinha dorsal das organizações criminosas envolvidas com a pirataria. Os resultados já alcançados pelo Brasil neste primeiro semestre de 2005 dão conta da importância em se coibir as práticas de desrespeito à Propriedade Intelectual, e do quanto tem sido importante a **UNIÃO DE ESFORÇOS**.

A seguir, a relação de ações priorizadas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O BIÊNIO 2005/2006
RELAÇÃO DE AÇÕES PRIORIZADAS.

CURTO PRAZO:

1. Criar as Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho e de Combate à Pirataria no Departamento de Polícia Federal e uma seção da mesma natureza no Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
2. Divulgar amplamente as ações do Governo no combate à pirataria;
3. Recomendar ao Poder Judiciário a criação de Varas especializadas ou preferenciais em Propriedade Intelectual;
4. Recomendar a criação de Promotorias de Justiça especializadas em Propriedade Intelectual;
5. Incrementar os processos de expulsão do país de estrangeiros envolvidos com delitos contra a Propriedade Intelectual;
6. Incrementar a troca de informações e acordos visando à extradição de criminosos;
7. Incluir o tema da pirataria no Sistema Único de Segurança Pública;
8. Recomendar aos Estados, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, a instalação de Delegacias Especializadas no combate à Pirataria e violações dos direitos de Propriedade Industrial;
9. Promover estudos sobre ingresso, trânsito e custos de insumos para produção de artigos piratas;
10. Recomendar ao Ministério da Educação de ação junto aos reitores, para efetivo cumprimento da Lei 9.610 (direitos autorais) nas Faculdades e Universidades;
11. Recomendar ao Ministério da Educação a reavaliação do número de exemplares de livros por disciplina/aluno;
12. Realizar seminários/eventos junto às associações de magistrados, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público;
13. **Realizar seminário sobre Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, no âmbito do MERCOSUL; - JÁ CUMPRIDA**
14. Apoiar a tramitação de alterações legislativas, que permitam a realização de perícia por amostragem de produtos piratas apreendidos, bem como para retirar a necessidade de descrição de todos os bens apreendidos;
15. Identificar mecanismos transparentes de financiamento pelo setor privado de medidas de combate à pirataria;
16. Estudar os acordos internacionais que podem influenciar a prática da pirataria no Brasil;
17. Sugerir aos países limítrofes maior fiscalização das fronteiras suspeitas de pirataria;

18. Propor ao Ministério do Planejamento a priorização de recursos para construção, ampliação, reforma e aparelhamento das instalações dos órgãos fiscalizadores (SRF, DPF, DPRF);
19. Apoiar, junto ao Ministério do Planejamento, o incremento dos efetivos das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal;
20. Dar conhecimento ao SBDC a ocorrência de práticas anticoncorrenciais ou práticas abusivas nos diferentes segmentos de produção, distribuição e comercialização de produtos originais;
21. Fortalecer e difundir sistemas de trocas e garantias de produtos legais mais visados para a pirataria;
22. Criar campanha educativa: “O BARATO SAI CARO”;
23. Demonstrar à população como se forma o preço do produto legal;
24. Orientar o consumidor para avaliar não somente o preço dos produtos;
25. Informar a sociedade sobre oferta de softwares a preços menores para estudantes e professores bem como estimular outros setores à mesma prática;
26. Sugerir a ANATEL o incremento do monitoramento das emissões radiofônicas e televisivas de obras intelectuais, atentando para as pirateadas;
27. Solicitar às entidades de classe de defesa de Direitos Intelectuais que enviem periodicamente ao CNCP informações sobre as novas formas de pirataria e falsificação;
28. Criar cartilhas de orientação para instrução de inquérito policial, referente aos delitos contra a Propriedade Intelectual;
29. Recomendar as autoridades policiais e administrativas que solicitem autorização para a destruição dos produtos piratas em depósitos públicos e privados;
30. Criar no CNCP de um canal de comunicação para recebimento e encaminhamento de denúncias de pirataria;
31. Sugerir à OAB a colocação de questões de Propriedade Intelectual nos exames da ordem;
32. Buscar junto ao MEC e Entidades Educacionais a inclusão do tema Propriedade Intelectual em disciplinas dos cursos superiores, em especial nos cursos de Direito;
33. Propor ao Ministério do Planejamento a regulamentação, por Decreto, da destinação para o INPI dos recursos financeiros por ele arrecadados, em decorrência de suas atividades;
34. Propor ao Poder Judiciário a criação de banco de dados relativo aos processos cíveis e criminais por violação aos direitos de Propriedade Intelectual;
35. Promover gestões com os governos estaduais e municipais que concedem espaço público para comercialização de produtos piratas;

36. Enviar (CNCP) comunicado aos estabelecimentos de ensino superior alertando sobre a prática de pirataria de livros;
37. Desenvolver Parceria público/privada visando o envolvimento dos meios de comunicação em campanhas de esclarecimento sobre o tema;
38. Realizar campanhas para a informação sobre os riscos de consumo de produtos pirateados;
39. Disseminar o trabalho do CNCP junto ao setor produtivo com vistas a fomentar a sua participação nas atividades de combate à pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;
40. Propor alteração legislativa que permita a célere destruição ou destinação alternativa, quando possível, de produtos piratas apreendidos, mesmo antes do transito em julgado da ação penal;
41. Sugerir a manutenção e intensificação das operações, das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal, de combate à produção e distribuição de produtos piratas no Brasil;
42. Criar canal para receber e encaminhar denúncias e acompanhar averiguações acerca de corrupção nas ações que tratam dos crimes contra Propriedade Intelectual;

43. Propor inclusão, na próxima revisão do PPA, o Programa de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos órgãos públicos afetos ao tema; - JÁ CUMPRIDA

44. Estabelecer mecanismos específicos de monitoramento e avaliação do Plano estratégico do CNCP, bem como do Programa de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual;
45. Realizar campanhas educativas focando direitos e deveres estabelecidos nas legislações que tratam da Propriedade Intelectual;
46. Desenvolver o cadastro geral com informações sobre os direitos de propriedade intelectual, seus titulares e representantes (com o objetivo de facilitar o contato entre os órgãos de fiscalização e os titulares desses direitos);

MÉDIO PRAZO:

47. Controlar a imigração de estrangeiros envolvidos na pirataria;
48. Estabelecer maior cooperação alfandegária e policial, em particular entre países membros do Mercosul e países fronteiriços;
49. Propor a criação de Fórum Internacional de Combate à Pirataria;
50. Estabelecer cooperação para capacitação e treinamento de pessoal com o apoio de organizações e entidades internacionais;
51. Estreitar cooperação com países fronteiriços (tríplice fronteira em especial) e terceiros países;

52. Realizar encontro nacional anual de combate à pirataria para troca de informações;
53. Propor a criação de produtos populares a preços baixos (alternativos);
54. Incentivar desenvolvimento de estudos entre governo e setor produtivo industrial visando reduzir os preços de produtos alvos da pirataria;
55. Auxiliar no estabelecimento de parâmetros de preços de referência para auxiliar a fiscalização no ingresso de produtos piratas e objeto de descaminho;
56. Identificar a necessidade de aprimoramento da legislação e estudar os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam de Propriedade Intelectual;
57. Propor aos chefes de polícia e Ministério Público a edição de normas administrativas internas, padronizando procedimentos referentes ao combate à pirataria;
58. Identificar e propor regiões geográficas prioritárias para ações na fronteira;
59. Solicitar operações sistemáticas nos pontos críticos conhecidos;
60. Estudar a forma de aplicação do código de valoração aduaneira da OMC, assim como do Mercosul e da ALADI;
61. Realizar campanhas de âmbito nacional e recorrente na mídia, com o apoio de entidades públicas e privadas, de artistas e dos próprios meios de comunicação;
62. Promover atividades de conscientização em institutos de formação e extensão profissional e em estabelecimentos de ensino;
63. Propor a criação de forças-tarefa estaduais e municipais de fiscalização nos centros emblemáticos de distribuição de produtos ilegais;
64. Avaliar os instrumentos já existentes para a formação do banco de dados;
65. Difundir junto aos meios de comunicação informações quanto à ilegalidade de publicação de anúncios de produtos piratas;
66. Avaliar o Decreto 4.543/02, sobre regras aduaneiras, eliminando eventuais dispositivos que dificultam o combate à pirataria;
67. Formular propostas quanto à adequada destinação de produtos e equipamentos apreendidos;
68. Formular proposta para responsabilizar os agentes que atuam na cadeia de comércio eletrônico de produtos que violam a Propriedade Intelectual;
69. Buscar mecanismos públicos e privados para incrementar o acervo de obras didáticas de bibliotecas, instituições de ensino e outras entidades de interesse público;
70. Instituir ou aprimorar sistemas de inteligência integrada para o combate à pirataria na Secretaria da Receita Federal e nos Departamentos de Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;

71. Promover seminários, cursos e outras atividades envolvendo os setores público e privado e as associações de classe, desenhadas para públicos-alvo específicos (juizes, promotores, peritos, policiais, agentes aduaneiros, autores, artistas etc.) com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre a legislação e sua observância;
72. Desenvolver mecanismos para compartilhamento de dados operacionais sobre o tema entre os órgãos policiais, administrativos, fiscalizadores e Poder Judiciário;
73. Apoiar a inclusão do tema da pirataria nos currículos das academias de policia e dos órgãos de fiscalização federais, estaduais e municipais;
74. Apoiar os estados e municípios em suas iniciativas de aplicação respectiva do poder de polícia e de fiscalização administrativa;
75. Realizar campanhas educativas para estudantes referentes a reprodução ilegal de livros;
76. Firmar convênios com instituições de pesquisa para a geração de estudos, números e estatísticas sobre a dimensão da pirataria no país (para todos os setores);
77. Firmar convênios com instituições de pesquisa (IPEA, IBGE etc) para elaborar análises socio-econômicas do problema da pirataria no país;
78. Apoiar ao fortalecimento das corregedorias e criação de órgãos nas estruturas nas quais ainda não existam;
79. Promover e estimular intercâmbio de informações entre agências internacionais relacionadas ao combate ao crime contra a Propriedade Intelectual;
80. Obter dos órgãos públicos pertinentes, em particular, órgãos de repressão, subsídios que permitam elaborar diagnósticos sobre as dificuldades de natureza técnica e financeira para a execução das atividades de prevenção ou de repressão;

LONGO PRAZO:

81. Desenvolver políticas comuns no campo educacional visando o esclarecimento da população quanto aos malefícios da pirataria;
82. Apoiar iniciativas para o desenvolvimento de atividades substitutivas à pirataria nos países de fronteira;
83. Realizar e incentivar treinamento e cursos de capacitação para agentes policiais, peritos e, especificamente, agentes da Receita Federal e Secretarias de Fazenda Estaduais;
84. Promover mecanismos de coordenação de ações entre os órgãos governamentais de policia e de fiscalização administrativa;
85. Estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais de combate à pirataria;
86. Divulgar periodicamente estatísticas referentes a informações obtidas sobre a pirataria;

87. Criar e manter o banco de dados, a partir de informações coletadas em âmbito nacional, integrado ao sistema único de segurança pública;
88. Firmar convênios com entidades especializadas no desenvolvimento e gestão de banco de dados;
89. Promover e elaborar pesquisas e avaliações periódicas sobre a situação da pirataria nos setores-alvos;
90. Propor a melhoria do método de aplicação de penas alternativas, em delitos contra a propriedade intelectual, impondo maior rigor no seu cumprimento;
91. Realizar estudos quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos de subfaturamento aduaneiro;
92. Realizar estudos quanto à possibilidade de apreensão de veículos e bens utilizados na pirataria;
93. Realizar estudos quanto à responsabilidade solidária dos proprietários dos estabelecimentos comerciais e de ensino em pirataria nas instituições;
94. Realizar estudos sobre mecanismos para promoção do equilíbrio das relações entre detentores do direito de Propriedade Intelectual e consumidores;
95. Coordenar campanhas de marketing visando a valorização e o respeito à propriedade intelectual e contra a pirataria;
96. Criar e aperfeiçoar banco de dados, de forma integrada com outros órgãos públicos, contendo informações de estrangeiros suspeitos de envolvimento com atos de pirataria, com a consequente difusão aos órgãos congêneres estrangeiros;
97. Firmar convênios com instituições de pesquisa para identificar a conformação das atividades de produção, distribuição e comercialização (padrão de concorrência e formação de preços);
98. Estudar a viabilidade junto ao Setor Público e Privado de substituição, por parte dos pequenos distribuidores, dos produtos piratas por outro tipo de produto legal e de outros empregos alternativos;
99. Estudar em parceria com o setor privado possíveis alternativas para a redução do diferencial de preços /custos entre produtos legais e ilegais.

Em relação aos prazos (curto, médio e longo), decidiu-se que as ações de curto prazo irão consumir, no máximo, 06 meses para serem totalmente implementadas (até 01/11/05). As de médio prazo, em um período máximo estimado de 18 meses (até 01/11/06), enquanto que as ações longo prazo, em período máximo de 24 meses (até 01/05/07). Saliente-se que muitas destas ações têm caráter permanente, sendo que muitas delas já vêm sendo trabalhadas diariamente pelo Conselho.

A necessária divisão das ações: Educativas, Repressivas, Econômicas e Institucionais:

Chegou-se à conclusão que somente as ações repressivas não seriam suficientes ao enfrentamento da pirataria. Juntamente com a melhor coordenação e integração dos Órgãos responsáveis pela repressão, deveriam estar presentes, obrigatoriamente, medidas educativas, econômicas e institucionais. Assim, foram divididas as ações:

- **Medidas Educativas** – têm por finalidade uma ampla difusão do tema Propriedade Intelectual junto às instituições de ensino (Universidades e Faculdades), associações de classe, Magistratura, Promotoria, etc., tudo com o objetivo de que seja divulgada a disciplina entre aqueles que atuam direta ou indiretamente com o tema.

Também, através de cursos de treinamento e capacitação direcionados aos agentes envolvidos na proteção aos Direitos Intelectuais, a serem ministrados em todos os Estados da Federação, será desenvolvida uma massa crítica favorável de agentes que em seus Estados e Municípios estarão capacitados para atuar na repressão à pirataria.

Na mesma vertente educativa, concluiu-se ser fundamental a realização de campanhas nacionais de conscientização, dirigidas aos consumidores, utilizando os diversos meios de comunicação, com objetivo de alertar os consumidores acerca dos males causados pela pirataria.

- **Medidas Repressivas** – têm por finalidade uma melhor coordenação e interação entre os Órgãos de inteligência e de repressão, responsáveis pelo combate à pirataria em território brasileiro. Cumpre destacar a efetividade dos trabalhos dos Órgãos de repressão à pirataria e ao crime organizado, em diversas Operações ocorridas desde o final do ano de 2.004, e por todo este primeiro semestre de 2.005, alcançando resultados expressivos, que serão demonstrados mais adiante.

Medidas desta natureza têm por objetivo enfrentar, com inteligência, as ramificações do crime organizado. O Conselho concluiu que uma maior comunicação e troca de informações entre os Órgãos empenhados na repressão à pirataria trará resultados cada vez mais consistentes.

- **Medidas Econômicas** – têm por finalidade a formulação de estudos entre o setor produtivo e o Governo, que irão apontar para alternativas de se diminuir a diferença de preços entre os produtos originais e os produtos piratas. A diferença entre os preços de produtos originais e pirateados acaba sendo um elemento que muito contribui para a escolha final do consumidor.

- **Medidas Institucionais** – têm por finalidade a recomendação a outros Poderes da União, especificamente os Poderes Legislativo e Judiciário, no sentido de implementar ações que contribuirão para o pleno sucesso do Plano Nacional Brasileiro de Combate à Pirataria.

Já no mês de **março**, durante todo o dia 17, realizou-se a SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho, através da qual foram validadas todas as 99 ações prioritizadas, uma a uma, e discutidos aspectos referentes ao Regimento Interno. Também, decidiu-se que na reunião seguinte, a do mês de abril, através de mais uma Reunião Extraordinária, o Conselho convidaria representantes dos Órgãos de Fiscalização e Repressão da região de Foz do Iguaçu, para elogiar a atuação naquela região, em especial os representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal. O nível de apreensões naquela região crescia de maneira vertiginosa.

Concluiu-se pela necessidade de se organizar os trabalhos do Conselho, dividindo os Conselheiros em Grupos de Trabalho (GT'S), de acordo com a natureza das ações prioritizadas. Também, decidiu-se pela necessidade da participação de outros setores afetados pela pirataria, através da criação e instalação de um Painel de Colaboradores.

Paralelamente aos trabalhos do Conselho, a sociedade civil empresarial organizou-se, criando o Fórum Nacional Permanente de Entidades contra a Pirataria, reunindo mais de 70 empresas e entidades com interesse direto em contribuir para um efetivo trabalho de combate à pirataria em nível nacional. Tal Fórum nasceu com o objetivo de auxiliar o CNCP na implementação das suas ações prioritizadas. Começou a se revelar uma positiva reação dos demais setores da sociedade, no sentido de prestar apoio às ações adotadas pelo Conselho, fato que se mantém, de maneira cada vez mais freqüente, até os dias atuais.

No mês de **abril**, o Conselho reuniu-se no dia 14, para a sua QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, e no dia 15, para a sua TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA. Discutiu-se na Reunião Extraordinária os problemas enfrentados pelas autoridades brasileiras atuantes na região de Foz do Iguaçu. Estiveram presentes as mais altas autoridades do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal, todos de Foz do Iguaçu. O rigor da fiscalização brasileira na região da tríplice fronteira, e o crescente número de apreensões provocaram situação de risco para a atuação dos agentes brasileiros naquela região.

Na parte da tarde, o CNCP contou com a importante participação do Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correa, que colocou a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) à disposição do Conselho, para contribuir na difusão de suas ações junto às Polícias dos Estados, demonstrando bastante comprometimento com o assunto.

Na Reunião Ordinária, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho e constituídos os Grupos de Trabalhos (GT's), divididos da seguinte forma:

GTAL – Grupo de Trabalho de Assuntos Legislativos:

MJ, CÂMARA, SENADO, MCT, MRE, MDIC, SRF, ADEPI, ABDR, ABPD, ABPI, CONATED e ABES + Painel.

GTE – Grupo de Trabalho Educacional:

MJ, MRE, MTE, MCT, ABPI, ABES, ETCO, ABPD, ADEPI e ABDR + Painel.

GTEC – Grupo de Trabalho Econômico:

MJ, MDIC, MCT, FAZENDA, MTE, ETCO, ABES e ABPD + Painel.

GTR – Grupo de Trabalho Repressivo:

MJ, DPF, DPRF, SRF, FAZENDA, ABES, ETCO, ADEPI, ABPD e ABDR + Painel.

GTI – Grupo de Trabalho Institucional:

MJ, MTE, ABPI, ADEPI, CONATED e ABDR + Painel.

Na mesma reunião foram aprovadas as inscrições da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e da FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, sendo os primeiros integrantes convidados a participar do Painel de Colaboradores. Ficou decidido que os demais inscritos deveriam ter suas solicitações analisadas quando da próxima reunião. Foram recebidas em torno de 30 (trinta) solicitações de inscrição, todas vindas de entidades interessadas em participar do Painel de Colaboradores.

No mês de **maio**, foram realizadas entre os dias 16 e 17, mais DUAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS, nas quais, divididos em Grupos de Trabalho, todos os Conselheiros, titulares e suplentes, trabalharam na identificação das medidas necessárias à implementação das ações prioritizadas, etapa denominada de “desdobramento” das ações. Na parte da tarde do dia 17, ocorreu a QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, na qual houve a validação de todas as medidas apontadas, e estabelecido um cronograma de trabalhos para a sua efetiva implementação.

Finalmente, no dia 01 de **julho**, foi realizada, na parte da manhã, a QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, e na parte da tarde, a OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. Foram analisadas as solicitações recebidas para participação no Painel de Colaboradores, tendo sido aprovado, por unanimidade, mais de 20 novos Colaboradores. Também, foi formalizada a entrega de Certificados de Colaboradores a representantes da FIESP e da FIRJAN.

Ficou definido que o Ministério da Justiça, através da Secretaria Executiva do CNCP, coordenaria todos os Grupos de Trabalho, ficando responsável pelo agendamento das respectivas reuniões de trabalho.

No início dos trabalhos do CNCP, em janeiro, havia previsão para que ocorressem 06 reuniões Ordinárias do Conselho; uma a cada mês. Ao final deste semestre, ocorreram 13 reuniões do Conselho, mais do que o dobro daquelas inicialmente previstas, demonstrando o comprometimento dos Conselheiros com os trabalhos desenvolvidos.

A evolução futura dos trabalhos do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual terá sua atualização realizada em períodos semestrais, sendo que a próxima edição deste Relatório trará a atuação do CNCP durante o segundo semestre de 2005.

O próximo capítulo (e derradeiro), trará dados que apontam para um progresso na política de combate à pirataria adotada pelo Governo brasileiro, ganhando destaque as ações de vertente repressiva.

PROGRESSOS OBTIDOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2005:

Do universo das 99 ações prioritizadas, duas delas já foram integralmente cumpridas; as ações de número 13 e 43.

Ação 13 – Realizar seminário sobre Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, no âmbito do MERCOSUL. – **AÇÃO CUMPRIDA**

Nos dias 13 e 14 de junho, deste ano de 2005, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se evento internacional, patrocinado pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual - ABPI - que teve o apoio e colaboração do Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, denominado de "Encontro Latino-Americano de Combate à Pirataria", no qual diversas autoridades do MERCOSUL e representantes de outros diversos países da América Latina discutiram a fundo o problema da pirataria, intercambiando importantes experiências sobre o tema.

Concomitantemente à realização do encontro acima citado, de 13 a 17 de junho, ocorreu a Primeira Semana Internacional de Combate à Pirataria, organizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pela Academia de Polícia - ACADEPOL, com o apoio e participação do CNCP e de entidades privadas, evento destinado exclusivamente ao treinamento e capacitação de agentes das Polícias Civil e Militar, Polícias Federal e Rodoviária Federal, Secretaria da Receita Federal e entidades privadas, além de peritos judiciais e diversos agentes envolvidos com o assunto.

Independentemente do cumprimento da ação, o Conselho já decidiu organizar, um novo encontro, da mesma natureza, previamente agendado para o segundo semestre do ano de 2006, época na qual o Brasil estará à frente da Presidência Pro-Tempore do Mercosul.

Ação 43 – Propor inclusão, na próxima revisão do PPA, o Programa de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos Órgãos públicos afetos ao tema. – **AÇÃO CUMPRIDA**

O Ministério da Justiça decidiu que o melhor caminho para alcançar o objetivo da ação – destinação de verba pública para as atividades do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – seria propor ao Ministério do Planejamento, a criação de uma Ação no Programa de Gestão de Política na área da Justiça, na qual fosse destinada verba anual própria, para o desenvolvimento das atividades do Conselho Nacional.

Em reunião ocorrida no último mês de junho, onde se ponderou com os técnicos do Ministério do Planejamento a necessidade de criação de uma ação com dotações orçamentárias próprias na LDO, e após a defesa dos motivos que justificavam sua criação, os técnicos aprovaram a criação da ação. O CNCP esteve representado por sua Secretaria Executiva, que contou mais uma vez com o apoio essencial da Coordenação de Planejamento, do Ministério da Justiça.

Com o deferimento da criação da ação, a alocação de verba será realizada pelo Ministério da Justiça e necessitará de aprovação pelo Congresso Nacional, ao final deste ano, quando da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O cumprimento desta ação representa a evidência de que o Governo Federal, em suas mais diversas esferas, tem tratado do tema com importância relevada. Os técnicos do Ministério do Planejamento entendendo a necessidade de criação da ação, opinaram por sua aprovação. A rapidez e importância da criação desta ação, pelo Governo Federal, demonstra todo o seu comprometimento com a defesa da Propriedade Intelectual.

As ações acima, sendo de curto prazo, teriam como data limite para seu cumprimento, o início do mês de novembro de 2005, mas já se encontram cumpridas de maneira bastante antecipada.

Todas as demais ações estão em pleno andamento sendo que até o início do mês de novembro, todas as de curto prazo estarão cumpridas. Independentemente, outras ações de médio e longo prazo estão em pleno andamento.

Ganham destaque os avanços obtidos neste primeiro semestre de 2005, devido, em sua quase totalidade, às ações de repressão lideradas pelas autoridades federais, através de um esforço coordenado, e sem precedentes, compartilhados entre os dirigentes e todas as equipes do Departamento da Polícia Federal – DPF, Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF, da Secretaria da Receita Federal – SRF e da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Os dados individualizados abaixo demonstram os avanços conseguidos.

- AÇÕES REPRESSIVAS:

Merecem importante destaque as ações nacionais de repressão aos crimes contra a Propriedade Intelectual, que trouxeram como resultado um acréscimo espetacular das apreensões de produtos irregulares. Nesta primeira fase do Plano Nacional de Combate à Pirataria, procurou-se investir em ações comandadas pelos Órgãos Federais de repressão, ganhando destaque as Operações conjuntas realizadas pela DPF, DPRF e SRF.

O Governo Federal disponibilizou verba significativa para fazer frente aos gastos com o deslocamento e manutenção de grupos de agentes nos mais diversos Estados do Brasil, diga-se de passagem, investimentos nunca antes realizados.

De maneira resumida, ganham destaque as seguintes operações ocorridas neste primeiro semestre de 2005:

- **OPERAÇÃO CATARATAS** – operação conjunta entre Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Militar e Rodoviária Federal, em Foz do Iguaçu, além da Promotoria de Investigação Criminal do Departamento de Estradas e Rodagens e da Agência Nacional de Transportes Terrestres. As apreensões ocorridas no primeiro semestre de 2005, se comparadas ao mesmo período de 2004, apontam para um acréscimo de mais de 100% no volume de mercadorias ilícitas apreendidas na região da tríplice fronteira, somando **mais de R\$ 64 milhões, ou seja, 86% do total apreendido durante todo o ano de 2004.**

- **OPERAÇÃO LEÃO DOURADO** – manteve e intensificou as operações de fiscalização na divisa entre o Brasil e o Paraguai. A ação faz parte do Plano Nacional Permanente de Repressão ao Contrabando, Descaminho e Pirataria e tem por objetivo combater o ingresso de mercadorias falsificadas e contrabandeadas, em território brasileiro, vindas do país vizinho. A ofensiva na fronteira integrou a Secretaria da Receita Federal, o Exército Brasileiro, a Força Aérea Brasileira, as Polícias Federal, Rodoviárias Federal e Estadual, o Departamento de Operações em Fronteira da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

- **OPERAÇÃO HIDRA** – a Polícia Federal mobilizou 650 policiais de seus quadros e cerca de 450 outros agentes públicos no apoio, como policiais militares e rodoviários, auditores da Receita Federal e contou ainda com o suporte do Exército e da Força Aérea Brasileira. Desmontou uma das maiores quadrilhas de contrabando operantes no Brasil – “A Firma”. Prendeu, em quatro Estados sob suspeita de contrabando, mais de 60 pessoas, entre comerciantes, policiais federais, rodoviários e militares, além de fiscais, sob a suspeita de contrabando, e apreendeu quantidade significativa de mercadorias vindas do Paraguai. Um dos líderes da quadrilha havia tido seu nome citado no relatório final da CPI da Pirataria.

- **OPERAÇÃO COMBOIO NACIONAL** – a Secretaria da Receita Federal em Foz do Iguaçu, desde o início do ano vinha trabalhando na montagem de dossiês acerca de empresas de ônibus que serviam unicamente ao transporte de mercadorias ilegais vindas do Paraguai. Após trabalho de inteligência bastante refinado, entregou mencionados dossiês ao Ministério Público Federal, demonstrando como operavam ditas “empresas de turismo”. O Ministério Público requereu ao Juízo Federal ordem de busca e apreensão de mais de 350 ônibus que realizavam mencionado transporte ilegal, ordem deferida pelo MM Magistrado Federal. **Até o mês de junho de 2005, foram apreendidos mais de 700 ônibus que serviam ao transporte de mercadorias ilegais.**

Destacam-se nesta Operação, os trabalhos conjuntos entre Polícias Federal e Rodoviária Federal e a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Mais de 200 ônibus foram apreendidos, sendo que os responsáveis por mencionadas empresas responderão pelos respectivos crimes, nos termos da lei. Trata-se de uma das mais bem sucedidas operações de combate ao transporte e ingresso de mercadorias ilegais que vinham para o Brasil.

A seguir, individualmente, alguns dos resultados alcançados:

- **SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL:**

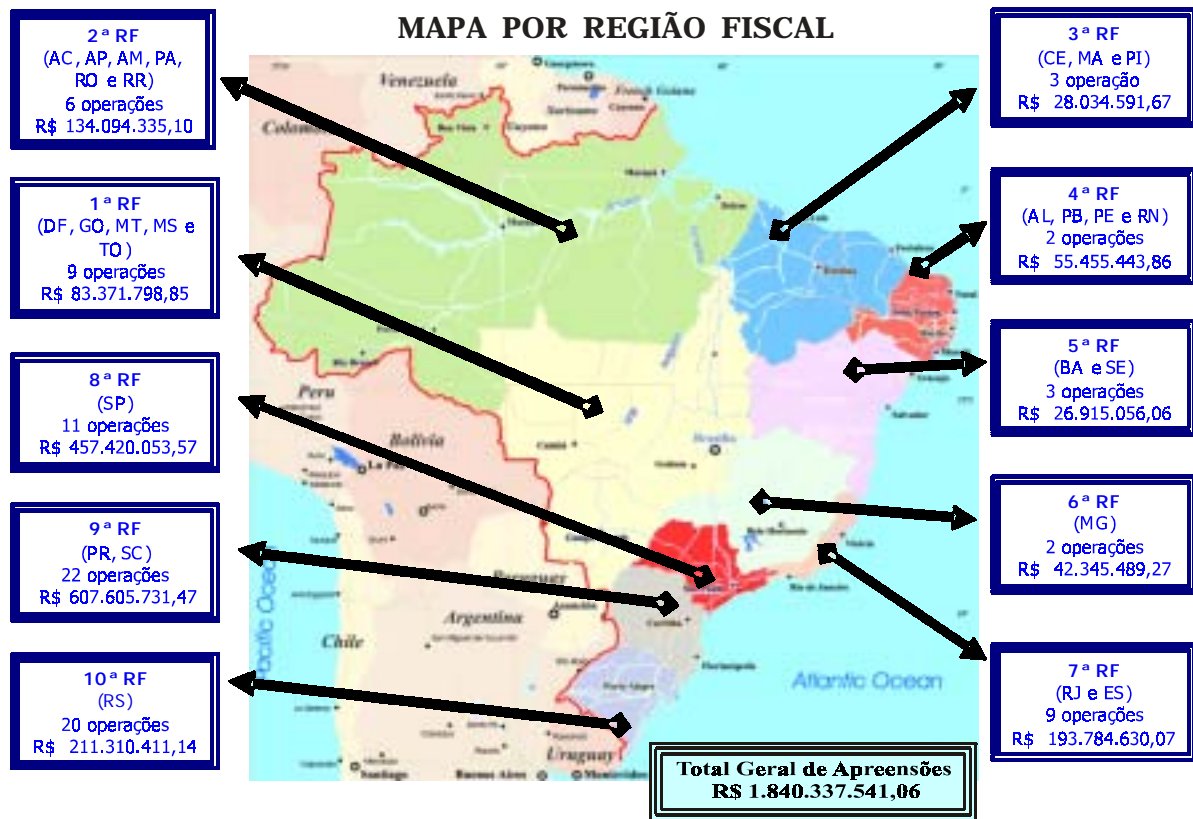
Os trabalhos contínuos que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria da Receita Federal, no combate aos crimes contra a Propriedade Intelectual, sob o comando de seu Secretário, e especialmente através da Coordenação Geral de Administração Aduaneira - COANA, são dignos de destaque.

Em março deste ano de 2005 foi criada a DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando, Descaminho e Pirataria, cuja atuação está voltada para a repressão dos ilícitos econômicos, como a pirataria. A Portaria do Ministro da Fazenda nº 30, de 04 de março de 2005, aprovou o novo Regimento Interno da instituição, através do qual criou-se a Divisão de Repressão, que tem projeções nas regiões fiscais, com equipes voltadas especialmente a reprimir crimes aduaneiros. Além do Órgão central, foram estabelecidas 10 divisões nas Superintendências regionais e 36 unidades operacionais. Em áreas críticas, como o Porto de Santos, foram criados grupos especiais, como o Grupo Fera, que vem realizando diversas apreensões, contando muitas vezes com a participação da Polícia Federal nas ações, agindo na blindagem da zona primária.

O CNCP apóia toda a iniciativa de investimento na área aduaneira, principalmente voltada a um melhor aparelhamento e reforço de contingente humano nas áreas de fiscalização, ação que trará resultados certamente compensatórios. Uma das ações consensuadas pelo CNCP é apoiar, junto ao Ministério do Planejamento, o incremento dos quadros da Receita Federal.

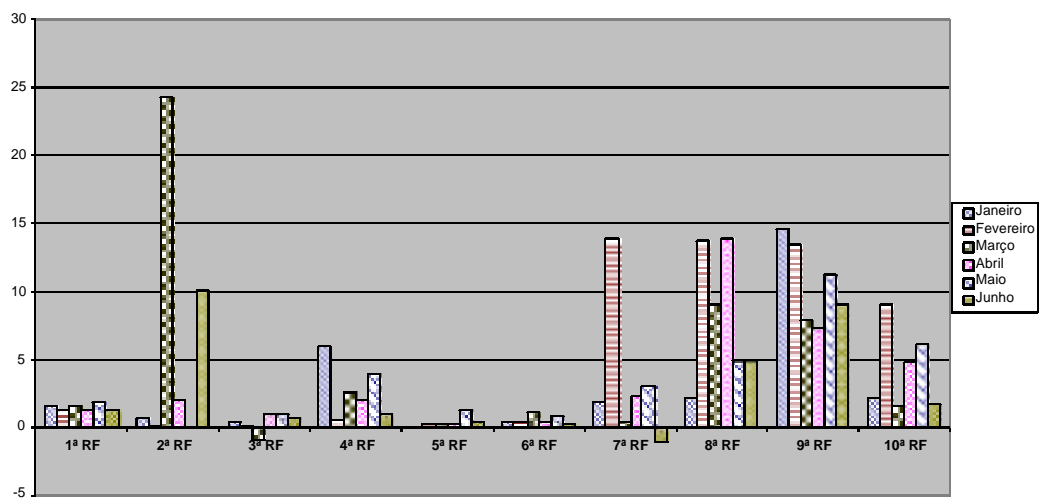
Cumprе salientar que pelo enorme número de apreensões que vêm sendo realizadas, os depósitos da Receita Federal estão quase que lotados, necessitando, em algumas regiões mais críticas, como a de Foz do Iguaçu, liberação urgente de espaço, que só será possível quando finalizados os respectivos processos administrativos ou aqueles levados ao Judiciário. Fato é que a situação dos depósitos demonstra a intensa atividade desenvolvida pela Receita Federal.

Em recente relatório encaminhado pela Secretaria da Receita Federal, ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, verificou-se a seguinte distribuição, por regiões fiscais, do quadro de apreensões:

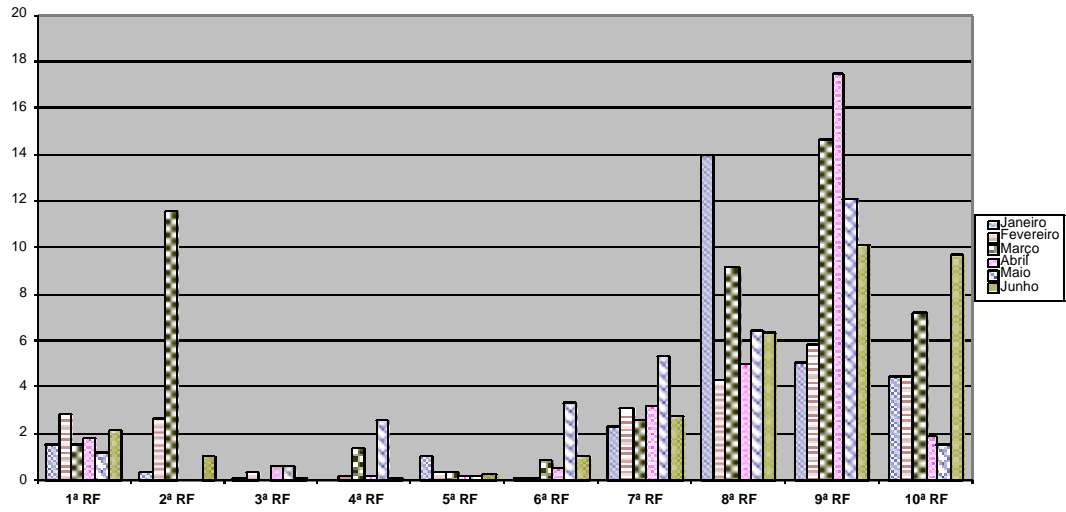


Ao compararmos as apreensões ocorridas nos primeiros semestres de 2003, 2004 e 2005, temos o seguinte quadro evolutivo:

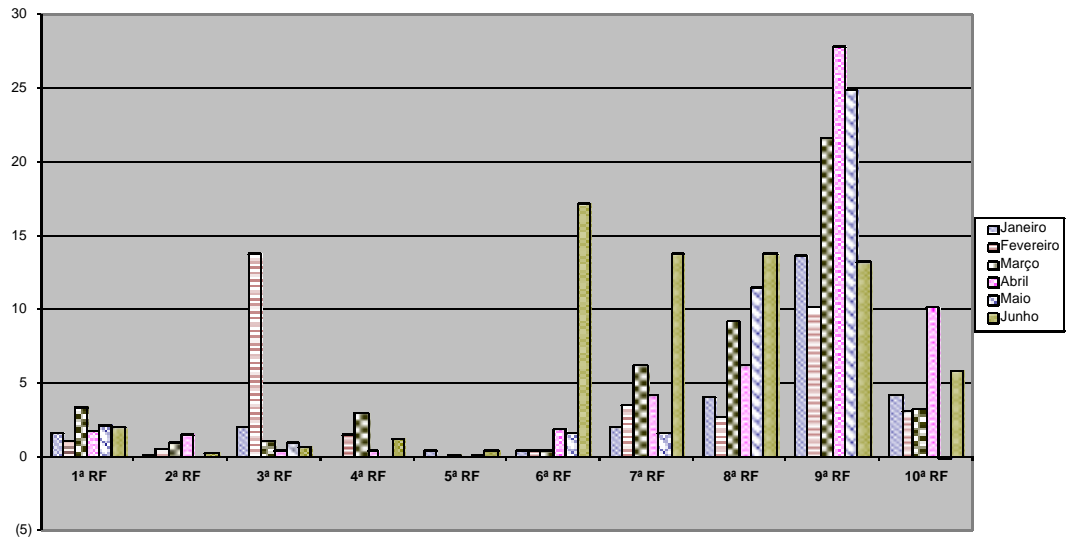
3.2) Apreensão de Mercadorias - Gráfico Comparativo - 1º Semestre 2003
Em Milhões



3.3) Apreensão de Mercadorias - Gráfico Comparativo - 1º Semestre 2004
Em Milhões



3.4) Apreensão de Mercadorias - Gráfico Comparativo - 1º Semestre 2005
Em Milhões



Percentual do total apreendido no primeiro semestre de 2005 em relação ao ano anterior:

Região Fiscal	Comparação 2005/2004						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Acumulado
1ª RF	108%	39%	223%	107%	172%	96%	115%
2ª RF	43%	24%	8%	749776%	-	37%	22%
3ª RF	2369%	3809%	208118%	90%	148%	1442%	1163%
4ª RF	52%	868%	229%	234%	0%	1298%	118%
5ª RF	49%	3%	39%	30%	151%	178%	44%
6ª RF	652%	927%	56%	408%	52%	1735%	107%
7ª RF	90%	118%	244%	134%	32%	504%	109%
8ª RF	30%	66%	101%	128%	180%	217%	88%
9ª RF	271%	174%	148%	160%	206%	131%	179%
10ª RF	94%	71%	45%	532%	-10%	61%	105%
TOTAL	101%	156%	101%	180%	129%	206%	129%

Em relação às apreensões de CD-R, CD-RW e DVD, nota-se outro espetacular avanço, abaixo demonstrado:

Janeiro a Dezembro de 2004					
Descrição - Mídia não-gravada	Posição NCM	Quantidade	Unidade Medida	Valor	Valor médio
CD-R	8523.90.10	3.174	unidades	R\$ 6.727,20	R\$ 2,12
	8523.90.10				
CD-RW; DVD	8523.90.90	197	unidades	R\$ 1.951,39	R\$ 9,91
TOTAL		3.371		R\$ 8.678,59	

Janeiro a Maio de 2005					
Descrição - Mídia não-gravada	Posição NCM	Quantidade	Unidade Medida	Valor	Valor médio
CD-R	8523.90.10	800	gar	R\$ 800,00	R\$ 1,00
	8523.90.10	3.239.412	unidades	R\$ 1.832.364,56	R\$ 0,57
CD-RW; DVD	8523.90.90	58.752	unidades	R\$ 164.640,90	R\$ 2,80
TOTAL		3.298.964		R\$ 1.997.805,46	

Verifica-se que, somente em relação às apreensões de CD-R, CD-RW e DVD, o número de apreensões nos cinco primeiros meses de 2005 superou quase mil vezes o número de apreensões dos mesmos produtos durante todo o ano de 2004. De 3.371 unidades apreendidas durante todo o ano de 2004, partiu-se para 3.298.964, apreendidas entre os meses de janeiro a maio de 2005.

- **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL:**

O Departamento da Polícia Federal vem desempenhando um importante papel no combate ao contrabando, descaminho e crimes contra a Propriedade Intelectual, sempre agindo, com inteligência, em ações que têm por objetivo atacar a espinha dorsal das organizações criminosas. Elogios devem ser repassados a todos os agentes envolvidos neste árduo trabalho.

Nas propostas de ações de curto prazo do CNCP, está a criação de uma unidade específica na Polícia Federal para tratar da repressão ao contrabando, descaminho e pirataria. Tal ato de criação já foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, que está analisando a liberação de recursos para tal finalidade.

As estatísticas de pirataria nem sempre revelam a verdadeira atuação da Polícia Federal, pois muitas vezes o ilícito se enquadra no artigo 334 (contrabando e descaminho) do Código Penal, e não no artigo 184 (crime contra os direitos autorais e conexos). Ocorre que entre as diversas mercadorias apreendidas por descaminho e contrabando, presentes, estão inúmeras que afrontam os direitos de Propriedade Intelectual.

Dos trabalhos realizados pela Polícia Federal neste primeiro semestre de 2005, ganha destaque Operação realizada no mês de abril, através da qual descobriu-se três enormes depósitos secretos dentro de galpão supostamente pertencente a Law Kin Chong, no bairro do Brás, em São Paulo. Atrás de uma estante, em uma sala nos fundos do galpão, foi encontrado um botão, que quando pressionado abria paredes de concreto. São três depósitos onde caberiam mercadorias em volume equivalente a mais de 150 containeres. Nos depósitos estavam estocados milhares de pares de sapato e bolsas, milhões de relógios, cosméticos e outros produtos, em sua maioria vindos da China avaliados em aproximadamente R\$ 25 milhões.

Também, ganhou destaque, neste primeiro semestre de 2005, iniciada no mês de maio, sua “OPERAÇÃO HIDRA”, que desmantelou uma das maiores quadrilhas envolvidas com contrabando e descaminho no país. A operação aconteceu no Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso, e além das prisões (28 no Paraná, 20 no Mato Grosso do Sul, 9 em São Paulo e 2 em Mato Grosso), resultou no cumprimento de mais de 400 mandados de busca e apreensão. Cerca de 750 policiais federais foram mobilizados.

A quadrilha era comandada pelo empresário José Doniseth Balan, preso no Mato Grosso do Sul, que foi citado na CPI da Pirataria e já tinha sido investigado durante a Operação Nicotina, realizada em novembro de 2002.

O grupo era especializado na compra, venda e transporte de mercadorias contrabandeadas de altíssima qualidade e bom valor de mercado, como eletroeletrônicos, equipamentos de informática, cigarros, materiais e equipamentos médicos e odontológicos, agrotóxicos, medicamentos, compostos farmacêuticos e pneus, entre outros. Todos estes produtos entravam ilegalmente no país, causando graves prejuízos ao erário. Estima-se que o grupo movimentava cerca de 30 milhões de reais por mês.

Para se ter uma idéia, apreensões de cigarros já realizadas pela Polícia Federal relacionadas a esta quadrilha totalizam cerca de 4.150.000 de maços de cigarros.

Foram investigações que duraram quase um ano, e tiveram como objetivo identificar os verdadeiros comandantes do contrabando e descaminho a partir da fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial na região dos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.

Os objetos contrabandeados eram transportados em caminhões e carretas pertencentes à quadrilha, e tinham como destino final os Estados de São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A cidade de Maringá era a principal base da quadrilha justamente pela grande malha rodoviária que dava acesso a todos os Estados vizinhos.

Os acusados estão respondendo pela prática de crimes como contrabando e descaminho, quadrilha, estelionato, corrupção ativa, corrupção passiva, facilitação de contrabando e ou descaminho, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Ainda, nas ações de repressão na região da tríplice fronteira, em especial em Foz do Iguaçu, a atuação da Polícia Federal tem sido marcante, no que pese, muitas vezes a falta de efetivo humano, como no caso da Receita, efetivo aquém do necessário, mas que vem sendo suprido pelos recentes concursos realizados. Na cidade de Foz do Iguaçu, neste ano de 2005, foi inaugurada a maior Delegacia da Polícia Federal do país, o que certamente contribui para um maior reforço da instituição naquela região, e maior possibilidade de se alcançar bons resultados.

- **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL:**

A Polícia Rodoviária Federal, também vem desempenhando papel fundamental no combate aos crimes contra a Propriedade Intelectual. Em atividade cada vez mais intensa, as inúmeras operações deflagradas pelo comando do Departamento, através de sua Diretoria Geral, têm trazido resultados significativos.

Ao atuar em toda malha rodoviária federal, complementa o trabalho de repressão que se dá nas fronteiras e nos depósitos de produtos piratas. A Polícia Rodoviária Federal tem função de particular relevância no que se refere à repressão da logística de distribuição dos produtos piratas, com 576 postos fixos de fiscalização, dando cobertura a 65.000 km de estradas, atuando de forma independente e também em operações integradas, com a Polícia Federal e a Secretaria da Receita Federal. A exemplo da SRF, a PRF igualmente atua em todo território nacional, e não apenas em pontos críticos.

Nas propostas de ações de curto prazo do CNCP, está a criação de unidade específica na Polícia Rodoviária Federal para tratar da repressão ao contrabando, descaminho e pirataria.

Em relação à quantidade de mercadorias ilegais que a DPRF vem apreendendo, os números chamam a atenção. Abaixo as apreensões realizadas somente entre os meses de janeiro e março de 2005:

Apreensões de Janeiro a Março de 2005:

Produtos	Quantidade	Unidade de medida
Bebida	2.084	Cx
Cigarro	265.425	Pct
Equip. Informática	10.481	Uni.
Equip. Eletrônico	32.372	Uni.
CD/DVD/VHS	172.016	Uni.
Outros	277.909	Uni.
Total	760.287	

Ao comparar os resultados das apreensões ocorridas nos meses de abril e junho de 2005, com período correspondente do ano de 2004, constata-se a evolução dos trabalhos da Polícia Rodoviária Federal, na repressão aos crimes contra a Propriedade Intelectual, senão vejamos:

Apreensões no Mês de Abril - Comparativo de 2004 e 2005:

PRODUTOS	2004	2005
Bebida	157	246
CD/DVD/VHS	8.521	32.491
Cigarro	31.080	251.265
Equip. Informática	1.394	5.541
Eletrônicos	6.924	9.276
Outros	107.783	84.064
TOTAL	157.863	384.888

Apreensões no Mês de Junho - Comparativo de 2004 e 2005:

PRODUTOS	2004	2005
Bebida	264	2.827
CD/DVD/VHS	30.705	71.274
Cigarro	47.536	43.212
Equip. Informática	1.716	10.506
Eletrônicos	5.536	12.699
Outros	71017	137.676
TOTAL	158.778	280.199

Também, merecem destaque as Operações realizadas neste primeiro semestre de 2005, que se comparadas com o universo total de apreensões realizadas em 2004 e 2003 apontam que, somente em relação a CD's e DVD's, apreendeu-se 8% a mais, neste primeiro semestre, do que se apreendeu durante todo o ano de 2004. A tabela abaixo traz estas relevantes informações, demonstrando o comprometimento da DPRF nos trabalhos de combate à pirataria.

Apreensões	Unid (todo)	2003 (todo)	2004 1° SEM	2005 Ref 2004	Varição
Cocaína	Kg.	527,4	973,1	1.447,5	48%
Maconha	Ton.	33,1	36,3	197,8	444%
Haxixe	Esf.	1	88	11.062	12.470%
Bebida	Lt.	26.984	12.711	8.134	36%
CD/DVD	Unid	568.614	451.429	488.626	8%
Cigarro	Pct.	872.780	773.149	730.925	5%
Informática	Unid	37.740	48.304	33.203	32%
Eletrônicos	Unid	71.573	57.165	85.920	50%
Carga recuperada	Ocorr	215	148	277	87%

- **Polícia Civil – Delegacias Especializadas na Repressão aos Crimes contra a Propriedade Intelectual:**

Tem ganhado destaque no cenário nacional, a atuação de Delegacias Especializadas na Repressão aos Crimes contra Propriedade Intelectual. Uma das ações sugeridas pelo Plano Nacional de Combate à Pirataria, do CNCP, é o apoio à criação de mencionadas Delegacias, ou Núcleos Especializados. Os primeiros Estados a contar com a instalação de Delegacias Especializadas foram São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado do Rio Grande do Sul parece caminhar nesta mesma direção, enquanto que o Estado de Pernambuco, muito recentemente, tem evoluído para a criação de um Núcleo Especializado de Combate à Pirataria.

SÃO PAULO – instalada na Capital do Estado de São Paulo, junto ao DEIC (Departamento de Investigações sobre Crime Organizado), a 1ª DIG (Divisão de Investigações Gerais), tem realizado um importante trabalho na repressão aos crimes contra a Propriedade Intelectual. Importantes prisões se consumaram, como a prisão de um dos maiores falsificadores de perfumes da cidade de São Paulo, como também de um dos maiores falsificadores de selos oficiais, dono de uma gráfica. Somente no início deste ano de 2005, foram efetuadas mais de 90 prisões de pessoas envolvidas com o crime de pirataria, tendo sido apreendido grande quantidade de material ilícito.

Resumo de algumas ações:

- em abril, uma grande fábrica que produzia produtos falsificados, com linha de produção de escala, foi descoberta e fechada, em Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo. Segundo investigações, a fábrica vinha produzindo, a cada ano, cerca de 350 mil CD's mensalmente. A Polícia acredita que a fábrica produzia para lojas e camelôs de grandes centros comerciais da Capital e para cidades do Nordeste.

- mais recentemente, no mês de junho, aproximadamente 15.000 CD's falsificados foram apreendidos em lojas na Avenida Paulista, em conhecido ponto comercial, denominado Stand Center.

- somente em relação aos meses de abril, maio e junho, a Delegacia Especializada do DEIC, apreendeu mais de meio milhão de mercadorias que violam a Propriedade Intelectual. CD's, DVD's e softwares encabeçam a lista dos itens mais apreendidos. Somente entre estes itens, as apreensões superam 200.000 exemplares piratas; e isto, somente nos três últimos meses.

Abaixo tabela de itens apreendidos **somente entre os meses de abril a junho do corrente ano:**

Artigos / Mês	Abril	Maio	Junho	Total em 3 meses
CDs	65.588	26.792	22.464	114.844
DVDs	4.542	24.012	11.706	40.260
Softwares	38.637	12.661	11.121	62.419
Fitas VHS	–	408	417	825
MP3	2.354	150	700	3.204
Encartes	–	31.220	630	31.850
Tênis	87	3.232	3.170	6.489
Óculos	–	3.067	368	3.435
Relógios	–	1.218	1.409	2.627
Roupas	–	1.124	1.324	2.448
Bolsas	–	1.364	243	1.607
Brinquedos	–	143	–	143
Perfumes	–	192	–	192
Eletrônicos	–	237	302	539
Objetos Diversos	111.208	105.820	53.854	270.882

Total dos Itens

541.764

Algumas das notícias divulgadas:

04/03/05 - Pirataria: 92 presos com R\$ 1,5 milhão em produtos

Foi o que a Delegacia de Combate à Pirataria apreendeu nos últimos 90 dias. Só ontem foram 12 presos em flagrante, com 4.000 peças de CDs e DVDs piratas. Pelo menos R\$ 1,5 milhão em CDs, DVDs, tênis e camisetas falsificadas e eletroeletrônicos e cigarros contrabandeados do Paraguai, entre outros produtos, foram apreendidos nos últimos 45 dias pela Delegacia de Combate à Pirataria do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic).

Nessas operações realizadas sem alarde, desde que assumiu a delegacia no dia 1º de dezembro de 2004, o delegado Ismael Rodrigues prendeu 92 pessoas pelos crimes de contrabando, descaminho e violação de direitos autorais. Só entre a noite de anteontem e a manhã de ontem, 12 vendedores ambulantes – entre eles dois menores de 17 anos – foram presos com cerca de 4.000 peças de CDs e DVDs piratas. Em janeiro, 17 pessoas – incluindo o líder da pirataria no local, o chinês Ting Kuang Chu – foram presos no Stand Center, um shopping na Avenida Paulista, vendendo produtos falsificados.

Na noite de anteontem, o primeiro detido foi o vendedor ambulante Arismar de Souza Silva. Ele foi pego na Praça da República, logo após receber um lote de 929 peças de CDs e DVDs. Os policiais chegaram a Arismar após um informante delatar todo o esquema de distribuição dos produtos piratas na região da 25 de Março e a rota de fuga dos ambulantes. Segundo a denúncia, toda vez que um carro caracterizado da Polícia Civil se aproxima da região da 25 de Março, os olheiros se comunicam com os vendedores de CDs e DVDs piratas. Eles embrulham a mercadoria e correram para dois bares da região – um na Rua Barão de Duprat, 369, e outro na Afonso Kherlakian, 179. Por conta desse modo de agir dos ambulantes, a ação policial foi batizada como Operação Ratoeira.

Na opinião de Rodrigues, a prisão é a única forma para se extinguir a pirataria. "Quando os ambulantes são indiciados em inquéritos, mas continuam em liberdade, não sentem o rigor da punição. A prisão, com certeza, assusta e coíbe o delito. Faz o ambulante pensar um pouco mais no risco que vai correr."

O Código Penal Brasileiro prevê pena de 2 a 4 anos de reclusão para os condenados pelo crime de violação de direitos autorais. Para os contrabandistas, a pena varia de 1 a 4 anos de prisão. O diretor do Deic, Godofredo Bittencourt, elogiou o trabalho de Rodrigues. Ele disse que a delegacia vai continuar realizando operações como a promovida em novembro, quando os policiais fecharam a Galeria Pajé e apreenderam R\$ 10 milhões em mercadoria.

20/04/05 - Blitz apreende 6,7 mil produtos piratas em SP

SÃO PAULO. Trinta policiais acompanhados de seis oficiais de Justiça e dez advogados fizeram uma blitz no edifício Galeria Pagé, no Centro de São Paulo, que resultou na apreensão de 6,7 mil produtos falsificados na manhã de ontem. Tênis, camisetas e óculos falsos das marcas Nike e Mizuno, além de imitações das bolsas Louis Vuitton, lotaram dois caminhões usados na operação.

Nenhum lojista ofereceu resistência. Domingos dos Santos, gerente de uma loja do sexto andar, disse que os tênis falsos são vendidos por imigrantes chineses, para quem os donos de lojas costumam sublocar seus estabelecimentos, cobrando aluguéis de mil reais.

Segundo Gumerindo Moraes Neto, diretor da marca Mizuno no Brasil, a empresa vem promovendo ações com frequência para tentar barrar as falsificações. Os produtos apreendidos ficarão à disposição da Justiça e os infratores devem responder a processos.

De acordo o advogado Vieira Júnior, a empresa entrou com uma série de ações de indenização contra os falsificadores. Elas pedem R\$ 400 mil de cada acusado. Na semana passada, a Polícia Civil de Aparecida do Norte, no interior de São Paulo, apreendeu dez mil pares de tênis falsos em um depósito em duas casas da cidade.

09/06/05 - Depósito de CDs piratas – 70.000 CD's e DVD's.

No meio da pilha de 70 mil CDs e DVDs piratas, o Funk do PCC se destacou. A mercadoria foi apreendida ontem de manhã pelo Setor de Investigações Gerais (SIG). Os CDs estavam em um depósito no número 197 da Rua 25 de março, no centro.

Denys Camurça da Silva, de 20 anos, responsável pela carga, foi preso em flagrante. Outras quatro pessoas foram detidas e liberadas ontem. Segundo o delegado Fernando Gomes Pires, o depósito foi estourado depois de uma denúncia anônima. O local servia como ponto de venda para abastecer os camelôs da região central. Um funcionário do prédio ao lado disse nunca ter notado movimentação diferente no local.

RIO DE JANEIRO – A Delegacia Especializada instalada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, a DRCPIM, vem desempenhando um destacado papel na repressão à pirataria naquele Estado, e no Brasil. Mencionada Delegacia tem trabalhado, desde sua criação, em ações articuladas com o Ministério Público do Estado. A união, totalmente coordenada, tem feito com que a Delegacia, dia a dia, traga melhores resultados em suas Operações. Um grande avanço trazido por esta Delegacia é a presença física de um perito criminal, que estando no local, pode dar maior agilidade à realização dos necessários laudos.

Os números das apreensões realizadas pela Delegacia Estadual Especializada, do Rio de Janeiro (mais de 548.000 itens apreendidos, em seis meses), dão conta da importância dos trabalhos por lá desenvolvidos. Segue, abaixo, resumo das apreensões realizadas somente neste primeiro semestre de 2005:

Resumo dos resultados
Primeiro semestre de 2005:

Artigos / Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total do Semestre
CDs	42.260	26.860	32.828	59.570	42.048	223.816
DVDs	1.066	1.549	6.600	5.487	9.959	36.880
Cigarro	9.734	2.249	3.733	3.450	3.176	23.303
Jogos Eletrônicos	11.650	7.848	14.779	4.268	11.687	58.713
Softwares	972	279	1.420	839	924	5.117
VHS	4.347	2.505	2.553	1.945	1.348	13.620
Outros	8.743	1.263	2.835	144.188	5.930	186.565

Total dos Itens

548.014

Algumas das recentes notícias divulgadas:

10/05/05 - Polícia estoura o maior laboratório pirata de CDs e DVDs do Estado.

RIO DE JANEIRO – Policiais da Delegacia de Repressão Contra Crimes de Propriedade Imaterial (DRCPIM) estouraram o que consideraram o maior laboratório de fabricação de CDs e DVDs piratas do estado do Rio de Janeiro. Cerca de 15 mil CDs gravados e cinco mil virgens e 110 gravadores de CDs e DVDs foram apreendidos em operação realizada nesta terça-feira, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Também foram presas três pessoas e duas menores de 17 e 15 anos.

O laboratório funcionava numa casa do Condomínio Beija-Flor, na Estrada São João-Caxias 777, e tinha capacidade de produzir 10 mil CDs e DVDs por dia. O delegado Marco Aurélio de Paula Ribeiro, titular da DRCPIM, disse que já vinha monitorando o local, após receber denúncias sobre as atividades ilícitas ali realizadas. E esperou o momento certo para agir, para não pôr em risco os moradores do condomínio residencial. Ele acredita que o material produzido seria distribuído para diversos pontos de venda no Centro do Rio, Pavuna, Campo Grande, Bangu, Baixada Fluminense e algumas cidades do interior do estado.

Na operação, Iranilda Rodrigues da Silva, de 45 anos, Joelma Cristina Lima, 21, e Vanessa da Silva Bezerra, 18, foram presas em flagrante por violação de direito autoral e formação de quadrilha. Depois de autuadas, foram levadas para a Polinter, enquanto as menores seguiram para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). As investigações prosseguirão, porque existe a suspeita de participação de outras pessoas na quadrilha.

16/06/05 - Polícia estoura laboratórios clandestinos de falsificação de CDs.

Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM), de posse de mandados de busca e apreensão, estouraram, nesta quarta-feira (dia 15), dois laboratórios de fabricação de CDs e DVDs piratas, em São Cristóvão e na Tijuca. Os agentes também apreenderam, na Rua Uruguaiana, no Centro, cartuchos para videogame, tênis, óculos e peças falsificadas de roupas de grifes, totalizando cerca de cinco mil produtos apreendidos.

Um dos laboratórios funcionava na Rua Conde de Bonfim 83, apartamento 802, na Tijuca, e o outro na Rua Lopes Trovão 450, em São Cristóvão. Duas pessoas foram levadas para a delegacia para averiguação e liberadas.

Com autorização da Justiça, a DRCPIM vai destruir, na próxima segunda-feira (dia 20), cerca de 100.000 CDs, DVDs e fitas VHS, que foram apreendidos em operações policiais. A destruição será feita com um rolo compressor, às 10 horas, na especializada, na Rua São Luiz Gonzaga 275, no Largo da Cancela.

DRCPIM - Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial realizaram operação no Camelódromo da Rua Uruguaiana, onde foram apreendidos diversos produtos conhecidos como "piratas".

Foram arrecadados: 490(quatrocentos e noventa) óculos das marcas NIKE, ADIDAS, ARNET, OAKLEY e HB 30(trinta) camisa de times de futebol; 23(vinte e tres) bermudas de times de futebol; 1373(um mil, trezentos e setenta e tres) CDs de Jogos e Programas; 233(duzentos e trinta e três) cartuchos; 331(trezentos e trinta e um) CDs de música; 2168(dois mil cento e sessenta e oito) DVDs

29/06/05 - Ambulante preso e mais de 500 CDs de Músicas apreendidos

A prisão foi possível graças ao Disque-denúncia nº 9574.6.2005, enviado à Delegacia Especializada em difusão imediata no dia 29.06.2005, às 08:33 sendo enviada equipe Cosmos 3 que compareceu à Rua Visconde de Figueiredo, entre a Rua Dr Satamini e a Rua Conde de Bonfim, onde o comunicante informava que às 4^{as} feiras ocorre uma feira livre, e o ambulante identificado como VANDERLEI SILVA FIRMINO estava comercializando CDs de música naquele momento. O nacional foi preso em flagrante, gerando o APF nº. 00632/1946/2005.

Os resultados acima trazidos dão conta da importância dos trabalhos de investigação e repressão à pirataria desempenhados por Delegacias Especializadas na Proteção da Propriedade Intelectual. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, vem realizando visitas às Delegacias Especializadas, no sentido de prestigiar o trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como estimulando outros Estados a terem as suas, seja através de Delegacia, seja através de Núcleos Especializados.

Recentemente, o **ESTADO DE PERNAMBUCO** através do Delegado-Chefe da Polícia Civil, anunciou a criação do Núcleo Especializado na Prevenção e Repressão à Falsificação e Contrafação de Marcas e Produtos - NEPREFC, que atuará com intensidade na repressão aos crimes contra a Propriedade Intelectual, atitude pioneira no Estado, que será instalado na Capital, Recife. O CNCP lá esteve representado por sua Secretaria Executiva, no sentido de apoiar tal iniciativa na região Nordeste do Brasil. A idéia é incentivar outros Estados da região a adotar a mesma prática.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** também conta com projeto bastante adiantado para a instalação de uma Delegacia Especializada naquela Capital, que irá ter competência para reprimir os crimes contra a Propriedade Intelectual. O modelo de combate à pirataria adotado naquele Estado revela-se como sendo uma referência para os demais Estados brasileiros. A Secretaria Municipal da Indústria e Comércio – SMIC – da Prefeitura Municipal, vem desempenhando um importante papel local na repressão à pirataria e às falsificações, em conjunto com outros Órgãos governamentais e iniciativa privada.

Como resultado deste trabalho, somente em ações executadas neste primeiro semestre de 2005, ganham destaque as seguintes notícias:

12/05/2005 - Rolo destrói produtos piratas

Um total de 90,5 mil produtos contrabandeados e falsificados, incluindo 73 mil CDs piratas, 12,8 mil óculos e 3,6 mil relógios de pulso, foram destruídos ontem por um rolo compressor. O ato, promovido pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, ocorreu no Largo Zumbi dos Palmares. O material tinha sido apreendido pelos fiscais no período de 14 de dezembro de 2004 a abril último com camelôs irregulares e em depósitos clandestinos, sobretudo no Centro. Havia junto, ainda, 865 fitas-cassete, 223 armas de brinquedos, DVDs de filmes e shows, além de fitas VHS e outros tipos de mercadorias.

O secretário da SMIC, Idenir Cecchim, compareceu ao ato. Ele destacou os bons resultados das ações desencadeadas contra os depósitos clandestinos de mercadorias, por meio da chamada 'Operação Nascedouro', ao invés do confronto com ambulantes nas ruas. O apoio da Brigada Militar também foi enfatizado. Cecchim ressaltou que a destruição simboliza a falta de valor comercial dos produtos, vindos principalmente de países asiáticos ou de origem duvidosa.

O secretário manifestou preocupação com a venda de armas de plástico, sendo que muitas são réplicas perfeitas.

09/06/05 - Smic apreende 8 mil CDs e DVDs em depósito clandestino

Um novo depósito de mercadorias irregulares foi localizado na manhã de hoje, 9, pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) no centro da Capital. Na Praça Rui Barbosa, 55, os fiscais apreenderam 8.000 CDs de jogos e músicas, além de DVDs de filmes nacionais e estrangeiros. Também foram apreendidos cavaletes, grades, baterias, carros de som e carrinhos utilizados pelos ambulantes para vender as mercadorias. A ação contou com o apoio da Brigada Militar e faz parte da Operação Nascedouro, que está sendo realizada pela Smic desde fevereiro para combater o comércio irregular em sua origem, com apreensão de mercadorias em depósitos irregulares.

16/06/05-Smic apreende 20mil CDs falsos no centro da Capital

Ação contou com apoio da BM e faz parte da Operação Nascedouro

Um novo depósito de mercadorias irregulares foi localizado nesta quinta, dia 16, pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) no centro da Capital. Na Avenida Maúa, 1797, os fiscais apreenderam 20 mil CDs de jogos, músicas e programas para computadores, roupas falsificadas, rádios de pilha, máquinas fotográfica, caixas de pilhas, calculadoras, minisystems, além de DVDs de filmes nacionais e estrangeiros. Também foram apreendidos tabuleiros, cavaletes, grades, baterias, carros de som e carrinhos utilizados pelos ambulantes para vender as mercadorias.

As quatro salas eram locadas pelo proprietário do estacionamento, que teve o seu alvará suspenso após notificação da fiscalização. O depósito irregular que possuía 120 metros quadrados foi devidamente lacrado. O ambiente demonstrava organização e limpeza, para o armazenamento e distribuição das mercadorias pirateadas aos camelôs irregulares da área central da cidade.

Um homem estava no local, e abandonou as mercadorias com a chegada dos fiscais e da imprensa.

A ação contou com o apoio da Brigada Militar e faz parte da Operação Nascedouro, que está sendo realizada pela Smic desde fevereiro para combater o comércio irregular em sua origem, com apreensão de mercadorias em depósitos irregulares. As informações são da prefeitura de Porto Alegre.

No **ESTADO DE SANTA CATARINA**, a Secretaria de Fazenda de Santa Catarina criou um grupo especial denominado “Grupo de Combate Ostensivo ao Contrabando, Falsificação e Pirataria – GCOCFP”. A estréia do Grupo se deu em operação realizada já em janeiro de 2005, em toda a extensão da Rodovia BR 101, naquele Estado. A operação será rotineiramente realizada por equipes de auditores fiscais e por policiais, bem como em parceria com o setor privado, já apresentando alguns resultados de apreensões.

Somente nos seis primeiros meses deste ano de 2005, o Grupo promoveu a apreensão de quase 140.000 maços de cigarro, 22.679 CD's de áudio, mais de 8.000 Cd's de softwares e 1.620 DVD's, tendo visitado quase 1.600 estabelecimentos em diversas cidades do Estado de Santa Catarina, conforme tabela abaixo:

DATA	CIDADE	LOCAIS VISITADOS	TERMO DE APREENSÕES (Quantidade)	CIGARROS (Carteiras)	MIDIAS DE CDs		
					CDs Áudio (Quantidade)	CDs Software (Quantidade)	DVDs (Quantidade)
12/01/05	Blumenau e reg.	12	12	3.085	1.811		17
Jan/05	BR 101 – SUL	113	34	615	6.468	151	143
Jan/05	BR 101 - NORTE	256	64	1.773	3.827	7.831	1.174
02/02/05	Blumenau e reg.	83	21	1.938			
18/02/05	Rio do Sul e reg.	115	29	15.615			
25/02/05	Rio do Sul e reg.	80	18	14.829	4.916		
11/03/05	Curitibanos e reg	45	08	4.755			
18/03/05	Itajaí e região	65	11	3.895			
08/04/05	Florianop. e reg	187	05	6.499	114		
15/04/05	Lages e região	58	03	7.098	394		
22/04/05	Tubarão e região	287	21	12.130	530		
05/05/05	Curitibanos e reg	46	04	17.110	1.200		
12/05/05	Floriaps/ S José	08	05	1.703	1.157		286
13/05/05	Joaçaba e região	51	03	8.260	852		
27/05/05	Brusque e região	15	04	4.015	910		
08/06/05	Joinville e região	95	05	7.763			
15/06/05	Chapecó e região	82	06	28.380	500	52	
T O T A L		1.598	253	139.463	22.679	8.034	1.620

No **Distrito Federal**, em Brasília, ocorreu uma operação contra a pirataria, no mês de abril, realizada pela Delegacia de Defraudações e Falsificações, onde foram apreendidos milhares de CD's piratas na "Feira dos Importados", em dois depósitos e em um laboratório clandestino.

Também, no mês de junho, a Delegacia do Lago Norte realizou apreensão expressiva de carga de mais de 3.000 CDs e DVDs, uma CPU com quatro gravadoras, dez computadores, entre eles uma torre, equipamento de impressão direta em CDs, uma pistola 380 e dois pentes carregados na casa de José Luciano Carneiro, 30 anos e em sua banca na Feira dos Importados - a antiga Feira do Paraguai. José Luciano pirateava jogos, filmes e discos musicais para vender na banca A-414 da Feira. No local foram encontrados vários computadores interligados e um depósito de CDs. Em uma das CPUs havia quatro gravadoras de CDs e DVDs e uma leitora de CDs.

Polícia Civil do Distrito Federal

Janeiro a Junho de 2005:

Artigos	Quantidade
CDs/DVDs	93.495
Estojos	22.645
Encartes de CD's e DVD's	272.700
Capas para CD's e DVD's	25.621
Total	414.461

Algumas das notícias divulgadas:

13/04/2005 - CDs Apreendidos no Gama - DF

Milhares de CDs piratas foram apreendidos em uma chácara no Gama, cidade satélite do Distrito Federal, ontem à tarde. Também foi encontrada no local uma máquina de impressão. Segundo a polícia, o número de CDs e DVDs falsos pode chegar a 10 mil unidades. A polícia encontrou o produto por acaso, quando atendia uma ocorrência na região.

25/04/2005 - Policiamento contra a pirataria será intensificado no DF.

Brasília - O policiamento contra produtos falsificados será intensificado, tanto nas feiras populares quanto nos pontos de produção do Distrito Federal. A fiscalização, conforme explica o delegado-chefe de Defraudações e Falsificações, Sávio Barreto, também deverá estar atenta às pessoas que compram o material pirateado, fato que constitui crime.

Na manhã da última quinta-feira (14), a Polícia Civil desmanchou parte de um esquema de pirataria no Distrito Federal. Cerca de 150 mil DVDs e CDs foram apreendidos em barracas de uma feira popular da cidade-satélite de Taguatinga. Para o delegado-chefe, o local servia como estoque da mercadoria. Também foi localizado um laboratório, onde eram feitas as cópias. Milhares de encartes, dois computadores e CDs em branco foram apreendidos.

Segundo levantamento da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF), em 2004 foram apreendidos 98.810 CDs no DF - cerca de 67% do total receptado na última semana. A estimativa é que 200 mil CDs piratas são comercializados mensalmente no DF e região do entorno.

08/06/05 - Apreendidos CDs e tênis piratas da Feira do Paraguai

Polícia detona gravadora clandestina que funcionava em chácara de um feirante e fecha depósito clandestino de outro. Mais de 3 mil CDs e DVDs, uma CPU com quatro gravadoras, dez computadores, entre eles uma torre, scanners, equipamento de impressão direta em CDs, uma TV de 29", um Playstation 1 e um Playstation 2 (video games da marca Sony), uma pistola 380 e dois pentes carregados foram apreendidos, ontem, pela Delegacia do Lago Norte, na casa de José Luciano Carneiro, 30 anos e em sua banca na Feira dos Importados - a antiga Feira do Paraguai.

José Luciano pirateava jogos, filmes e discos musicais para vender na banca A-414 da Feira. José Luciano morava com a esposa na Chácara Quiritomba, do Núcleo Rural Olhos D'Água, onde montou um laboratório de falsificação e onde foi preso. No local foram encontrados vários computadores interligados e um depósito de CDs. Em uma das CPUs havia quatro gravadoras de CDs e DVDs e uma leitora de CDs.

Waleska Romcy, delegada do Lago Norte, explicou que José Luciano estava sendo investigado há cerca de um mês. O Disque-denúncia recebeu um aviso anônimo falando sobre a fraude na época e a partir daí houve uma investigação preliminar que culminou com o cumprimento do mandado de busca e apreensão, na manhã de ontem, e com a prisão em flagrante de José Luciano. Ele será acusado de violação de direitos autorais e posse ilegal de arma. Pela falsificação, poderá ficar de um a quatro anos preso, em caso de condenação.

A operação contou com o apoio da Divisão de Operações Aéreas da PCDF. A Delegacia de Crimes Contra Ordem Tributária também atuou na Feira dos Importados na tarde de ontem. Raimundo Soares Lima, 28 anos, foi acusado por sonegação fiscal e teve a mercadoria de sua banca apreendida. Segundo a polícia, Raimundo mantinha um depósito clandestino com grande quantidade de tênis que teria sido trazida de São Paulo. A mercadoria apreendida foi avaliada em R\$ 133 mil e encaminhada ao depósito da Secretaria de Fazenda. Raimundo continuará preso no Departamento de Polícia Especializada até o pagamento da fiança.

Mais um Estado brasileiro que demonstrou envolvimento com o combate aos crimes contra a Propriedade Intelectual, foi o **Estado do Mato Grosso**. Em uma única operação, realizada em abril deste ano de 2005, chegou-se aos seguintes resultados:

Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso Dados da Operação Caça-Piratas (27/04/2005)

Itens	Quantidade
CDs	47.420
DVDs	21.908
VHS	783
Fitas K7	4.093
Total	74.204

Nota-se, cada vez mais, que diversos Estados têm despertado para a necessidade de se combater os crimes contra a Propriedade Intelectual, e aqueles que lhe são conexos, o que é tido como um importante avanço.

- Eventos realizados no primeiro semestre de 2005:

- **entre os dias 01 e 04 de fevereiro**, aspectos relacionados ao Direito Autoral no Brasil foram discutidos no Seminário “A Produção Cultural e a Propriedade Intelectual”, ocorrido em Recife. O evento reuniu, na sede da Fundação Joaquim Nabuco, advogados, escritores, artistas plásticos, cientistas, músicos, gestores de empresas e profissionais que atuam na rede de criação e comercialização de produtos artísticos de todo o país;

- no **dia 21 de fevereiro**, o Conselho Nacional esteve presente, através de sua Presidência e de sua Secretaria Executiva ao Seminário promovido pelo Fórum Nacional de Entidades contra a Pirataria e a Ilegalidade, para discutir o Plano de Ação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual;

- no **dia 29 de março**, o Conselho Nacional esteve presente a evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, na cidade de São Paulo, em conjunto com o Fórum Nacional de Entidades contra a Pirataria e a Ilegalidade, através do qual foi feita apresentação minuciosa acerca dos seus trabalhos, em evento intitulado “O Brasil Contra a Pirataria”;

- no **dia 04 de abril**, em evento promovido pela Associação Brasileira de Licenciamento – ABRAL –, a III Feira Internacional de Licenciamento, o Secretário-Executivo do Conselho Nacional proferiu palestra divulgando os trabalhos do Conselho e respondendo às dúvidas do empresariado de um setor que muito sofre com a pirataria – o segmento de licenciamentos de personagens e marcas;

- nos **dias 11 e 12 de abril**, o Conselho Nacional esteve representado, na cidade do Rio de Janeiro, participando do Seminário promovido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde, participando de painéis que trataram do combate à falsificação de medicamentos;

- no **dia 20 de abril**, a Ordem dos Advogados do Brasil, através de sua Seção de São Paulo, em evento promovido pela Comissão Especial de Propriedade Imaterial, foi convidado o Secretário-Executivo do CNCP a participar de um painel de debates acerca das limitações impostas pela legislação à proteção dos direitos reprográficos. O evento foi bastante produtivo e contribuiu para uma difusão dos trabalhos do Conselho;

- nos **dias 04 e 05 de maio**, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, apoiou e participou da realização do “I Seminário Franco-Brasileiro de Combate à Pirataria”, ocorrido na sede da Embaixada da França, em Brasília. Através dos debates bastante produtivos, os dois países puderam trocar experiências acerca dos trabalhos de combate à pirataria e defesa da Propriedade Intelectual desenvolvidos pelos dois países. A iniciativa privada esteve presente, colaborando com a realização do encontro;

- no **dia 13 de maio**, a Secretaria Executiva do Conselho Nacional participou de evento na cidade do Rio de Janeiro, promovido pela Associação Brasileira dos Agentes de Mercados de Capitais – ABAMEC, que tratou da temática da ética concorrencial;

- dos **dias 23 a 25 de maio**, o CNCP, por sua Secretaria Executiva, participou da reunião bilateral com representantes do Governo Paraguaio, em Assunção, oportunidade na qual foram discutidos os termos para formulação de um termo de cooperação entre os dois países com objetivo de intensa troca de informações entre os agentes envolvidos na repressão à pirataria, demonstrando o empenho do Governo brasileiro em implementar ações conjuntas com países fronteiriços, visando o combate à pirataria de forma integrada. O acordo de cooperação inédito, entre Brasil e Paraguai foi assinado no dia 22 de junho de 2005, sendo uma importante ferramenta na luta conjunta contra a pirataria.

- nos **dias 09, 10 e 11 de junho**, o Conselho Nacional, representado por vários de seus Conselheiros, e por sua Secretaria-Executiva, participou de evento organizado pelo SINDIRECEITA – Sindicato dos Técnicos da Receita Federal, intitulado “Combate à Pirataria e ao Contrabando – Uma Visão Integrada”, em Foz do Iguaçu. Foi uma boa oportunidade para se discutir medidas sócio-econômicas para a região. Ganhou destaque o excelente trabalho desenvolvido pelas autoridades locais na repressão aos crimes de contrabando, descaminho e pirataria.

- do **dia 13 ao dia 17 de junho**, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a “I Semana Internacional de Combate à Pirataria”. Em evento organizado pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI –, em conjunto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que contou com o apoio e a participação do Ministério da Justiça, representado pelo CNCP, Poder Legislativo, Poder Judiciário, entidades privadas, INTERPOL e Organização Mundial de Aduanas.

Foi uma excelente oportunidade para reunir agentes de todos os Estados brasileiros, com possibilidade de treinamento e capacitação daqueles envolvidos na proteção à Propriedade Intelectual.

- no **dia 16 de junho**, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, o Conselho Nacional esteve mais uma vez representado por sua Presidência, sua Secretaria-Executiva e alguns de seus Conselheiros, em evento intitulado “O Brasil Contra a Pirataria – A Luta Continua”. O evento selou a parceria da FIESP com o CNCP;

- no **dia 30 de junho**, a Presidência e a Secretaria-Executiva do Conselho estiveram presentes em evento promovido pelo GNCOOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, do Ministério Público, oportunidade na qual tiveram contato com diversos representantes do Ministério Público Federal e Estadual, podendo expor com detalhes os trabalhos desenvolvidos pelo CNCP. Houve um comprometimento bastante positivo das autoridades lá presentes.

- Conscientização da opinião pública:

O amplo noticiário de imprensa neste primeiro semestre de 2.005, demonstra a crescente conscientização da opinião pública sobre o problema da pirataria, fator crucial para o êxito das ações públicas.

Nos últimos tempos, a imprensa nacional deu cobertura bastante extensa ao tema da pirataria, principalmente em relação à divulgação das ações priorizadas pelo CNCP, como também em relação ao endurecimento, por parte do Brasil, das medidas repressivas em regiões emblemáticas.

A imprensa (falada, impressa e televisiva) procurou quase que diariamente os membros do Conselho, com a intenção de acompanhar os progressos havidos, tendo sido, sempre atendida. Isso fez com que, espontaneamente, o tema constasse nas pautas dos principais veículos de informação.

A página do site do CNCP (www.mj.gov.br/combatepirataria), abaixo reproduzida, que traz somente as matérias veiculadas no mês de junho de 2005, demonstra o espaço que vem sendo concedido pela mídia na abordagem da importante questão da Propriedade Intelectual.

DATA	HORA	NOTÍCIA
29/06/05	19h30	PF intensifica apreensão de mercadorias contrabandeadas
28/06/05	19h30	PRF apreende grande quantidade de mercadoria contrabandeadas - PR
28/06/05	19h30	Justiça dos EUA responsabiliza serviços on-line de troca de arquivos
28/06/05	19h30	Na França, prisão para bolsa Louis Vuitton falsa
28/06/05	09h58	Pirataria na China leva 2.600 pessoas à prisão em 2005
27/06/05	19h30	Porto de Santos apreende 6t de produtos falsificados
24/06/05	15h45	Combate à pirataria no país terá colaboração da Interpol
23/06/05	19h30	Alfândega de Santos desarticula operação de pirataria internacional
23/06/05	19h30	Receita apreende US\$ 2,5 milhões
23/06/05	10h44	PRF apreende carro lotado de produtos ilegais
22/06/05	17h58	Primeira Turma indefere HC a investigados pela Operação Nicotina
22/06/05	16h35	Cresce o número de usuários que fazem downloads legais de música

22/06/05	16h33	Fazenda e Leão apertam fiscalização
21/06/05	15h20	Abpi debate medidas para combater o crime no País
21/06/05	14h57	Brasil e Paraguai criam grupo de inteligência contra a pirataria
21/06/05	14h54	Piratas sob as prensas
21/06/05	10h31	Polícia destrói material pirata apreendido no Rio
20/06/05	18h13	Novo sistema da Polícia Federal visa aumentar segurança nos Portos
20/06/05	18h02	Interpol treina polícia brasileira
20/06/05	17h50	Polícia apreende 2 mil DVDs piratas
20/06/05	10h22	O Brasil Contra a Pirataria
17/06/05	16h22	Polícia do Rio localiza laboratórios de falsificação de CDs
17/06/05	13h04	Especialistas sugerem a união de forças entre países contra o crime
17/06/05	11h55	Grande operação para apreender 365 ônibus de sacoleiros...
17/06/05	10h22	Fiesp intensifica guerra contra pirataria
17/06/05	10h16	Sony BMG combate pirataria com CD protegido
17/06/05	09h43	Smic apreende CDs piratas
16/06/05	19h59	Receita Federal faz apreensão gigante de luvas em I tajaí
16/06/05	19h57	Exposição de produtos falsificados atrai curiosos na Av. Paulista
16/06/05	17h15	Interpol recomenda apoio de empresas para atacar pirataria
16/06/05	16h55	Pirataria reduz arrecadação em R\$ 9 bilhões por ano diz pesquisa Ibope
16/06/05	15h56	Indústria paulista declara "guerra à pirataria"
16/06/05	11h18	Polícia Civil encontra cigarros ilegais
16/06/05	10h23	Fiesp lança campanha contra pirataria
16/06/05	10h17	Brasileiro terá vaga na Interpol para combater pirataria
16/06/05	10h07	Polícia estoura laboratórios clandestinos de falsificação de CDs
15/06/05	20h01	Prefeitura intensifica combate à pirataria - MG
15/06/05	18h24	Fiesp promove novo seminário sobre pirataria
15/06/05	14h04	Horizontes que se ampliam
15/06/05	13h30	Receita e PF fazem a maior operação de combate à sonegação da história
14/06/05	16h15	Instituto elogia atuação da Receita no combate ao contrabando
14/06/05	16h02	Polícia Federal apreende mercadorias contrabandeadas em Londrina
14/06/05	11h32	Estados terão delegacias contra pirataria
14/06/05	09h16	Especialistas do Brasil e do exterior se reúnem para discutir formas de combater...
13/06/05	19h12	Cavaliere prega união no combate à pirataria
13/06/05	19h12	Diretor da Interpol elogia o trabalho da Polícia Federal
13/06/05	18h56	América Latina lidera iniciativa para combater a pirataria
13/06/05	18h17	Pirataria: confecções na mira
13/06/05	16h53	Lula recebe hoje diretor da Interpol para discutir pirataria
13/06/05	10h17	Secretário-geral da Interpol fala no Rio sobre pirataria
13/06/05	10h12	Lula discute combate à pirataria com secretário-geral da Interpol
13/06/05	10h07	Plano de combate à pirataria avança
10/06/05	19h06	Polícia apreende cerca de 15 mil CDs piratas em São Paulo

10/06/05	16h10	Em 6 dias, Receita apreende R\$ 1 milhão em contrabando
10/06/05	16h04	Fábrica vendia conhaque falsificado
10/06/05	15h42	Pesquisa mostra quem compra produto pirata
09/06/05	11h11	Contrabando envolve 31 mil pessoas em Foz
09/06/05	18h30	Depósito de CDs piratas
08/06/05	21h05	PF prende suspeitos durante operação contra imigração ilegal
08/06/05	21h05	Quadrilhas que desviavam CDs e DVDs são presas
08/06/05	21h05	Apreendidos CDs e tênis piratas na Feira do Paraguai - DF
08/06/05	21h05	Polícia Civil promove curso de capacitação para agentes públicos - RJ
08/06/05	21h00	Apreensões na fronteira com Paraguai cresceram 122% até maio
07/06/05	17h56	Supremo mantém prisão de Law Kin Chong
07/06/05	16h52	Polícia Rodoviária Federal apreende 60 mil CDs importados - RN
07/06/05	14h55	Combate à pirataria é debatido em Foz
07/06/05	14h20	Quase 30% dos italianos afirmam que pirataria é roubo..
06/06/05	19h05	Abordagem cidadã sobre contrabando
06/06/05	18h52	Polícia estoura fábrica clandestina de VideoGame
06/06/05	17h39	Ônibus com mercadorias contrabandeadas é apreendido na Bahia
03/06/05	18h00	PF prende boliviano que mantinha estrangeiros clandestinos no Brasil
02/06/05	18h00	Polícia apreende 5 mil pacotes de cigarros
02/06/05	17h54	Guardas apreendem CDs piratas no Centro e em Banqu - Rio
01/06/05	12h08	Apreensão recorde de cigarros

A página de Internet do CNCP tem se firmado como um espaço virtual apropriado para debates envolvendo temas da Propriedade Intelectual. No segundo semestre deste ano de 2005, será lançado o sistema de “clique-denúncia”, que possibilitará o recebimento, encaminhamento e cadastro de denúncias de pirataria.

- Outras notícias que mereceram destaque especial:

22/04/05 - Receita e MJ assinam acordo para combater contrabando e pirataria

A Receita Federal vai ampliar os instrumentos utilizados no combate ao contrabando e à pirataria no país. Convênio assinado com o Ministério da Justiça vai permitir ao órgão ter acesso aos dados e informações da rede Infoseg (Sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça).

Em contrapartida, a Receita permitirá à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) acesso aos cadastros nacionais da pessoa jurídica (CNPJ) e da pessoa física (CPF). O acordo foi publicado no Diário Oficial da União de quarta-feira com prazo de validade de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o combate à pirataria e ao contrabando só será eficiente a partir de ações conjuntas entre os órgãos do governo, responsáveis pela fiscalização das fronteiras, principalmente. “O acesso às informações é mais um importante passo nesse processo de integração das ações e cadastros”, observa Rachid.

Ele esclarece que os dados do Infoseg serão usados em larga escala pelos funcionários das áreas de repressão ao contrabando e à pirataria e de inteligência, principalmente, nas ações de abordagem de veículos e pessoas que cruzam as fronteiras com cargas suspeitas.

De acordo com a Senasp, o convênio vai fortalecer o trabalho dos fiscais e policiais que atuam nas áreas de fronteira. “O policial poderá consultar se as declarações de importação são verdadeiras, além de checar o endereço informado no documento e, sobretudo, conhecer a situação fiscal da empresa ou pessoa física envolvida na operação”, diz o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa.

De acordo com o Ministério da Justiça, o novo Infoseg foi lançado pelo ministro Márcio Thomaz Bastos em dezembro de 2004, na época, interligado aos bancos de dados das polícias estaduais, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Departamento Nacional de Trânsito e ao Serviço Nacional de Armas da Polícia Federal. Para este ano, além dos dados da Receita Federal, serão incluídas informações do Exército, Marinha, Aeronáutica e Advocacia Geral da União. O Sistema permite consultas em tempo real, via internet, mediante senhas específicas para cada perfil de usuário. Uma delegacia pode verificar em poucos segundos se um suspeito sob custódia está sendo procurado em outros Estados. Todas as unidades da federação fazem parte do Sistema. O ministério diz que 23 Estados, além das Polícias Federal e Rodoviária Federal, estão com seus bancos interligados em tempo real.

27/05/05 - Apreensão de CDs piratas cresce 130%

Ranking dos Estados	CDs virgens e gravados
São Paulo	4.779.147
Paraná	3.593.493
Pernambuco	903.784
Santa Catarina	
Distrito Federal	211.200
Rio de Janeiro	166.868
Minas Gerais	53.275
Rio Grande do Sul	34.917
Tocantins	25.000
Goiás	16.226
Outros	25.349
Total	10.604.324

As autoridades brasileiras apreenderam de janeiro a abril deste ano mais de 10,6 milhões de CDs piratas, entre gravados e virgens. Em 2004, as apreensões superaram os 17,5 milhões.

O número representa um aumento de 130% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram apreendidas 4,6 milhões.

Cento e treze pessoas foram presas e mais de 400 operações tanto nas ruas como em empresas.

Segundo nota divulgada pela Associação Protetora dos Direitos Intelectual Fonográficos, o aumento pode ser atribuído à criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria pelo Ministério da Justiça, além das ações da Polícia Rodoviária Federal na fronteira do Brasil com Paraguai.

Segundo a associação, o Estado de São Paulo lidera as apreensões, com 4,7 milhões de unidades. O Paraná vem em segundo no ranking, com 3,5 milhões de CDs falsificados apreendidos.

07/06/05 - Supremo Tribunal Federal mantém prisão de Law Kin Chong

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por maioria, o pedido de Habeas Corpus (HC 85298) do empresário chinês Law Kin Chong. Por quatro votos a um, os ministros decidiram pela manutenção da prisão preventiva de Law, decretada em junho de 2004, vencido o ministro Marco Aurélio. O empresário é acusado de corrupção ativa e de tentar impedir o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pirataria.

O julgamento do processo foi retomado hoje (7/6) depois do pedido de vista do ministro Cezar Peluso na sessão do último dia 17. Em seu voto-vista, Peluso indeferiu o habeas sustentando que a defesa contribuiu para a demora no término da instrução processual na ação penal a que responde o chinês no juízo da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo. “Inclino-me a não ver, por hora, excesso de prazo, que não imputável à defesa, transpondo o limite legal da razoabilidade”, disse.

O ministro Sepúlveda Pertence também votou pelo indeferimento do HC. Ele considerou, como Peluso, que “há evidência do caráter protelatório das diligências requisitadas” pelos advogados de Law no processo criminal.

08/06/05 - Apreensões na fronteira com Paraguai cresceram 122% até maio

Nos primeiros cinco meses deste ano, as apreensões de mercadorias contrabandeadas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai cresceram 122% em relação a igual período do ano passado. Os números foram divulgados ontem pela Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu (PR).

Segundo dados da Receita, as apreensões até maio totalizaram US\$ 22,1 milhões, o que corresponde a dois terços do total apreendido em todo o ano de 2004, que foi de US\$ 33,5 milhões. Só no mês de maio as apreensões totalizaram US\$ 5,3 milhões.

O crescimento no volume das apreensões é uma constante desde novembro do ano passado, quando a Receita Federal intensificou o trabalho de combate ao contrabando e à pirataria na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Lideram o ranking de apreensões produtos de informática, equipamentos eletrônicos, CDs e DVDs virgens, cigarros e drogas. O aumento nas apreensões acontece mesmo depois de acordo entre os governos brasileiro e paraguaio, em abril, que aumentou o valor da cota para ingresso de produtos isentos de impostos.

O valor para entrada de mercadorias, via terrestre, subiu de US\$ 150 para US\$ 300 nas fronteiras brasileiras. A cota para ingresso por via aérea é de US\$ 500.

O rigor na fiscalização pelo Brasil tem gerado descontentamento no lado paraguaio, especialmente entre vendedores de cigarros e aparelhos de informática.

Acusada pela Polícia e pela Receita Federal do Brasil de não cumprir regras de controle do contrabando na fronteira, a aduana paraguaia em Ciudad del Este iniciou, no começo deste mês, um trabalho fiscalização no ingresso de mercadorias brasileiras no país. O mesmo rigor não se aplica à saída de mercadorias do Paraguai para Foz do Iguaçu.

Essas dificuldades de relacionamento entre autoridades brasileiras e paraguaias deverão estar na pauta do Seminário Internacional de Combate Estratégico ao Contrabando e à Pirataria, que começa hoje em Foz do Iguaçu e prossegue até o próximo domingo.

O seminário é promovido pelo SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal), com apoio do Instituto ETCO, do Conselho Parlamentar do Mercosul e da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e à Sonegação Fiscal, da Câmara Federal.

13/06/05 - América Latina lidera iniciativa para combater a pirataria

A América Latina está disposta a se unir para combater a pirataria apesar de se tratar de um problema mundial e não exclusivo da região, afirmou nesta segunda-feira o secretário-geral da Polícia Internacional (Interpol), Ronald Noble.

Noble classificou como significativa a iniciativa dos países da região de se reunir em um fórum regional, que começou hoje no Rio de Janeiro, para definir estratégias de combate à pirataria da propriedade intelectual na América Latina.

O dirigente da Interpol abriu hoje o Fórum Regional para a América Latina do Congresso Internacional de Combate à Pirataria, que prosseguirá até amanhã e do qual participam representantes dos países da região, assim como de organizações internacionais dedicadas a combater crimes contra os direitos autorais.

Trata-se do terceiro fórum organizado pelo Congresso Internacional de Combate à Pirataria, após os encontros realizados em Xangai e Roma, mas esta é a primeira vez na qual se discutem os problemas relacionados a uma região especificamente.

“Isso não significa que a pirataria gere uma preocupação especial na América Latina. Este crime é global, de todo mundo, e não é exclusivo de uma região. Nossa estratégia para combatê-lo é global e não regional”, afirmou Noble em entrevista coletiva.

Ele admitiu que, embora exista uma operação concreta para combater a pirataria na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, onde atuam organizações especializadas no contrabando e na falsificação, todas as fronteiras preocupam a Interpol e os países da região.

O secretário-geral da Interpol esclareceu que foi a própria América Latina que tomou a iniciativa de organizar a reunião e de abrir um espaço no qual governos, empresários e sociedade possam discutir estratégias regionais.

Disse que, para combater a pirataria, a Interpol precisa não apenas da ajuda dos governos da região, mas também das empresas privadas, que são os que têm as melhores informações sobre os crimes contra a propriedade intelectual.

Ele acrescentou que a pobreza da região, que leva muitas pessoas a optar por produtos falsificados e de preço mais baixo, não justifica a pirataria.

“É preciso mostrar à sociedade que, embora seja mais barato, se trata de um crime, já que é um roubo, e que é um crime que gera vítimas devido ao fato de esse dinheiro alimentar organizações criminosas”, afirmou.

“Também é preciso mostrar que muitas pessoas podem morrer por estar adquirindo remédios falsos inúteis e que ninguém se responsabiliza por isso”, acrescentou.

Segundo Noble, a pirataria também provoca desemprego e desvia recursos que os estados poderiam destinar a projetos sociais.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, Gustavo Leonardos, só no Brasil a pirataria deixa sem trabalho 1,5 milhão de pessoas e provoca perdas fiscais de 30 bilhões de reais (12,05 bilhões de dólares) anuais.

Leonardos, outro participante do Fórum, disse que, apesar da legislação brasileira ter mecanismos para combater a pirataria, até agora não foi preso um único brasileiro acusado exclusivamente de violar direitos autorais. Nos últimos meses e perante as pressões que vem sofrendo dos Estados Unidos, o governo brasileiro intensificou suas operações e suas iniciativas contra a pirataria.

O governo americano deve anunciar em setembro sua decisão sobre o processo por pirataria que abriu contra o Brasil e pelo qual ameaça extinguir as preferências comerciais que Washington concede ao maior país latino-americano.

Há vários anos, representantes da indústria de direitos autorais dos Estados Unidos criticam a “inadequada e ineficaz” proteção desses direitos no Brasil.

“O que o Brasil apresentará neste Congresso demonstrará que o país está efetivamente combatendo o problema”, assegurou o deputado Julio Lopes, organizador do Fórum contra a pirataria.

13/06/05 - Diretor da Interpol elogia trabalho da Polícia Federal

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu elogios pela atuação da Polícia Federal no combate a criminalidade do Secretário Geral da Interpol, Ronald Noble, principalmente em relação à pirataria. Noble, que se encontrou com Lula hoje (13) no Palácio do Planalto, disse ainda que o Brasil está utilizando o sistema de dados da Interpol para operações nas fronteiras com os países vizinhos para combater pirataria.

“Temos que continuar fazendo essas operações, como a ‘Júpiter’, que tem elevado o número de apreensões nas fronteiras brasileiras. Essa operação tem servido para verificar, na Argentina, Paraguai e no Brasil, onde os estão grupos de atividades criminosas e fazer uma forte apreensão de todo o material pirateado”, explicou o diretor da Interpol.

Noble veio ao Brasil para presidir o Congresso Internacional de Combate à Pirataria – Fórum Regional da América Latina, da Interpol e da Organização Mundial das Aduanas sobre Pirataria, que está sendo realizado no Rio de Janeiro. Ele aproveitou a visita para convidar o presidente Lula para abrir a Conferência da Assembléia Geral da Interpol, marcada para 2006 no Brasil. Segundo o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que está acompanhado o diretor da Interpol no Brasil, o presidente Lula ficou feliz com o convite e vai estudar a possibilidade de ir ao Congresso.

16/06/05 - Fiesp lança campanha contra pirataria

SÃO PAULO - A partir desta quinta-feira, a calçada da avenida Paulista, tradicional ponto de venda de produtos falsificados, será palco de uma mostra inédita promovida pela Fiesp. Mercadorias piratas continuarão sendo as protagonistas mas, desta vez, numa exposição que apresentará os prejuízos que acarretam ao País.

A pirataria causa prejuízos de R\$ 30 bilhões para o país em 2004. A instalação, montada em frente ao prédio da Fiesp faz parte da campanha “O Brasil Contra a Pirataria”. Durante um mês, um estande interativo exibirá os números da pirataria no Brasil, que demonstram os efeitos danosos desse comércio ilegal à economia e sua relação com desemprego, fuga de investimentos e evasão fiscal, além dos riscos que impõe ao consumidor.

O grande atrativo da exposição, no entanto, será o contato que proporcionará ao público com esse mundo subterrâneo. Imersos numa atmosfera claustrofóbica, que seguirá o conceito de tradicionais pontos de venda de bens falsificados, os visitantes poderão acionar um mecanismo de destruição para dezenas de produtos pirateados. Para completar, o som ambiente simulará o barulho das ruas onde é praticado esse tipo de comércio.

Estarão expostos produtos das marcas mais comumente imitadas: tênis Nike, Mizuno, Reebok; sandálias Havaianas; canetas Bic; bolsas Louis Vuitton; mochilas; camisas e camisetas Ralph Loren; Brinquedos Mattel; camisetas de times de futebol Topper e Nike; perfumes; palmilhas para tênis; isqueiros Bic; relógios; CDs; softwares; DVDs.

Todos os produtos foram doados pela Associação Protetora dos Direitos Intelectuais e Fonográficos (APDIF), Associação Brasileira de Empresas de Softwares (ABES) e Business Software Alliance (BSA). O ministro da Justiça, Marcio Thomas Bastos, estará logo cedo, às 8h, na abertura do Forum Permanente Contra a Pirataria, que contará também com a presença do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Danilovich.

17/06/05 - SRF, DPF e DPRF deflagram operação para apreender 365 ônibus de sacoleiros

A Receita, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal deflagraram nesta sexta-feira em seis Estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás) a Operação Comboio Nacional para apreender 365 ônibus de turismo usados no transporte de mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

Além da Receita, PF e PRF, participam da operação o Ministério Público Federal e ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Os veículos alvo da fiscalização tiveram suas placas filmadas e fotografadas, quando formavam comboios para escapar da fiscalização nas rodovias.

Por imagens, descobriu-se que muitos ônibus fizeram ao menos 500 viagens a Foz do Iguaçu. Além das apreensões, 81 empresas de transporte que atuam no setor serão investigadas e os responsáveis poderão ser indiciados por participação em atividade criminosa. Às 10 horas de hoje (sexta-feira), os chefes da PF, da Receita Federal e da Polícia Rodoviária Federal em Foz vão conceder entrevista coletiva sobre a operação nas dependências da sede da PF na cidade.

20/06/05 - Novo sistema da Polícia Federal visa a aumentar segurança dos portos

Rio - A Polícia Federal lançou um sistema para aumentar a segurança dos portos brasileiros. Com um investimento de R\$ 31 milhões, serão integrados os núcleos do Rio e de Santos com os recém-criados de Sepetiba (RJ), Rio Grande (RS), Itajaí (SC), Paranaguá (PR), Foz do Iguaçu (PR), Vitória (ES), Salvador (BA) e Itaquí (MA). Com o reforço do policiamento dos portos e do litoral no entorno, a Polícia Federal espera aumentar a repressão a crimes como a pirataria, o tráfico de drogas e de armas, a imigração ilegal e a degradação ambiental.

Para a implantação do Sistema Nacional de Núcleos Especiais de Polícia Marítima (Sinapom), foram treinados mais de 50 agentes, que se somarão aos 37 que já trabalham na Polícia Marítima. Também foram compradas 11 novas lanchas de 45 pés e botes que alcançam mais de 100 km/h.

“É assim que se faz segurança pública. Segurança pública não se faz por milagre, não se faz por teorias. Segurança pública é passo a passo, é tijolo após tijolo, compra após compra de equipamentos indispensáveis, a fim de que se estruture a possibilidade de a gente viver num Brasil seguro”, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

21/06/05 - Brasil e Paraguai criam grupo de inteligência contra a pirataria

Na presença dos Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, foi assinado hoje, em Assunção, o “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados”.

O Grupo terá a atribuição de intercambiar e processar informações para articular, com maior efetividade, operações de prevenção, investigação e repressão aos delitos de pirataria, falsificação e contrabando de produtos pirateados e falsificados, bem como de intercambiar e processar informações que permitam coordenar atividades de identificação, localização, bloqueio e recuperação de ativos relacionados aos delitos mencionados.

Pelo lado brasileiro, o Grupo será coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça. O Grupo realizará reuniões ordinárias anuais e poderá reunir-se de forma extraordinária sempre que necessário. A conformação do Grupo constitui importante passo na coordenação de esforços por parte do Brasil e do Paraguai para o combate conjunto a ilícitos na área de propriedade intelectual e contribui para que se impulse, nessa área, agenda positiva entre os dois países.

24/06/05 - Combate à pirataria no País terá colaboração da Interpol

O combate à pirataria e ao crime organizado ganha reforço no País. Por meio de parceria entre o governo brasileiro e a Interpol (polícia internacional), serão criadas delegacias estaduais especializadas nesses crimes. A previsão é que, até o final do ano, todos os estados tenham as suas unidades. Em entrevista à Rádio Nacional, o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Corrêa, disse que o governo brasileiro tem mudado a forma de enfrentar a questão. “Hoje a pirataria é vista como o resultado do crime organizado e não mais como uma questão social”, avaliou.

- ALGUMAS CONCLUSÕES:

O combate à pirataria é apenas uma batalha no combate ao crime organizado. Entretanto, é imprescindível que a sociedade vença esta batalha, sob o risco de se banalizar a percepção do crime.

Não restam dúvidas de que um dos principais desafios do Brasil, e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, será manter ativa e intensa a articulação de ações entre os Órgãos envolvidos na fiscalização e repressão aos crimes contra a Propriedade Intelectual. Os recentes resultados apontam para o acerto desta linha de ação. Será fundamental atribuição do CNCP continuar propiciando dita integração.

Os trabalhos a serem desenvolvidos junto aos Estados e Municípios ganham importância relevada, uma vez que a pirataria deve ser combatida, também, regionalmente, com ações integradas como as que vêm sendo lideradas pelos Órgãos Federais.

Temos ciência que as medidas educativas e econômicas devem ser implementadas, como forma de dar suporte às ações priorizadas pelo CNCP. O Governo, nesta Fase I, procurou articular e efetivar medidas concretas de repressão à pirataria, na esfera Federal, procurando atingir a espinha dorsal do crime organizado. Na fase II, mantidas as ações repressivas, será crucial evoluir na implementação de medidas educativas, econômicas e institucionais. A conscientização dos consumidores deve ser encarada como prioridade neste processo. É preciso frear a demanda.

O CNCP confirma-se assim, não apenas como órgão consultivo, mas também como órgão deliberativo com conseqüências executivas, por intermédio dos órgãos públicos que o integram, ao propor medidas concretas de combate à pirataria, que já começam a surtir efeitos positivos no ambiente interno concorrencial. Nota-se, claramente, a continuidade e o aprimoramento dos esforços do Brasil na proteção à Propriedade Intelectual.

O Brasil vive um momento único no enfrentamento aos crimes contra a Propriedade Intelectual, e certamente colherá bons frutos advindos desta iniciativa. O conjunto de ações coordenadas que vêm sendo implementadas, fruto da união de esforços entre os setores público e privado têm se consolidado em um duro golpe à rede de distribuição e comercialização de produtos ilegais que afrontam os ativos daqueles que trabalham na legalidade.

Proteger e valorizar a Propriedade Intelectual; este será o nosso constante, permanente e insistente objetivo, afinal, é **O BRASIL CONTRA A PIRATARIA**.

Banco Central do Brasil
Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

Transferências Financeiras para o Exterior

Propriedade Intelectual (*)

Ano	EUA	Japão	UE 15	Demais Países	Valor Total
1993	110.773,2	1.352,1	27.845,3	6.681,0	146.651,6
1994	161.312,1	498,1	39.468,6	8.350,9	209.629,7
1995	345.782,3	1.165,4	56.308,6	11.222,9	414.479,2
1996	460.642,4	2.436,0	60.596,9	19.389,4	543.064,7
1997	622.641,5	5.969,0	119.521,6	30.149,3	778.281,4
1998	874.997,7	5.851,5	231.946,6	89.541,0	1.202.336,8
1999	863.891,5	12.687,0	387.324,3	87.127,5	1.351.030,3
2000	994.767,4	6.754,7	305.136,4	94.202,3	1.400.860,8
2001	962.337,4	12.074,9	310.200,3	73.819,1	1.358.431,7
2002	923.150,7	7.158,9	344.615,9	56.874,3	1.331.799,8
2003	929.659,3	12.300,3	291.698,7	100.497,9	1.334.156,2
2004	1.048.813,0	18.208,1	462.135,4	103.304,5	1.632.461,0
Totais	8.298.768,5	86.456,0	2.636.798,6	681.160,1	11.703.183,2

Fonte: DW Contratos?DECEC/Contratação/Fato Natureza/Software_Marcas_Dir.Aut_Alug_Alug Filmes/Fitas_EUA_JAPÃO_UE_Ano
C:\Bc\$dados\Estatis\MINIREX\Propriedade Intelectual 1993a2004.xls

(*) Natureza Fato Câmbio = 45034 : SERV.DIV-OUT-ALUGUEL FILM CINEMATOGRAFICO
45058 : SERV.DIV-OUT-ALUGUEL FITAS E DISCOS GRAVADOS
45443 : SERV.DIV-OUT-DIREITOS AUTORAIS
45618 : SERV.DIV-EXP/IMP SV-MARCAS-LICENCA DE USO
45625 : SERV.DIV-EXP/IMP SV-PATENTES-LIC EXPLORACAO
48110 : SERV.DIV-AQUISICAO DE SOFTWARE (Para revenda)
48127 : SERV.DIV-AQUISICAO DE SOFTWARE COPIA UNICA (Para uso próprio)

**NOTÍCIAS DIVULGADAS NO PRIMEIRO
SEMESTRE DE 2005**

- Secretaria da Receita Federal**
- Departamento de Polícia Federal**
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal**
- Delegacias de Polícia dos Estados**

Secretaria da Receita Federal - SRF.**Principais notícias divulgadas no primeiro semestre de 2005:****JANEIRO****Segunda fase da Operação Cataratas inicia com índice de apreensões em alta**

A DRF/Foz do Iguaçu, dando continuidade às atividades de repressão ao contrabando e descaminho, apreendeu neste início de ano um total de seis ônibus, sendo dois em um acampamento de comboio, um em um estacionamento na cidade, carregado com um valor estimado de US\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil dólares), em cigarros e um outro retido com aproximadamente US\$ 40.000,00 (quarenta mil dólares), em eletrônicos e informática. O restante está aguardando a deslactação.

Foram encontrados 100.000 (cem mil), maços de cigarros em guarda volumes de um estacionamento e 150.000 (cento e cinquenta mil), maços em quartos de hotel, que seriam levados para Minas Gerais.

Operação Cataratas: R\$ 2 milhões em mercadorias apreendidas

A segunda fase da Operação Cataratas está em funcionamento desde o primeiro dia útil de 2005. Até agora foram apreendidos R\$ 2.095.342,36 em produtos contrabandeados e descaminhados, como também veículos que serviam de transporte para estes produtos, vindos principalmente de Ciudad Del Este no Paraguai.

Em duas semanas foram retidos 12 ônibus, dos quais oito já foram fiscalizados e apreendidos e quatro aguardam a deslactação. Nos ônibus foram encontrados R\$ 971.873,17 em mercadorias. Mais da metade deste valor equivale aos cigarros contrabandeados e o restante se divide em eletrônicos, informática, pneus, CD e DVD virgens. O valor dos veículos apreendidos é de R\$ 380.000,00.

Já nas buscas o total até agora é de R\$ 742.669.19 e a porcentagem de cigarros é de 40%. O restante das mercadorias é bastante diversificado. Desde o início da segunda fase da Operação Cataratas foram apreendidos aparelhos eletrônicos para carros, pneus, informática, aparelhos de som, eletrônicos em geral e até uma moto. Ela foi encontrada na madrugada de ontem entre uma carga de aproximadamente R\$ 300 mil em mercadorias de contrabando e descaminho nos quartos dos fundos do estacionamento de um hotel, no Parque Imperatriz em Foz.

Estes resultados foram obtidos através de operações em conjunto da DRF/Foz do Iguaçu com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e com a Procuradoria de Investigações Criminais.

DRF/Foz do Iguaçu: Apreensão de mercadorias em hotéis e estacionamentos

No dia 21, servidores da DRF/Foz do Iguaçu juntamente com a Promotoria de Investigações Criminais - PIC realizaram buscas de rotina, na região da Vila Portes em Foz, em locais que servem como depósitos de mercadorias contrabandeadas e descaminhadas.

Foram encontradas em hotéis, depósitos, estacionamentos e em um local muito conhecido como Vietnã, onde há uma grande concentração de barracas, 383 caixas de cigarros; 87 pneus; 32 gabinetes e 100 pacotes de herbicida, totalizando R\$ 99.000,00. Duas pessoas, que estavam com 78 caixas de cigarros cada uma, foram presas em flagrante e encaminhadas à Polícia Federal.

Sete ônibus retidos durante perseguição de comboios em Foz do Iguaçu

A DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal e a Promotoria de Investigações Criminais, durante fiscalização de comboio realizada na BR-277, na tarde do dia 25, reteve 7 ônibus para averiguação, tendo como resultado a apreensão de mercadorias variadas: cigarros, equipamentos eletrônicos, pneus, CD e DVD virgens, informática e artigos para bazar, com valor estimado preliminarmente em R\$ 600.000,00. Os ônibus conduzidos à DRF/Foz aguardam a deslacrção e conclusão final da apreensão.

DRF/Itajaí apreende R\$ 6 milhões em perfumes e cosméticos

O Grupo de Fiscalização Aduaneira da DRF/Itajaí desbaratou esquema fraudulento para importações de perfumes e cosméticos de marcas mundialmente conceituadas - CHANEL, BULGARI, ESTEE LAUDER, CLINIQUE, entre outras.

O *modus operandi* consistia no subfaturamento (preços declarados da ordem de 20% do real) combinado com interposição fraudulenta (utilização de empresa "laranja"). Além dos tributos sonegados na operação de importação, a interposição tinha o fito de afastar o real importador da condição de contribuinte equiparado a industrial do IPI, PIS/PASEP e COFINS (Lei nº 10.147/2000, art. 1º, e Decreto nº 4.544/2002, arts. 9º e 10), tributos estes que incidiriam sobre a diferença entre o preço de aquisição e revenda.

As investigações originaram-se de suspeita levantada em outubro/2004 pela IRF/Curitiba, quando da remoção por trânsito aduaneiro de parte das mercadorias para Itajaí. A partir de pesquisa nos sistemas da Receita Federal e diligência ao estabelecimento da empresa, que se apresentava como real adquirente, foram coligidas as provas da fraude.

Ao todo, foram apreendidas cerca de 26 toneladas dos produtos, representando um valor estimado de R\$ 6 milhões. Após início dos procedimentos fiscais houve tentativa de devolução de mercadorias ao exterior de mercadorias já depositadas em recinto alfandegado à margem dos devidos controles aduaneiros. Também foi providenciada representação fiscal para fins penais contra os envolvidos, além de proposta de inaptdão das empresas interpostas.

DRF/Londrina apreende mercadorias procedentes do Paraguai

A DRF/Londrina efetuou a apreensão de mercadorias que estavam sendo transportadas em um caminhão proveniente da região de Foz do Iguaçu, acobertadas por documentos fiscais inidôneos emitidos por duas empresas daquela localidade. As empresas em questão têm cometido irregularidades em operações do comércio exterior, conforme registros no sistema RADAR e os volumes indicam a procedência paraguaia das mercadorias. O total da apreensão foi de US\$ 22.450,00, sendo as mercadorias apreendidas mais relevantes: eletrônicos, brinquedos e material escolar.

Apreensão de brinquedos em Ponta Grossa

A DRF/Ponta Grossa-PR realizou, neste último sábado, operação de repressão ao contrabando e ao descaminho, na cidade de Ponta Grossa. Na ocasião foi visitada uma loja que vendia mercadorias descaminhadas tendo sido apreendidas cerca de 15 caixas de brinquedos.

As mercadorias foram encaminhadas ao Depósito de Mercadorias Apreendidas para conclusão final da apreensão. Participaram da operação seis servidores da DRF que tiveram o auxílio de força policial, tendo em vista a resistência à fiscalização por parte do proprietário do estabelecimento.

FEVEREIRO**Megaoperação apreende contrabando e falsificação no oeste do Paraná**

Uma megaoperação envolvendo a DRF/Joaçaba-SC, através da IRF/Dionísio Cerqueira, a DRF/Cascavel-PR, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Polícias Civil e Militar foi desencadeada no dia 03/02, nos municípios de Salgado Filho, Barracão e Manfrinópolis, na região Sudoeste do Paraná. O alvo da operação foi uma empresa do ramo atacadista responsável pela distribuição de materiais higiênicos, farmacêuticos e alimentícios para toda a região e até outros estados.

Com mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça foi realizada a operação que durou todo o dia de ontem, e envolveu cerca de 50 agentes. A empresa atacadista é acusada de falsificação de produtos, contrabando, venda de materiais com o prazo de validade vencido além de crimes contra a ordem tributária.

O detalhamento dos produtos apreendidos está sendo efetuado destacando-se pelo menos: 4 mil frascos de protetor solar e 25 mil escovas de dentes, falsificados, apreendidos pela Polícia Civil; alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza e inseticidas, com o prazo de validade vencido, apreendidos pela Vigilância Sanitária; 1300 camisas e jaquetas de origem chinesa, desacompanhadas da documentação que comprove a sua importação regular e aproximadamente uma carreta de bebidas nacionais que não possuem o selo de IPI, apreendidas pela Receita Federal.

DRF/Foz do Iguaçu - apreensão de 300 caixas de cigarros e medicamento Cytotec

Uma operação da DRF/Foz do Iguaçu, juntamente com a Promotoria de Investigações Criminais - PIC, realizada ontem, (09), resultou na apreensão de cerca de 300 caixas de cigarros e 15 cartelas (150 comprimidos) do medicamento Cytotec, vendido no Paraguai e proibido no Brasil por possuir efeito abortivo.

A mercadoria, avaliada em R\$ 80.000,00, foi encontrada em um aglomerado de barracas, próximo à Ponte Internacional da Amizade, local mais conhecido como Vietnã.

DRF/Foz do Iguaçu apreende R\$ 500 mil em mercadorias

Durante o último fim de semana, as operações de repressão ao contrabando e descaminho realizadas em parceria entre a DRF/Foz do Iguaçu, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal resultaram na apreensão de mercadorias que ultrapassa o montante de R\$ 500 mil. Mercadorias como: cigarros; material de informática; eletrônicos; CD e DVD virgens; bebidas; brinquedos, alimentos e até uma carga de mudança foram encontradas em sete ônibus que ficaram retidos.

Na região da Vila Portes, próximo à Ponte da Amizade, foram encontradas também, mercadorias abandonadas, divididas em 350 caixas de cigarros e 2.700 frascos de perfumes, num total aproximado de R\$ 142.400,00. Dez pessoas foram presas em flagrante pela Polícia Federal, entre elas, os motoristas dos veículos e um homem que alugava locais que serviam como depósito para armazenar as mercadorias.

DRF/Foz do Iguaçu - fiscalização pente fino

A repressão ao contrabando e descaminho que a DRF/Foz do Iguaçu faz em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal continua dando resultados positivos.

Na tarde do dia 23/02 - primeira quarta-feira do ano em que não houve comboio - no Posto Bom Jesus, em Medianeira, foi realizada fiscalização pente fino, efetuada por amostragem, visando à apreensão principalmente de informática e cigarros e como foco principal a fiscalização dos ônibus de linha, já que os ônibus utilizados pelos sacoleiros não estavam presentes devido à intensa fiscalização que vem sendo feita pela Receita Federal.

Aproximadamente R\$ 60.000,00 em materiais de informática foram apreendidos, além de uma sacola de anabolizantes, cerca de 1 quilo de maconha e mais de 100 caixas de cigarros. Além das apreensões foram feitas fotos caracterizando a incorreta identificação dos volumes pelas transportadoras, para posterior aplicação de multa no valor de R\$ 15.000,00 ou de R\$ 30.000,00 para as empresas reincidentes.

DRF/Joaçaba - operação de repressão ao contrabando e descaminho

A DRF/Joaçaba-SC realizou, nos dias 09 e 10/02, operação de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho com a colaboração da Polícia Rodoviária Estadual, na região de Bom Jesus, jurisdição da ARF/Xanxerê, onde foram retidos dois ônibus e posteriormente conduzidos ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da sede da DRF para a realização do levantamento de valores e lacração dos volumes das mercadorias.

Do montante de R\$ 68.909,50, destaque para a apreensão de 66.500 maços de cigarros, produtos de informática, eletrônicos, brinquedos e bebidas; além da lavratura dos autos de infração para cobrança da multa sobre os cigarros no valor de R\$133.000,00 e dos processos de representação fiscal para fins penais, correspondentes aos autos de infração de apreensão das mercadorias.

Em operação específica, foi realizado trabalho de repressão ao contrabando, no dia 15/02, em estabelecimento comercial de cidade da região, onde foram apreendidos aparelhos de DVD, CD e CD e DVD gravados, bebidas, cigarros e 63 pneus, avaliados em R\$15.000,00. Fato pitoresco foi que as mercadorias apreendidas era vendidas através de uma Cafeteria e Restaurante, da cidade.

DRF/Londrina faz apreensão de mercadorias na região

A DRF/Londrina em conjunto com a Delegacia de Polícia Federal apreendeu, na madrugada de 17/02, mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 167.617,88 as quais entraram irregularmente no Brasil.

As mercadorias, que estavam sendo transportadas em dois ônibus que seguiam para o Estado de São Paulo e foram abordados no pedágio de Sertaneja/PR, eram constituídas basicamente de: cigarros (80%), material de informática (10%), eletrônicos (3%), bebidas (2%) e outras mercadorias (5%). Os dois ônibus foram apreendidos com base no Regulamento Aduaneiro. A Polícia autouou e prendeu em flagrante 18 pessoas, sendo 9 em cada ônibus.

DRF/Londrina - operação de combate ao contrabando e descaminho

A DRF/Londrina em conjunto com a Delegacia da Polícia Federal apreendeu, no pedágio de Rolândia-PR, na madrugada de hoje, (24), mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 146.387,43, as quais entraram irregularmente no Brasil.

As mercadorias que estavam sendo transportadas em um ônibus que seguia para a cidade do Rio de Janeiro eram constituídas basicamente de material de Informática, eletrônicos, brinquedos, bebidas e 80.200 CDs virgens. O ônibus foi apreendido com base no Regulamento Aduaneiro e a Polícia Federal prendeu em flagrante 5 pessoas.

DRF/Londrina continua com operação de repressão ao contrabando e descaminho

A DRF/Londrina em conjunto com a Receita Estadual apreendeu, na madrugada de 25/02, mercadorias estrangeiras que entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo transportadas em um veículo tipo Furgão pertencente à empresa de ônibus Pluma.

Conforme avaliação da Receita Estadual a nota fiscal apresentada para respaldar o seu transporte era inidônea, por não ter sido autorizada sua impressão, portanto sem eficácia para acobertar o referido transporte.

As mercadorias eram constituídas, entre outras, de 6.872 brinquedos, 5.591 eletrônicos, 220 itens de material de informática, que totalizaram em aproximadamente em R\$ 27.140,23.

DRF/Londrina - Operações de repressão ao contrabando e descaminho

A DRF/Londrina em conjunto com a Receita Estadual apreendeu, no dia 28/02, mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 30.825,68, as quais entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo transportadas em um veículo tipo FURGÃO. Conforme avaliação da Receita Federal e Estadual a nota fiscal apresentada para respaldar o seu transporte era inidônea, portanto sem eficácia para acobertar o referido transporte. As mercadorias eram constituídas basicamente de material de informática, eletrônicos, brinquedos e bebidas.

DRF/Paranaguá apreende 240 toneladas de tecido chinês

Após investigações desenvolvidas pela Equipe de Procedimentos Especiais (EqPEA) da DRF/Paranaguá-PR foram apreendidos 11 contêineres de tecidos de poliéster, totalizando 240 toneladas, no valor de R\$ 2 milhões.

A mercadoria é originária da China e a apreensão foi efetuada no dia 24/02, ocorreu pela comprovação da prática de interposição fraudulenta, subfaturamento e utilização de documentos falsos.

Os servidores responsáveis pelo trabalho receberam importante apoio da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT, que realizou a análise dos tecidos e pesquisa dos preços internacionais.

MARÇO

ALF/São Francisco do Sul apreende 23.250.000 pares de luvas descartáveis

A ALF/São Francisco do Sul-SC aplicou pena de perdimento em 23.250.000 pares de luvas descartáveis acondicionadas em 15 contêineres, por interposição fraudulenta de terceiros, que estavam retidos no Porto em São Francisco do Sul.

A investigação da empresa iniciou em 2004 pela DRF/Jundiaí-SP, sendo comprovada a incapacidade econômica. Foi proposta a inaptidão com base na IN 228/2002 e lavrado o auto de infração, em Jundiaí. A carga, avaliada em R\$ 1.022.600,00, será destinada a instituições hospitalares.

DRF/Cascavel-PR realiza operação de repressão ao contrabando e descaminho

A DRF/Cascavel realizou no dia 03/03/2005, operação de repressão ao contrabando e descaminho com a cooperação da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, tendo como resultado a apreensão de mercadorias avaliadas em R\$ 140.000,00. Desse total, 95% era composto por material de informática.

Foram vistoriados 30 veículos, entre ônibus, caminhões e automóveis, sendo retidos e conduzidos ao Depósito de Mercadorias Apreendidas, 4 ônibus e 1 veículo de passeio. Também foi aplicada uma multa de R\$ 30.000,00.

DRF/Foz do Iguaçu: Apreensões no fim de semana

A DRF/Foz, em buscas e operações de rotina, apreendeu neste fim de semana mais de 1000 caixas de cigarros encontradas em dois ônibus no estacionamento de um hotel nas proximidades da Vila Portes, onde cinco pessoas foram presas, entre elas os motoristas e o gerente do hotel.

Mais cigarros foram encontrados também em duas Kombis, cerca de 150 caixas estavam divididas nos dois veículos. Eles foram surpreendidos no desvio e trazidos para a Delegacia, que ultimamente vem recebendo uma quantidade significativa de veículos pequenos carregados de cigarro.

Este fato deve-se ao grande número de ônibus que deixaram de vir para a cidade a fim de transportar mercadorias de contrabando e descaminho devido à intensa fiscalização que vem sendo realizada pela DRF/Foz. Nos últimos dias a queda no fluxo de ônibus, ultrapassou os 50 %. Por isso agora, os carros de passeio estão sendo uma alternativa para o transporte das mercadorias ilegais.

DRF/Foz do Iguaçu-PR: Fiscalização encontra maconha em ônibus

Durante a fiscalização de um ônibus no dia 08.03.2005, foram encontrados 135 (cento e trinta e cinco) pacotes de maconha. Cada pacote equivale a aproximadamente um quilo da droga, totalizando mais de cento e trinta e cinco quilos. Havia também uma pequena quantidade de cigarro entre outras mercadorias como: informática, eletrônicos e brinquedos, a qual resultou na quantia de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

O veículo estava retido e lacrado na Delegacia aguardando a fiscalização desde quinta-feira passada. A droga foi apreendida e encaminhada à Polícia Federal para posterior destruição.

DRF/Foz do Iguaçu-PR - Atividades da primeira semana de março

Somente na primeira semana de março servidores da DRF/Foz do Iguaçu e a equipe da IRF/Curitiba vistoriaram e apreenderam 13 (treze) ônibus, praticamente todos carregavam cigarros. Perfazendo um total de R\$ 989.539,00 (novecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e nove reais) divididos em 333.690 (trezentos e trinta e três mil e seiscentos e noventa) caixas.

O total da multa aplicada aos que assumiram as mercadorias foi contabilizado em R\$ 667.380,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e trezentos e oitenta reais). Também foram aplicadas multas referentes à Lei 10833/2003 as quais somam R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Entre as atividades realizadas, um fato relevante foi a apreensão de 3 (três) caixas de munição no dia 28 de fevereiro.

Apreensões de cinco ônibus com contrabando na região de Foz do Iguaçu durante o fim de semana

Durante as atividades de repressão ao contrabando e descaminho realizadas pela DRF/Foz do Iguaçu em parceria com a Polícia Federal, no último final de semana, foram apreendidos 5 ônibus com mercadorias contrabandeadas.

O primeiro foi encontrado nos fundos de um posto de gasolina em Matelândia, às 22 horas de sexta-feira. O veículo havia sido vistoriado na saída de Foz do Iguaçu, apresentando os documentos e o bagageiro vazio. Quando chegou em Matelândia foi carregado com mercadorias.

O segundo, em um hotel no município de Foz do Iguaçu, próximo à Vila Portes, por volta da meia-noite, carregado com mercadorias variadas.

Às 2 horas da madrugada, em uma pousada próxima à região central de Foz, três ônibus foram retidos, um deles estava carregado de cigarros e os outros dois carregavam material de informática e eletrônicos. Os ônibus foram encaminhados à DRF/Foz do Iguaçu, para posterior deslacrção.

Ao mesmo tempo em que eram feitas as operações de buscas, a DRF/Foz realizou no Posto do Pedágio em Céu Azul, uma recepção aos ônibus que seguiam para Foz do Iguaçu. Durante toda a noite foram intimados 42 ônibus de turismo com o principal objetivo de identificar os veículos que chegavam, impedindo a entrada daqueles que não tinham a autorização de viagem expedida pela ANTT, inibindo assim a utilização desses veículos para o transporte do contrabando e descaminho, diminuindo significativamente o movimento do comércio de Ciudad Del Est, no último sábado.

Grande apreensão de material de informática no Posto Fiscal Bom Jesus

A DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, fez operação de fiscalização no Posto Bom Jesus, em Medianeira-PR, na última quarta-feira, (9), das 10 às 18 horas, em ônibus de linha, de turismo, automóveis e veículos em geral que passaram pelo local. A operação teve como resultado a apreensão de mais de 100 mil dólares em material de informática. Durante a operação foram apreendidos também dois automóveis que estavam carregados com cigarros e informática.

DRF Foz do Iguaçu: fiscalização no feriado da Páscoa

Durante o feriado da Páscoa servidores da DRF/Foz do Iguaçu realizaram a deslacrção, fiscalização e apreensão de mercadorias em três ônibus. Foram encontrados no interior dos mesmos 165.950 maços de cigarros, avaliados em U\$ 37.900,00 aproximadamente.

A multa respectiva sobre a apreensão dos cigarros totalizou U\$ 300 mil dólares.

Além dos cigarros foram encontrados também, produtos de informática, eletrônicos, mercadorias em geral e ainda 20 kg de maconha, que estavam escondidos dentro de um monitor de vídeo.

DRF/Foz do Iguaçu: operação conjunta retém 16 ônibus com contrabando

A DRF/Foz do Iguaçu, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Associação Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou mais uma operação de repressão ao contrabando e descaminho que teve início às 2 horas da manhã do dia 30, na praça de pedágio em São Miguel do Iguaçu. Foram identificados 40 ônibus que passaram pelo pedágio, sendo que a maioria não seguiu viagem até Foz do Iguaçu.

Uma equipe de busca da DRF/Foz monitorou o movimento dos ônibus na cidade e na abordagem, cinco deles foram selecionados para serem trazidos para o pátio da DRF.

Dois, tiveram que ser parados à força, onde houve a necessidade de reação por parte da Polícia Rodoviária Federal.

Enquanto isso a equipe de busca da DRF/Foz continuou com os trabalhos pela cidade com o auxílio de força policial local, buscando os ônibus que tentavam fugir da fiscalização. Foram retidos mais 8 ônibus que foram conduzidos até a DRF.

No início da manhã de 31/03/2005, mais ônibus tentaram sair de Foz do Iguaçu em um pequeno comboio. A Polícia Rodoviária Federal reteve três que também foram levados até a DRF. Os passageiros foram liberados com seus pertences pessoais caracterizados como bagagem e os ônibus foram lacrados.

As empresas de ônibus estão recebendo intimação para apresentar a documentação e indicação dos volumes que estão transportando e respectivos proprietários, para apuração dos responsáveis quando dos autos de apreensão da mercadoria e caracterização da responsabilidade do transportador para a apreensão dos ônibus. Os ônibus estão sendo removidos para o pátio da Polícia Federal e aguardam a definição da data de fiscalização.

DRF/Londrina-PR Realiza Repressão ao Contrabando e Descaminho

A DRF/Londrina e a Delegacia da Polícia Federal apreenderam, no dia 04/03/2005, mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 22.447,08 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos), as quais entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo transportadas em um ônibus que seguia para a cidade de Ibaiti-PR sendo encaminhado ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/Londrina-PR.

As referidas mercadorias eram constituídas basicamente de: Cigarros (89,28%), Material de Informática (3,28%), Eletrônicos (2,31%), e outras mercadorias (5,041%) as quais pertenciam a 1 (um) único passageiro do ônibus. O veículo foi retido e lavrado Auto de Infração para a aplicação da multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos da Lei 10.833/2003. O passageiro foi conduzido à Polícia Federal e preso em flagrante pelo crime de contrabando e descaminho.

DRF Londrina: doze prisões em flagrante durante operação de repressão ao contrabando e descaminho

A DRF/Londrina, em conjunto com a Delegacia da Polícia Federal, apreendeu no dia 17, mercadorias estrangeiras que entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo transportadas em dois ônibus de linha que seguiam para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Avaliados em aproximadamente R\$205.000,00, os produtos apreendidos eram constituídos basicamente de material de informática, eletrônicos, brinquedos e artigos diversos.

Os ônibus foram retidos e lavrados Autos de Infração com a aplicação da multa de R\$15.000,00, nos termos da Lei 10.833/2003. A Polícia Federal prendeu em flagrante delito pelo crime de contrabando e descaminho 12 passageiros.

Apreensão de mercadorias em shopping popular de Londrina

A DRF/Londrina e a DRF/Maringá, em ação conjunta com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, apreenderam, no dia 24, no Shopping Popular de Londrina – “CAMELÓDROMO”, mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$6.306,14, as quais entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo comercializadas sem o devido recolhimento dos tributos.

A ação de apreensão de mercadorias foi motivada pela constatação de que o proprietário da loja já havia sido condenado pela Justiça Federal de 1º Grau em Londrina pelo Crime de Contrabando e Descaminho e também já havia sido autuado em 8 (oito) ocasiões anteriores pela prática de Contrabando e Descaminho.

As mercadorias apreendidas eram constituídas basicamente de: Mercadorias de Bazar, CD gravados e virgens (45,50%), Material de Informática (0,82%), Eletrônicos (42,57%), e Bebidas (11,07%).

DRF Londrina apreende mercadorias em ônibus de linha

A DRF/Londrina, em conjunto com a Delegacia da Polícia Federal, apreendeu, no dia 29, mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 153.500,00, as quais entraram irregularmente no Brasil e estavam sendo transportadas em 7 ônibus de linha com destino às cidades de Santos, Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses ônibus foram abordados no Posto de Pedágio da cidade de Arapongas-PR. As mercadorias apreendidas eram constituídas basicamente material de informática, eletrônicos e cigarros.

DRF/Londrina divulga o resultado das apreensões no 1º trimestre

A DRF/Londrina divulgou no dia 05/04, o resultado das apreensões realizadas pela Receita Federal e Polícia Federal, no primeiro trimestre de 2005, na jurisdição.

Foram apreendidos R\$ 2.704.369,17 em mercadorias irregularmente introduzidas no País. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve um crescimento de 52% nas apreensões. Em 2004 o volume foi de R\$ 1.778.719,50.

Ao todo foram realizadas 14 operações de repressão ao contrabando e descaminho na região de Londrina, que resultaram também na apreensão de 5 ônibus com base no Regulamento Aduaneiro e 3 ônibus retidos com base na Lei 10.833/2003 com a respectiva aplicação da multa de R\$15.000,00. A Polícia Federal prendeu em flagrante 50 pessoas.

Projeto Tolerância Zero

No dia 5 de março, a Receita Federal e as Polícias Federal, Civil e Militar em Maringá-PR, prosseguiram no Projeto Tolerância Zero, fiscalizando empresas comerciais e ambulantes. Uma loja de R\$ 1,99 e uma empresa atacadista foram fiscalizadas, gerando a apreensão de trinta e cinco caixas grandes de mercadorias introduzidas ilegalmente no país. A loja de R\$ 1,99 tentou justificar as mercadorias com notas. Durante a fiscalização verificou-se que esta empresa havia adulterado as notas da atacadista, fato que gerará uma Representação Fiscal para fins Penais, o que deve levar o proprietário da loja varejista a responder um inquérito policial.

Por outro lado dois ambulantes que vendiam CD e DVD na Avenida Brasil foram encaminhados à Polícia Federal, onde estão presos. Um deles estava com 102 DVD (títulos nacionais e estrangeiros) e o segundo com 70 CD e 70 DVD. Os ambulantes, residentes no Município de Cambé-PR, disseram ter trazido estes CD e DVD do Paraguai.

O projeto Tolerância Zero, executado pela Receita Federal e Polícias Civil, Militar e Federal, tem como objetivo inibir os crimes de contrabando, descaminho, pirataria, máquinas caça-níqueis, etc., realizando ao menos uma operação por dia (inclusive sábados e domingos) durante os noventa dias da sua fase inicial. Desde o seu início, em 1º de março, foram fiscalizadas cinco empresas, além de vários ônibus e ambulantes, gerando apreensões de mercadorias em torno de seiscentos mil reais e a prisão de 18 pessoas. Importante dizer que há lojas que trabalham no rigor da lei e apresentaram documentos que comprovavam todo seu estoque.

DRF/Maringá: quatro ônibus apreendidos e 16 pessoas presas

Servidores das DRF/Maringá e DRF/Londrina, juntamente com as Polícias Federal e Militar, em operação de combate ao contrabando e descaminho, apreenderam quatro ônibus na tarde de 04/03/2005. O valor total da apreensão (principalmente informática e cigarro, além de cerca de 1,5 quilos de maconha) supera R\$ 500.000,00. Nessa operação, 16 pessoas foram presas e permanecem à disposição da Justiça Federal.

DRF/Maringá-PR: 11 Dias de Tolerância Zero

Em continuidade ao projeto Tolerância Zero, a DRF/Maringá apreendeu em 10/03/2005, mercadorias importadas irregularmente do Paraguai, basicamente compostas de eletrônicos, brinquedos, itens de bazar e bebidas, estimadas em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), transportadas em dois ônibus provenientes de Foz do Iguaçu e com destino à cidade de São Paulo.

Também os dois ônibus foram apreendidos, com base no Regulamento Aduaneiro. A propósito, esta operação específica foi uma resposta para o comportamento adotado pelos "sacoleiros" que, na madrugada anterior tentaram burlar o controle de entrada dos veículos em Foz do Iguaçu, realizado nas proximidades do município de Céu Azul-PR, utilizando-se de estradas vicinais como desvio, e retornando de Foz durante a madrugada tentando evitar a fiscalização da Receita Federal.

DRF/Maringá: 30 dias de tolerância zero

No dia 23.03.2005 foi divulgado o balanço das operações dos primeiros trinta dias do Projeto Tolerância Zero, que visa combater crimes como contrabando, pirataria, máquinas caça-níqueis, etc., durante noventa dias consecutivos, com pelo menos uma operação por dia (incluindo todos os sábados, domingos e feriados).

Os dez órgãos da imprensa regional ouviram a exposição do Comandante da Polícia Militar e dos Delegados da Receita Federal e das Polícias Federal e Civil que, com o apoio do Ministério Público Federal, dirigem o Projeto.

Como resultados numéricos destacam-se a apreensão de R\$ 1,5 milhão em mercadorias, seis ônibus, 97 kg de maconha e haxixe, um veículo de passeio, 293 máquinas caça-níqueis, centenas de CD e DVD piratas, além de fiscalização em 23 empresas (informática, importados, fotos, atacadistas) e vistoria em 28 ônibus. Foram presas 24 pessoas.

A efetividade do projeto começa a ser sentida com o desaparecimento de ambulantes das ruas de Maringá com a constatação de várias empresas trabalhando de forma regular.

Os trabalhos (possíveis somente com a dedicação de servidores que trabalharam inclusive na sexta-feira santa e domingo de páscoa), prosseguem nas cidades vizinhas.

Operação de Repressão ao Contrabando e Descaminho na DRF/Ponta Grossa-PR

A DRF/Ponta Grossa-PR realizou, no dia 5 de março, operação de repressão ao contrabando e descaminho em uma importante loja de informática da região. Uma equipe composta por sete servidores trabalhou durante cinco horas no local e realizaram a apreensão de alguns equipamentos eletrônicos, incluindo máquinas fotográficas digitais, computadores e VídeoCam's.

O resultado da operação denota o sucesso da ação da Receita Federal, seja por meio das operações em Foz do Iguaçu, seja por meio da atuação local, no combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, já que em reiteradas fiscalizações na cidade de Ponta Grossa se constatou a redução do índice de infrações, havendo maior cumprimento voluntário das obrigações por parte dos contribuintes.

IRF/Curitiba apreende mercadorias em empresa do ramo têxtil

A IRF/Curitiba, em diligência realizada em empresa do ramo têxtil, apreendeu no dia 16, mercadorias de origem estrangeira (roupas, tapetes e eletrônicos), no valor aproximado de R\$ 30.000,00.

A empresa já havia sido fiscalizada em 01/04/2004, em cuja oportunidade foram apreendidas mercadorias em situação idêntica as que foram objeto desta apreensão.

Foram encaminhadas à Polícia Federal, a esposa do proprietário e uma funcionária (laranja), onde esta declarou que as mercadorias eram adquiridas na Bolívia e distribuídas para diversos Estados no Brasil.

Operação de repressão ao contrabando e descaminho em Florianópolis

A IRF/Florianópolis, em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, executou na madrugada de 16 de março, a fiscalização de um ônibus de turismo com 24 passageiros, procedente de Foz do Iguaçu.

O veículo foi abordado na BR-282, na localidade de Rancho Queimado, e continha eletrônicos, material de informática, produtos de tocador, brinquedos e utensílios domésticos, avaliados em aproximadamente R\$ 50.000,00, tendo sido encaminhado posteriormente ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da IRF/Florianópolis para a devida formalização da apreensão das mercadorias.

Mercadorias apreendidas no aeroporto de Florianópolis

Em procedimento de fiscalização de cargas domésticas no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, a IRF/Florianópolis efetuou a apreensão de diversos equipamentos utilizados em estúdio de TV para gerenciamento e edição de som e vídeo, que teriam sido remetidos de outro Estado da Federação para empresa domiciliada em Florianópolis.

As mercadorias estrangeiras ingressadas irregularmente no país, que estavam acobertadas por notas fiscais falsas (clonadas), foram avaliadas em R\$ 120 mil.

IRF/Florianópolis apreende veículo e mercadorias estrangeiras

A IRF/Florianópolis, em operação conjunta com a Polícia Federal realizada no dia 30, efetuou apreensão de mercadorias no valor de US\$ 16.000,00, principalmente artigos de informática. As mercadorias estavam numa camionete Iveco Fiat, que interceptada pela Polícia Federal perto do Município de Lages, foi conduzida até o Depósito de Receita Federal em São José.

O veículo onde estavam o motorista e quatro passageiros foi apreendido por infração à legislação aduaneira, sujeito à aplicação da pena de perdimento, sendo seu valor estimado em R\$ 45.000,00. Os passageiros e proprietários das mercadorias foram autuados em flagrante pela prática de crime de contrabando e descaminho.

ABRIL

Operação “Interceptos” apreende produtos de informática nos Correios em Curitiba

A Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 9ª RF e a Inspeção da Receita Federal em Curitiba realizaram no período de 26 de abril a 3 de maio, operação de repressão ao contrabando e descaminho na Central de Recepção e Distribuição de Encomendas dos Correios de Curitiba - ECT, denominada "Interceptos". A operação foi desenvolvida por 2 servidores da Direp e 1 da IRF/Curitiba.

A operação consistiu na seleção de encomendas, correspondentes ao movimento de um dia, sendo separados aproximadamente 100 volumes, procedentes de Foz do Iguaçu e região, que estavam sendo remetidos para Curitiba e outras localidades do País. Como resultado foram lavrados 71 Termos de Intimação e de Apreensão de Mercadorias, num valor estimado em R\$ 80.000,00. Foram apreendidos 6 notebooks, 7 processadores, 101 placas-mãe, 220 placas auxiliares, 15 gravadores de CD, 19 gravadores de DVD, 356 outros equipamentos/acessórios de informática, 21 câmeras fotográficas digitais além de 949 outros itens.

A operação, além dos concretos resultados obtidos e descritos acima, também, teve como objetivo analisar os atuais procedimentos e programar ações futuras.

IRF/Florianópolis retém ônibus e apreende mercadorias

A Inspeção da Receita Federal em Florianópolis/SC efetuou, na primeira semana de abril, a retenção de dois ônibus transportando mercadorias estrangeiras introduzidas irregularmente em território nacional. O primeiro ônibus foi retido em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, na BR-282, nas proximidades de Rancho Queimado-SC. O veículo transportava mercadorias estrangeiras procedentes do Paraguai, entre elas brinquedos, eletrônicos, equipamentos de informática, artigos de tocador e cigarros. O valor das mercadorias apreendidas foi de R\$ 20.000,00 aproximadamente.

Ao proprietário do veículo foi lançada a multa no valor de R\$ 15.000,00 prevista no artigo 75 da Lei 10.833/2003, pois 4 pessoas que viajavam no veículo não tinham seus nomes na lista de passageiros. O segundo, foi retido pela Inspeção, juntamente com as Polícias Federal e Rodoviária Federal, também na BR-282 próximo a Curitiba/SC. Com somente 5 passageiros, o veículo, transportava mercadorias estrangeiras avaliadas em R\$ 31.500,00.

DRF/Foz do Iguaçu - Operações do final de semana

A Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, com a colaboração da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e ANTT, realizou no último sábado, (2), fiscalização no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira/PR, no período das 14 às 20 horas, com a apreensão de cerca de US\$ 20.000 em mercadorias, principalmente materiais de informática.

Na madrugada do mesmo dia, foram retidos 6 ônibus e um automóvel que foram interceptados no desvio para a cidade de Santa Helena e nos pátios de alguns postos de combustíveis e hotéis da cidade de Foz. Um desses ônibus estava lotado com produtos eletrônicos, brinquedos e outras mercadorias, e o outro, com aproximadamente 400 caixas de cigarros. Todos foram lacrados e conduzidos até o pátio da DRF.

Durante o final de semana, houve a deslactação e fiscalização de alguns ônibus que estavam retidos no pátio da DRF, e na Ponte Internacional da Amizade todos os servidores que estavam prestando reforço na operação de combate ao contrabando e descaminho colaboraram na lacração das mercadorias com evidente destinação comercial.

DRF/Foz do Iguaçu - Atividades de repressão ao contrabando e descaminho

Durante operações de busca realizadas em hotéis, depósitos, estacionamentos, ônibus e em veículos suspeitos que circulavam pela cidade, realizadas pela Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu em parceria com a Polícia Federal e com a Procuradoria de Investigações Criminais, no dia 13/04, foram apreendidas 375 caixas de cigarros, 16 pneus de camioneta, 15 gabinetes e 2 impressoras, avaliados em cerca de US\$ 40,000.00 que estavam armazenados em seis quartos de um hotel localizado no Parque Presidente.

Foi retido ainda, um carro de passeio que estava no pátio do hotel carregado de cigarros em seu interior.

O Corpo de Bombeiros prestou auxílio ao trabalho dos servidores da Receita Federal e agentes da Polícia Federal, realizando uma vistoria nas instalações do referido hotel, onde foram constatadas algumas irregularidades.

Em outro hotel, nas margens da BR-277, a equipe de busca da DRF, após denúncia, juntamente com a Procuradoria de Investigações Criminais apreendeu um ônibus que estava sendo carregado com cigarros.

Já à meia-noite do dia 14 foi iniciada uma operação em conjunto com a Procuradoria de Investigações Criminais. Um estacionamento na Vila Portes foi abordado e quatro ônibus que estavam no local, carregados de mercadorias estrangeiras, foram retidos e conduzidos à Delegacia onde aguardam a deslactação.

Operação especial fecha Rodoviária de Foz do Iguaçu

A Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal realizaram na tarde de 18/04, uma operação especial surpresa na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu, onde o efetivo de mais de 40 servidores cercou o local e suas proximidades, apreendendo mercadorias que caracterizavam contrabando e descaminho e que excediam a cota permitida.

Todos os ônibus que estavam partindo da cidade foram vistoriados nas plataformas de embarque, além dos passageiros que aguardavam sua hora de embarque e que ainda se encontravam no interior da Rodoviária.

Foram vistoriados também os quartos, depósitos e demais dependências de um hotel e duas pousadas localizadas nos arredores da Rodoviária, sem que houvesse identificação de hóspedes.

Nessa operação foram apreendidas mercadorias não declaradas que lotaram um caminhão, avaliadas em aproximadamente US\$ 70 mil, entre elas, informática, eletrônicos, cigarros, mercadorias para bazar e 6 quilos de maconha.

Mais apreensões em hotéis estacionamentos em Foz do Iguaçu

Na manhã de 20/04, servidores da Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, em parceria com a Procuradoria de Investigações Criminais, Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Militar, realizaram operação de fiscalização e apreensão na Vila Portes, na região conhecida como "Vietnã".

Foram fiscalizados cerca de 10 depósitos, sendo que três deles em estacionamentos, além de dois hotéis. Um deles estava lotado, praticamente todos os quartos serviam como depósito para armazenagem de mercadorias.

O valor das apreensões desta operação foi estimado em cerca de US\$ 150 mil em mercadorias de contrabando e descaminho, que lotaram três caminhões, dividindo-se em artigos para bazar, eletrônicos e informática, além de 200 caixas de cigarros avaliados em US\$ 20 mil.

DRF Joinville apreende mercadorias em ônibus de turismo

Em operação conjunta com a Polícia Militar de Jaraguá do Sul-SC realizada no último dia 15, a Delegacia da Receita Federal em Joinville reteve um ônibus de turismo procedente de Foz do Iguaçu com mercadorias em situação irregular.

Foram apreendidos 35 volumes, avaliados em R\$ 15.000,00, contendo materiais de informática, cigarros, brinquedos, eletrônicos e artigos para bazar, pertencentes a 18 passageiros que estavam a bordo. Ao proprietário do ônibus foi aplicada a multa de R\$ 15.000,00, prevista na Lei nº 10.833/2003.

Operação "Procurando Nemo" em Paranaguá, apreende 11.284 camisas

A Divisão de Repressão e a Delegacia da Receita Federal em Paranaguá realizaram operação de presença fiscal e de repressão ao contrabando, descaminho, pirataria e contrafação, denominada "Procurando Nemo", no período de 04 a 08 de abril.

Nestes dias foram realizadas diversas ações de verificação de contêineres em diversas frentes tais como: Importação, Trânsito, Exportação, Depósito Franco Paraguaio e Redex e acompanhamento de carga e descarga de um navio. Como resultado foi apreendida uma carga com 11.284 camisas de origem chinesa de grife conhecida, com valor estimado em R\$ 300.000,00. As camisas possuíam etiquetas grafadas em português, com a falsa indicação de produto "Fabricado no Brasil", lesivas ao consumidor.

Participaram da operação 3 AFRF da SRRF09/Direp, 2 AFRF da Alfândega do Porto de São Francisco do Sul/SC, 1 TRF da DRF/Ponta Grossa, além de servidores da DRF/Paranaguá.

MAIO

DRF/Foz do Iguaçu - Apreensão de material de informática

A Polícia Federal encaminhou à DRF/Foz do Iguaçu, no dia 2 de maio, cerca de US\$ 104 mil de material de informática, além de pequena quantidade de eletrônicos e artigos de bazar. As mercadorias foram encontradas em uma carreta que transportava farinha de trigo. O motorista foi preso em flagrante. Foram encaminhados ainda pela Polícia Federal, 50 pneus para caminhão e um motor para barco, apreendidos pela Polícia Militar de Foz do Iguaçu, avaliados em US\$ 10,5 mil.

DRF/Foz do Iguaçu - Apreensão de mercadorias em ônibus de linha

No dia 4 de maio, servidores da DRF/Foz do Iguaçu apreenderam, no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira-PR, mais de US\$ 10 mil em mercadorias encontradas no interior de um ônibus de linha que fazia o trecho Foz do Iguaçu/Rio de Janeiro. Dentre os produtos encontrados destacam-se eletrônicos, informática e artigos de bazar. Foram apreendidos ainda, três ônibus que estavam retidos e lacrados e que aguardavam fiscalização. Cada um deles estava com cerca de US\$ 20 mil em mercadorias ilegais em seu interior.

Apreensões da DRF/Foz do Iguaçu

O saldo de apreensões da primeira semana de maio/2005, na DRF/Foz, totaliza US\$ 369.482,00 (trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e dois dólares), em mercadorias de informática, eletrônicos e produtos de bazar, apreendidos no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira, além de mais de R\$ 700 mil reais em cigarros, referente a 717.960 (setecentos e dezessete mil, novecentos e sessenta) maços. Houve também a apreensão de 10 ônibus e a retenção de um deles, para pagamento de multa.

Já no Posto da Polícia Rodoviária Federal em Santa Teresinha de Itaipu, servidores da DRF/Foz com o apoio dos policiais daquele órgão retiveram seis ônibus, os quais estavam no comboio que se formou na madrugada de 04.05.

DRF/Foz do Iguaçu - Operação no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira

No dia 09/05 durante operação no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira, foram fiscalizados ônibus de linha, além de caminhões e veículos de passeio contendo aproximadamente R\$ 8 mil reais em mercadorias contrabandeadas e descaminhadas. Havia eletrônicos, equipamentos de informática e produtos de bazar, os quais foram apreendidos.

Em um dos ônibus que fazia a linha Foz/Londrina continha ainda, 26 kg de maconha. A droga estava sob a responsabilidade de uma garota de 16 anos, a qual foi encaminhada pela Polícia Rodoviária Federal para a Delegacia da Polícia Civil, juntamente com a mercadoria.

Foram fiscalizados também, dois ônibus que estavam no pátio do Posto Fiscal aguardando declaração. Os produtos ilegais presentes no interior dos veículos totalizaram aproximadamente R\$ 300 mil reais.

Operações de busca retêm 9 ônibus com mercadorias contrabandeadas em Foz do Iguaçu

No dia 17/05, durante os trabalhos de combate ao contrabando e descaminho que vêm sendo desenvolvidos no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira-PR foram fiscalizados 43 ônibus, 101 automóveis, 7 vans, 7 furgões e uma carreta, resultando na apreensão de cerca de US\$ 58 mil em material de informática, eletrônicos, cigarros e mercadorias diversas. sendo que 35% deste valor refere-se à apreensão de cigarros. Também foram apreendidos 6,5 kg de maconha, 119 frascos de lança-perfumes e 1,4 kg de cocaína. Três pessoas foram presas em flagrante.

Já na madrugada de 18/05, até o meio-dia, as equipes de busca de DRF/Foz do Iguaçu, efetuaram a retenção de 9 ônibus que transportavam mercadorias irregulares e que circulavam na cidade. Destes, dois, estavam carregados com cigarros e outro, com metade pneus e outra metade também com cigarros. Esses veículos foram lacrados e encaminhados ao Depósito de Mercadorias Apreendidas para posterior fiscalização.

Prisão em flagrante por praticar crimes contra a Ordem Fiscal

Em operação realizada em 23/05, pela manhã, entre a DRF/Foz do Iguaçu e a Promotoria de Investigações Criminais - PIC, foi detida uma pessoa que praticava crimes contra a Ordem Fiscal, no Jardim Jupira, em Foz do Iguaçu. A mesma vendia mercadorias descaminhadas, (artigos para o vestuário), utilizando notas fiscais clonadas de uma empresa. A Promotoria de Investigação Criminal lavrou o flagrante e o enquadrou no Art. 1º, inciso 3 da Lei 8.137/90.

DRF/Foz do Iguaçu retém ônibus e caminhões com mercadorias descaminhadas

Na manhã de 24/05, a equipe de busca da DRF/Foz do Iguaçu reteve nas proximidades do Posto de Fiscalização Bom Jesus, em Medianeira-PR, quatro ônibus de sacoleiros que transportavam mercadorias de contrabando e descaminho. Os veículos tentavam a passagem pelo Posto de Fiscalização que ainda estava fechado, quando foram surpreendidos pela equipe.

Já no início da tarde, um caminhão, que transportava uma carga de batatas de procedência argentina, foi apreendido por conter escondidas em sua carga, mercadorias irregulares. Inicialmente, ao passar pela Aduana, a carga de batatas estava regularizada e estava sendo transportada em outro caminhão. Em seguida, houve o transbordo da mercadoria, onde, ao trocar de veículo foram acrescentados às batatas, cerca de US\$ 29 mil em mercadorias de informática e eletrônicos. O caminhão foi retido pela Polícia Rodoviária Estadual de Santa Helena e encaminhado para a sede da DRF/Foz. A carga de batatas foi liberada, por estar com a documentação regularizada e as mercadorias contrabandeadas e descaminhadas foram apreendidas. O motorista foi conduzido à Polícia Federal.

Outro caminhão, carregado com alimentos, escondia mercadorias sem documentação legal e apreendido pela Polícia Federal de Guaíra, no último fim de semana, e encaminhado à sede da DRF/Foz, onde aguarda a devida fiscalização.

A DRF/Foz do Iguaçu vem observando a nova modalidade de transporte de mercadorias irregulares, que se deve ao fato de que os ônibus, que antes serviam como transporte das mercadorias, desde o início da Operação Cataratas vêm sofrendo forte fiscalização.

DRF/Foz do Iguaçu - Operação de repressão no feriado

A equipe de busca da DRF/Foz do Iguaçu reteve na tarde do dia 26/05, em São Miguel do Iguaçu-PR, um ônibus carregado de cigarros. No início da noite, um veículo com mercadorias de informática foi apreendido na Rodoviária de Matelândia, o motorista foi preso em flagrante. Um ônibus de linha, que fazia o trecho internacional de Assunção - São Paulo, foi retido, lacrado e encaminhado à sede da DRF para posterior fiscalização.

Já no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira, foram vistoriados 149 veículos, sendo 108 vans, 34 ônibus, 5 motos e 2 táxis, além da fiscalização de dois ônibus que estavam lacrados. Toda a operação somou US\$ 89 mil em mercadorias como: cigarros, informática, eletrônicos e artigos para bazar.

DRF/Foz do Iguaçu - Operações de busca e fiscalização no fim de semana

A equipe de busca da DRF/Foz do Iguaçu, juntamente com a Promotoria de Investigações Criminais, realizou uma operação no sábado à tarde, dia 28, que resultou na retenção de um automóvel que transportava informática e de cinco ônibus que transportavam mercadorias irregulares, dentre elas bebidas, cigarros, material de informática e eletrônicos. Os veículos foram encaminhados à sede da DRF e aguardam fiscalização.

Durante o fim de semana, a fiscalização no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira-PR continuou, resultando na apreensão de US\$ 134 mil em mercadorias de contrabando e descaminho.

DRF/Itajaí desmonta esquema de importação fraudulenta de produtos têxteis

A Seção de Controle Aduaneiro da DRF/Itajaí-SC concluiu ação fiscal referente à importação de 719 toneladas de fios de poliéster-viscose (PV), originários da Índia, Indonésia e Cingapura.

Embora os produtores dos fios fossem asiáticos, a intermediação vinha sendo efetivada por empresa de Miami (EUA). O exportador norte-americano, em verdade, integrava o mesmo grupo empresarial do importador brasileiro.

O procedimento contou com apoio da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), peritos credenciados da área têxtil e do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal.

Ao final, ficou configurado o uso de documentos falsos no despacho aduaneiro e o subfaturamento dos preços declarados à fiscalização. Com tais artifícios o importador não recolhia os tributos efetivamente devidos pela nacionalização dos fios, permitindo-lhe concorrer em condições de desigualdade no mercado brasileiro. O valor das mercadorias foi estimado em R\$ 4.400.000,00.

Os fatos, também, serão encaminhados ao Ministério Público Federal para apuração de crimes contra a Ordem Tributária e o Descaminho.

DRF/Joaçaba-SC - Realiza operação de repressão

A DRF/Joaçaba-SC. realizou nos dias 4 e 5 de maio, operação de repressão ao contrabando/descaminho ao longo da rodovia SC-467, a qual liga o município de Xanxerê-SC ao Estado do Paraná, em que foram vistoriados vários veículos.

A Delegacia recebeu o apoio do corpo de bombeiros daquele município que cedeu seu pátio para a operação, que resultou na fiscalização em um ônibus de turismo procedente do Paraguai, em que foram emitidos 14 (quatorze) Autos de Infração para apreensão de mercadorias e a lavratura de 14 (quatorze) processos de representações fiscais para fins penais.

As mercadorias foram avaliadas em US\$ 16.601,29 (dezesesseis mil, seiscentos e um dólares e vinte e nove centavos) ou o equivalente a R\$.45.653,55 (quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), observando-se que mais de 50% das mercadorias correspondiam a produtos de informática.

DRF/Londrina realiza operação de repressão ao contrabando com prisão em flagrante de 4 pessoas

A equipe de Combate e Repressão ao Descaminho e Contrabando da DRF/Londrina-PR, com o apoio da Polícia Federal, efetuou operação de repressão, tendo como resultado a apreensão de 267.500 maços de cigarros (26.750 pacotes) avaliados em US\$ 53.500,00, além de produtos de informática avaliados em US\$ 1.560,00, totalizando, assim, US\$ 55.060,00 em apreensões, ou seja, aproximadamente R\$ 137.650,00.

O veículo, tipo ônibus, que transportava as mercadorias, também foi apreendido, sendo avaliado em R\$ 25.000,00. A Polícia Federal efetuou 4 prisões em flagrante. Foram presos dois motoristas e duas pessoas que assumiram a propriedade das mercadorias.

DRF/Londrina - Repressão ao Contrabando e Descaminho

A DRF/Londrina com o apoio da Polícia Federal de Londrina, realizou, no dia 12/05, operação de repressão ao contrabando e descaminho em dois estabelecimentos comerciais localizados no município de Andirá-PR.

Os estabelecimentos fiscalizados comercializam mercadorias importadas irregularmente, infringindo a legislação vigente e prejudicando o comércio regular daquela localidade.

Foram apreendidas mercadorias como: equipamentos de informática, eletrônicos, brinquedos, cigarros e produtos de bazar, as quais foram valoradas em R\$10.766,63 (dez mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos).

IRF/Florianópolis-SC - Apreensão de mercadorias, veículos e prisão em flagrante

Em operação conjunta com a Polícia Federal, a Equipe de Repressão Aduaneira da IRF/Florianópolis efetuou, na madrugada de 11/05, a apreensão de mercadorias de procedência estrangeira desacobertas de documentação fiscal, bem como a apreensão do automóvel marca Renault-Scenic ano 2003 que as transportava. Mais mercadorias estrangeiras irregulares foram encontradas na residência do autuado, o qual foi preso em flagrante.

Foram lavrados três autos de infração e apreendidos, dentre outros, equipamentos de informática, eletrônicos e bebidas. O automóvel e as mercadorias, avaliados em US\$ 32.192,80, 9 (trinta e dois mil, cento e noventa e dois dólares e oitenta centavos) as quais foram encaminhados ao depósito de mercadorias apreendidas da IRF/Florianópolis.

IRF/Florianópolis apreende veículo e mercadorias

O Grupo de Repressão Aduaneira da IRF/Florianópolis, em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, efetuou, no dia 14/05, a apreensão de mercadorias de procedência estrangeira, bem como do automóvel marca Fiat Tempra que as transportava. O veículo e as mercadorias, entre aparelhos eletro-eletrônicos, equipamentos de informática, CD, etc., totalizando cerca de R\$ 17 mil, foram encaminhados ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da Inspeção.

Apreensão de veículos e mercadorias em Florianópolis

Em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, o Grupo de Repressão Aduaneira da IRF/Florianópolis efetuou, na madrugada de 19/05, nas proximidades de Rancho Queimado, a 60 km de Florianópolis, a apreensão de um automóvel Ford-Escort e um Ford-Versailles, que transportavam mercadorias de procedência estrangeira como, cigarros, equipamentos eletrônicos, informática e CDs, desacobertas de documentação fiscal.

As mercadorias e os veículos, avaliados em aproximadamente R\$ 25.750,00, foram encaminhados ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da Inspeção.

JUNHO

Operação Panorama resulta em apreensão de produtos de informática e equipamentos eletrônicos

A SRF, através da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da SRRF09 e da IRF/Curitiba, no dia 07/06, na cidade de Curitiba, conjuntamente com a Polícia Federal da Operação Panorama, que ocorreu nos Estados do Paraná e Mato Grosso. Até o momento foram presas 18 pessoas que são acusadas de fazer parte de uma quadrilha formada por brasileiros e estrangeiros e que praticam os seguintes crimes: contrabando e descaminho, falsificação de cartão de crédito, de passagens aéreas, clonagem de veículos e aparelhos celulares, simulação de casamentos e entrada ilegal no país.

A Operação Panorama teve início às 4h30, para cumprir 23 mandados de prisão e 28 de busca e apreensão nas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Cuiabá.

Em Curitiba as equipes da Receita Federal se dirigiram a três dos 14 locais envolvidos, que eram lojas localizadas no centro comercial da capital paranaense, onde foram apreendidas grande quantidade de produtos de informática e equipamentos eletrônicos, entre eles, notebooks, câmeras digitais, filmadoras e pen-drives, avaliados em aproximadamente R\$ 400.000,00. Foram apreendidas mercadorias que se encontravam no apartamento de um dos proprietários das lojas que também era utilizado como depósito.

Apreensões no Posto Fiscal em Bom Jesus

Na semana passada, equipe de servidores da IRF/Curitiba prestou reforço nas operações de combate ao contrabando e descaminho realizadas pela DRF/Foz do Iguaçu.

As fiscalizações efetuadas no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira-PR, resultaram na emissão de 190 autos de infração, com a apreensão de cerca de US\$ 504 mil em equipamentos eletrônicos, informática, mercadorias diversas e cigarros (mais de 300 mil maços), além de cerca de US\$ 658 mil em aplicação de multas. Foram vistoriados, 13 ônibus de turismo (normalmente utilizados para transportar mercadorias irregulares), 15 ônibus de linha, além de 77 veículos diversos.

IRF Florianópolis apreende mercadorias em Rancho Queimado

A IRF/Florianópolis, em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, efetuou, no dia 11/06, a apreensão de mercadorias estrangeiras desacobertas de documentação fiscal, transportadas em um ônibus, na BR-282, nas proximidades de Rancho Queimado, planalto serrano catarinense. No veículo viajavam treze passageiros, identificados pela fiscalização como proprietários das mercadorias. A empresa responsável pelo ônibus recebeu multa de R\$ 30.000,00, por ser reincidente, conforme art. 75 da Lei n.º 10.833/2003. Dentre as mercadorias, encaminhadas ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da IRF/Florianópolis, constam brinquedos, bebidas, eletrônicos, equipamentos de informática, e CDs, avaliados num montante de R\$ 30 mil.

IRF/Florianópolis apreende ônibus com mercadorias

Em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, o Grupo de Repressão Aduaneira da IRF/Florianópolis apreendeu, na madrugada de 15/06, mais um ônibus, com 23 passageiros, transportando mercadorias de procedência estrangeira desacobertas de documentação fiscal. A apreensão deu-se na Rodovia BR-282, no oeste catarinense.

O ônibus, com as mercadorias, foi lacrado e encaminhado ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da IRF, para que sejam lavrados os respectivos autos de infração.

Apreensão de mercadorias em Foz do Iguaçu

As apreensões de mercadorias contrabandeadas e descaminhadas, no Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira-PR, durante o período de 30/05 a 04/06, alcançaram a cifra de US\$ 403 mil, valor que equivale a aproximadamente R\$ 1 milhão. Este valor se divide entre vistorias realizadas nos veículos que passaram pelas proximidades do Posto e fiscalizações aos ônibus que estão retidos no pátio, do próprio Posto, e que aguardavam a deslactação. Durante a semana passada 10 ônibus foram fiscalizados.

Já, na noite do dia 05, a equipe de busca da DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Polícia Federal, realizou fiscalização em um hotel, no bairro Maracanã, em Foz. Nesta ação, foram apreendidas aproximadamente 200 caixas de cigarros que estavam espalhados em dois quartos do hotel. Ainda foram apreendidos dois ônibus que estavam carregados de mercadorias como cigarros e eletrônicos. O gerente do hotel foi preso e encaminhado à Polícia Federal.

DRF/Foz do Iguaçu retém 9 ônibus de sacoleiros em 22 horas de operação

Uma operação de 22 horas de trabalho pela equipe de servidores da DRF/Foz do Iguaçu iniciada às 5 horas do dia 7, resultou na retenção de nove ônibus que transportavam mercadorias irregulares. Desse total, três foram retidos durante o dia e transportavam brinquedos, eletrônicos e na grande maioria, pneus e cigarros.

Já, os outros seis, foram retidos, à noite, no meio de uma formação de comboios, com mais 80 ônibus de sacoleiros, em um posto de gasolina em Santa Terezinha de Itaipu e levados até o Posto de Fiscalização Bom Jesus, em Medianeira. Os ônibus foram lacrados para posterior levantamento do volume apreendido.

DRF/Foz do Iguaçu apreende 43.900 pacotes de cigarros escondidos em estacionamento

A DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Polícia Federal, apreendeu 878 caixas de cigarros, o equivalente a US\$ 87.800,00, além da aplicação de multa de US\$ 1.000,00 por caixa. Os cigarros estavam escondidos em um estacionamento nas proximidades do Jardim Jupira, na região da Ponte Internacional da Amizade.

Para o transporte dessa grande quantidade de cigarros, 43.900 pacotes, foi utilizado dois caminhões. O proprietário da mercadoria evadiu-se do local.

Operações noturnas retêm 7 ônibus em Foz do Iguaçu

A DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Promotoria de Investigações Criminais, reteve, na noite do dia 8, sete ônibus de sacoleiros. Deste total, quatro foram abordados em operações de busca na Vila Portes, em Foz, e três no Posto da Polícia Rodoviária Federal em Santa Terezinha de Itaipu. Todos transportavam artigos de bazar, informática, eletrônicos e cigarros, o equivalente a aproximadamente US\$ 30.000,00 para cada veículo.

O motorista de um dos ônibus foi preso, juntamente com um passageiro, por desacato à autoridade. Os dois resistiram e tentaram dificultar a fiscalização. Os ônibus foram conduzidos à DRF e aguardam deslacrção.

Mais quatro ônibus com contrabando são retidos em Foz do Iguaçu

A equipe de buscas da DRF/Foz do Iguaçu, em parceria com a Promotoria de Investigações Criminais, reteve, na noite do dia 13, quatro ônibus de sacoleiros, em um posto de gasolina na região da Vila Portes, em Foz.

Cada veículo transportava, em média, cerca de US\$ 25.000,00 em mercadorias contrabandeadas e descaminhadas, sendo que dois ônibus transportavam cigarros e os outros dois transportavam material de informática, eletrônicos e artigos de bazar. Os quatro ônibus foram conduzidos até o pátio da DRF e aguardam a deslacrção.

DRF/Foz do Iguaçu retém ônibus e automóveis com mercadorias contrabandeadas

A equipe de busca da DRF/Foz do Iguaçu reteve no dia 22 seis veículos carregados com mercadorias contrabandeadas e descaminhadas. Quatro deles transitavam pelas estradas vicinais (desvio) na tentativa de fugir da fiscalização. Os outros dois foram encontrados nas proximidades do Rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu.

No início da tarde de 23/06, três ônibus foram retidos no Posto de Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Terezinha de Itaipu-PR, carregados com mercadorias estrangeiras sem a comprovação regular de importação das mesmas.

DRF/Foz do Iguaçu apreende mercadorias no final de semana

No último fim de semana, equipes de busca da DRF/Foz do Iguaçu realizaram várias fiscalizações nos municípios de Missal, Santa Terezinha de Itaipu, Cascavel, Céu Azul, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, em locais como: guarda-volumes, garagens de ônibus e Postos da Polícia Rodoviária Federal tendo sido apreendidos cerca de US\$ 25,000.00 em mercadorias, além da retenção de três ônibus. As mercadorias foram avaliadas em cerca de US\$ 80,000.00.

Perseguição a comboio de ônibus de sacoleiros em Foz do Iguaçu

Por volta das 7h30 de 30/06, um servidor da DRF/Foz do Iguaçu observou um forte esquema de batedores que se deslocavam em conjunto com um comboio de ônibus em direção a São Miguel do Iguaçu, utilizando-se de estrada secundária. Buscou-se informações com a equipe posicionada no Posto da Polícia Rodoviária Federal em Santa Terezinha de Itaipu e foi constatado que o grupo estava se desviando dos postos de fiscalização.

A partir dessas informações as Unidades da Receita Federal que estão no caminho que leva a São Paulo foram acionadas, e montado um forte esquema policial para poder buscar os veículos, inclusive com a utilização de um helicóptero locado, para essa operação, haja vista, a grande capilaridade das vias rodoviárias na região.

A ousadia foi marca registrada na ação dos veículos: alta velocidade e dois bloqueios montados pela Polícia Rodoviária Estadual subjugados, colocando em xeque a autoridade do Estado.

Com sobrevôo da aeronave no local onde se encontrava o comboio, houve a dispersão dos ônibus, fazendo com que pequenos grupos se deslocassem com o intuito de se ocultar da fiscalização.

Como resultado dos trabalhos, 22 ônibus foram resgatados na região de Cascavel e um outro foi encontrado na região de Londrina, totalizando 23 veículos. A estimativa é de que o valor das mercadorias transportadas seja superior a US\$ 1 milhão. Na operação participaram 30 servidores das Delegacias da Receita Federal em Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina e Maringá, e 110 policiais, entre Polícia Federal, Rodoviária Federal, Rodoviária Estadual e Militar do Paraná.

Os ônibus estão sendo trazidos, escoltados, de volta para a cidade de Foz do Iguaçu, onde ficarão à disposição da Polícia Federal.

DRF/Foz do Iguaçu: Fiscalização em Medianeira-PR

Na semana passada foram deslacrados 13 ônibus que estavam retidos no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira-PR.

Destes trabalhos participaram os servidores que estão prestando reforço nas operações de combate ao contrabando e descaminho da DRF/Foz, sendo eles das unidades de Joinville, Florianópolis e Lages-SC. Todos os ônibus foram apreendidos pelo Regulamento Aduaneiro, o que totalizou aproximadamente US\$ 514 mil dólares em mercadorias. Deste montante cerca de US\$ 40 mil em cigarros e o restante em produtos de informática, equipamentos eletrônicos, pneus, CD's, bebidas e brinquedos.

Megaaprensão de perfumes em Itajaí no valor de R\$ 4,7 milhões

A DRF/Itajaí-SC concluiu nesta semana o segundo auto de infração de cosméticos e perfumes de marcas tradicionais como Chanel, Bulgari, Estee Lauder, entre outras, num total de 100.900 unidades.

O real adquirente das mercadorias, uma empresa localizada em São Paulo, utilizava empresas "laranjas" para a importação, sonogando expressivos valores de IPI, PIS/Pasep e Cofins.

Além do subfaturamento, que reduzia o valor da mercadoria em até 6 vezes, foram identificadas práticas ilícitas de interposição fraudulenta de terceiros e ocultação do real adquirente das mercadorias mediante fraude e simulação.

O valor declarado pelo importador foi de R\$ 1.042.643,40, tendo sido constatado que o valor real é de R\$ 4.779.513,65. O valor estimado de IPI, PIS e Cofins que seriam sonogados giram em torno de R\$ 1.920.000,00.

DRF/Londrina - Operação ao contrabando prende em flagrante 4 envolvidos

A DRF/Londrina em conjunto com a Polícia Federal realizou operação de combate ao contrabando e descaminho no dia 13/06, resultando na prisão de quatro pessoas em flagrante.

Foram visitados um estabelecimento comercial (oficina especializada em alinhamento e balanceamento de pneus) e uma residência, sendo apreendidos pneus importados, agrotóxicos, CD e DVD virgens, dois gabinetes de computadores e dois automóveis com valor total da apreensão estimados em R\$ 47.753,00.

8ªRF: ALF/Porto de Santos apreende 6 toneladas de produtos contrafeitos

A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, através da Alfândega do Porto de Santos, informa que, em operação de fiscalização de repressão a ilícitos aduaneiros realizada pela Força Especial de Repressão Aduaneira - FERA e pela Divisão de Operações Especiais - DIOPE, foram apreendidas aproximadamente 6 toneladas de produtos contrafeitos, avaliados em R\$107.400,00.

Os relógios, bolsas, mochilas e porta-espelhos infantis; que utilizavam indevidamente as marcas Hello Kitty e Moranguinho, foram embarcados no navio CSAV Rio Rapel, proveniente do Porto de Xangai (China) com destino a Santos.

Ao verificarem as cargas, os fiscais suspeitaram de uso indevido das marcas, motivo pelo qual as mercadorias foram retidas para melhor exame e, após análise de autenticidade, confirmou-se a prática de contrafação dos produtos, ou seja, a utilização das marcas sem a autorização de seus legítimos detentores ("pirataria"), em clara violação à Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96). As imagens dos produtos apreendidos poderão ser obtidas no Terminal da Termares, localizado no Cais do Saboó, s/nº.

Departamento de Polícia Federal - DPF.**Notícias divulgadas entre março e maio de 2005:****MARÇO****01.03.05 - PF APREENDE MAIS 25 MIL MAÇOS DE CIGARROS CONTRABANDEADOS**

VILA VELHA/ES - Em continuidade à "Operação Tabaco" desencadeada no último sábado, 26, Policiais Federais da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (Delefaz), em conjunto com policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (Delepat), lotados na Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo, apreenderam na manhã de hoje 25 mil maços de cigarros contrabandeados do Paraguai.

Em cumprimento aos Mandados de Busca e Apreensão expedidos pela 5ª Vara Federal, os policiais apreenderam 15 mil maços de cigarros em uma residência no bairro de São José, no município de Baixo Guandu, e 10 mil maços em outra residência no bairro Aeroporto III, em Colatina, todas na região norte do Espírito Santo.

Os responsáveis pelas mercadorias não estavam no local, por isso não houve prisões, mais todos foram identificados e responderão a inquérito policial pelo crime de contrabando. Os cigarros estavam em 50 caixas de papelão (30 caixas em Baixo Guandu e 20 caixas em Colatina), contendo em seu interior 50 pacotes, com 10 maços, totalizando 25 mil maços de cigarros. Somando as duas operações, a de hoje e a de sábado, chega-se à apreensão de 226 mil maços de cigarros em apenas 72 horas de atuação policial.

02.03.05 - APREENDIDAS MAIS DE 100 MÁQUINAS DIGITAIS CONTRABANDEADAS.

MARÍLIA/SP - Mais de cem máquinas fotográficas digitais foram apreendidas na madrugada da terça-feira, dia 1º, em uma operação efetuada no município de Ourinhos (SP) pela Polícia Rodoviária Federal. Três pessoas foram presas pela prática do crime de descaminho. Os presos foram conduzidos juntamente com as mercadorias à Delegacia de Polícia Federal em Marília.

Na operação, que ocorreu no Km 345 da BR-153, foram presos Luiz Batista de Carvalho, 44 anos, Dionísio dos Santos, 29 anos, e Arvelino dos Santos, 32 anos. Eles foram surpreendidos transportando sem a devida documentação fiscal 117 máquinas digitais, filmadoras e Palmtops. O destino da mercadoria era a cidade de São Paulo. Depois da lavratura do flagrante, os presos foram encaminhados à Cadeia Pública de Pompéia/SP.

02.03.05 - SETE PRESOS E US\$ 28 MIL EM CONTRABANDO APREENDIDOS EM LONDRINA

LONDRINA/PR - Na manhã de ontem, dia 1º, policiais federais de Londrina, em trabalho conjunto com a Delegacia da Receita Federal, prenderam em flagrante sete pessoas que transportavam em um ônibus vindo de Foz do Iguaçu grande quantidade de mercadorias sem documentação legal adquiridas no Paraguai. Cerca de 28 mil dólares em aparelhos de informática, eletrônicos, bebidas, brinquedos e cigarros foram apreendidos.

A ação ocorreu nas imediações da Rodovia BR 369, próximo ao trevo de Assis/SP, no município de Cambé/PR. Neste local foram presos Cosme Mota de Oliveira, 45 anos, Carlos Eduardo de Lacerda, 22, Anderson Pereira, 22, Maria Terezinha Rambo, 40, Wellington Bezerra Braga, 23, José Aparecido de Moraes, 37, e Marisa Maria Rambo, 33, que estavam no ônibus da empresa Primeira Opção Turismo Ltda ME.

A mercadoria apreendida está no depósito da Receita Federal. Os presos permanecem na Delegacia de Polícia Federal em Londrina e respondem por contrabando e descaminho, art. 334 do Código Penal.

03.03.05 - OPERAÇÃO TABACO FAZ A TERCEIRA APREENSÃO DE CIGARROS

VILA VELHA/ES - Em continuidade à "Operação Tabaco" desencadeada no último sábado, 26, policiais federais da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (Delefaz) lotados na Superintendência Regional no Espírito Santo, apreenderam na manhã de hoje, 14 mil maços de cigarros contrabandeados do Paraguai.

Os policiais apreenderam 10.500 maços de cigarros em Rio Bananal e outros 3.500 na cidade de Colatina, todas na região norte do Espírito Santo. Os responsáveis pelas mercadorias não se encontravam no local, por isso não houve prisões, mais todos foram identificados e responderão a Inquérito Policial pelo crime de contrabando.

Os cigarros estavam envoltos em 28 caixas de papelão (21 caixas em Rio Bananal e 7 caixas em Colatina), contendo em seu interior 50 pacotes, com 10 maços, totalizando 14 mil maços de cigarros. Somando as três operações, a de hoje, a de sábado e a de ontem, chega-se à apreensão de 240 mil maços de cigarros em apenas quatro dias de atuação policial.

03.03.05 - MARÍLIA/SP - Na manhã de quinta-feira, dia 03, a Polícia Rodoviária Federal prendeu sete pessoas em flagrante delito, que transportavam em um ônibus, vindo de Foz do Iguaçu (PR), grande quantidade de material de informática sem a documentação fiscal exigida. A operação foi realizada no entrocamento da BR-153 com a SP 270, no município de Ourinhos (SP).

Foram conduzidos à Delegacia de Polícia Federal em Marília para formalização do flagrante Ângela Cristina Souza, Gilsimar de Lima Severino, Elemar Schuabe Lang, José Roberto Ângelo Rodrigues, Marcos Antonio Dias, Adriana de Lara e Roseni dos Santos. Depois o grupo foi encaminhado à Cadeia Pública de Pompéia (SP). A mercadoria está avaliada em torno de quatrocentos mil reais.

08.03.05 - FLAGRANTE DE US\$ 8000 EM MERCADORIAS CONTRABANDEADAS

MARÍLIA/SP - Mais de 8000 dólares em mercadorias foram apreendidos, por volta das 10h30 de ontem, 07, na base da Polícia Rodoviária Federal em Ourinhos/SP, que estavam sendo transportas no ônibus de linha da empresa Garcia, de Londrina/PR.

O ônibus que trafegava na BR 153,intinerário Londrina-São Paulo,foi fiscalizado por policiais rodoviários federais que encontraram no interior do bagageiro várias caixas e bolsas contendo materiais eletrônicos e de informática. Foram conduzidos à Delegacia de Polícia Federal em Marília/SP, Elizeu Paulas, de 34 anos e Tânia Luciane dos Santos, de 23 anos, ambos residentes em Foz do Iguaçu/PR.

08.03.05 - HOMEM É PRESO COM PRODUTOS CONTRABANDEADOS EM LONDRINA

LONDRINA/PR -Na tarde da última sexta-feira, dia 04, policiais federais da Delegacia de Londrina prenderam em flagrante José Valderi Ribeiro, 52 anos. Ele transportava em um ônibus que retornava do Paraguai grande quantidade de mercadorias de procedência estrangeira, desacompanhadas da devida documentação legal e munição sem autorização da autoridade competente.

Foram apreendidos cerca de US\$ 8.512,20 em material de informática, brinquedos, cigarros, medicamentos, cinquenta cartuchos para revólver de calibre 38 e cem de calibre 32. A mercadoria está no depósito da Receita Federal e os cartuchos foram entregues à PF. O preso permanece na custódia da Delegacia da Polícia Federal em Londrina e responde pela prática de crime de descaminho - art.334 Código Penal e tráfico internacional de munição para arma de fogo - art.18 da lei nº 10.826/2003.

14.03.05 - MULHER É PRESA COM 253 PACOTES DE CIGARRO

NAVIRAÍ/MS - Policiais militares de Naviraí prenderam em flagrante delito na noite de sábado, dia 12, Nilza Amorim de Souza, que transportava 253 pacotes de cigarros com 10 maços cada um, de origem estrangeira, de diversas marcas, embalados em 05 caixas de papelão. Os policiais militares abordaram um veículo Belina suspeito com dois ocupantes e na averiguação, foram encontrados os pacotes de cigarros no porta-malas. O casal foi conduzido até a Delegacia de Polícia Federal em Naviraí juntamente com o veículo e a mercadoria apreendida.

16.03.05 - PF ESTOURA MAIS DOIS DEPÓSITOS DE MERCADORIAS EM FOZ DO IGUAÇU

FOZ DO IGUAÇU/PR - Policiais federais da Delegacia em Foz do Iguaçu, na manhã de hoje, dia 16, chegaram a dois depósitos de mercadorias localizados na Rua Vicente de Carvalho, um no número 72 e outro no Estacionamento Paraná, na Vila Portes, região da Ponte Internacional da Amizade. Nos dois locais foram apreendidas mercadorias no valor estimado de 50 mil dólares.

Três pessoas foram presas, e foram apreendidos 200 caixas de cigarros e dezenas de pneus, além de outras mercadorias de origem estrangeira sem documentação fiscal, e três veículos, sendo duas vans e um santana, que serviam ao contrabando. A quantidade de mercadoria era tanta, que foi solicitado um caminhão baú da Receita Federal para transporte da apreensão.

16.03.05 - OPERAÇÃO NA PONTE DA AMIZADE APREENDE US\$ 150 MIL EM CONTRABANDO

FOZ DO IGUAÇU/PR - Uma verdadeira operação de guerra, desencadeada com base nas informações filtradas pelo Serviço de Inteligência da PF, fechou hoje as ruas que dão acesso ao local onde se concentra o descaminho e contrabando em Foz do Iguaçu. Nas ruas Cruz e Souza com Assis Brasil, na Vila Portes, onde em guarda-volumes são escondidas as mais diversas mercadorias estrangeiras sem a documentação fiscal, centenas de curiosos, "laranjas" e compristas acompanharam a ação policial, que resultou em oito presos e cerca de 150 mil dólares em mercadorias apreendidas.

Os 16 policiais federais fortemente armados encontraram no local aproximadamente 400 caixas de cigarros, além de eletrônicos, brinquedos, jogos, roupas, CDs, DVDs. Dois caminhões, um da Receita Federal e outro da Polícia Federal, totalmente lotados, foram encaminhado à Receita, onde serão discriminados todos os bens apreendidos e seus valores.

Os proprietários das mercadorias responderão por contrabando e descaminho, artigo 334 do Código de Processo Penal, e os responsáveis pelos guarda-volumes, foram incurso na letra "c" do mesmo artigo, que é o de manter em depósito mercadoria proveniente de contrabando e descaminho.

A Polícia Federal em Foz do Iguaçu vem intensificando o combate a esses crimes e tem tido sucesso, pois somente no dia de hoje, seis flagrantes foram lavrados por contrabando e descaminho.

17.03.05 - PF EM LONDRINA PRENDE SETE E APREENDE US\$ 21 EM MERCADORIAS

LONDRINA/PR - Na madrugada de hoje, 17, policiais federais da delegacia de Londrina em uma barreira para fiscalização de rotina no posto de pedágio entre os municípios de Rolândia/PR e Arapongas/PR prenderam em flagrante sete pessoas que transportavam no ônibus da empresa Pluma, linha Foz do Iguaçu - Rio de Janeiro, grande quantidade de mercadorias de procedência estrangeira, desacompanhadas da devida documentação legal. Foram apreendidos cerca de US\$ 21 mil em material de informática.

Foram presos Luzia Rodrigues Menezes, 49, Amara Maria da Silva, 41, Maria do Socorro Pereira de Moraes, 51, Vinicius Ottoni Villardi, 30, José Carlos Saraiva de Medeiros, 24, Jair Cesar Clemente, 34, e Francisco de Assis Silva Lima, 45. A mercadoria e o ônibus estão no depósito da Receita Federal. Os presos permanecem na delegacia da PF em Londrina e respondem pela prática de crime de descaminho - art. 334 do Código Penal.

18.03.05 - PF APREENDE DUAS CARRETAS DE COMBUSTÍVEL ADULTERADO

SÃO PAULO/SP - A Polícia Federal apreendeu, por intermédio da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, hoje, dia 18, dois caminhões-tanque contendo combustível adulterado. Os caminhões, modelo Mercedes-Benz e de placas CYR0283/PR, e CYB6039/SP, foram localizados pela equipe de policiais federais em São Caetano do Sul/SP, na rua Vinte e Oito de Julho, 433, na SKF Transportadora Ltda.

As carretas, que transportavam em cada tanque cinco mil litros do líquido, eram conduzidas pelos motoristas Cláudio Cristyan Umbelino dos Santos, de 31 anos, e Luciano Donizete Rosa, de 37 anos. Eles foram encaminhados à Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, onde foram lavrados os flagrantes.

O delegado de polícia federal responsável pela apreensão estará à disposição da imprensa hoje, às 15:30h, na sede da PF, na rua Hugo D'Antola, 95, Lapa de Baixo.

18.03.05 - MILHARES DE ÓCULOS CONTRABANDEADOS APREENDIDOS EM SÃO PAULO

SÃO PAULO/SP - A Polícia Federal apreendeu, por intermédio da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, na última noite, centenas de caixas de óculos importados ilegalmente. A mercadoria estava em uma loja e depósito na avenida Senador Queiroz, 544 bairro Mercado, São Paulo, SP.

A operação foi consequência de investigações que levaram à sede da empresa Mei Kai Comércio de Óculos Ltda., que no momento da ação policial estava sob a guarda de Qian Xu, estrangeiro em situação de turista no Brasil. Na loja foram apreendidas 297 caixas de óculos, armações e lentes. No depósito da mesma loja foram apreendidas outras 2.435 caixas.

21.03.05 - APREENDIDAS 50 TONELADAS DE ROLAMENTO AUTOMOTIVO

PIMENTA BUENO/RO - A Polícia Federal apreendeu na manhã de hoje 50 toneladas de rolamentos automotivos falsificados na cidade de Pimenta Bueno (RO). As 300 mil peças de origem asiática estavam em um depósito de uma empresa da cidade. As investigações começaram depois da denúncia sobre o comércio irregular do produto na região. Os policiais descobriram que a mercadoria entrava no país através do Porto de Manaus (AM) e era levada até Pimenta Bueno, base de distribuição dos rolamentos.

Os rolamentos eram identificados como sendo da marca japonesa Nachi, mas na verdade eram fabricados pela empresa Winrong Company Ltda, da China, e exportadas pelas empresas Gouangzhou Trade Company e Changjin Trade Company, também chinesas. Outra prova da falsificação eram as diferenças entre as notas de importação do produto e a identificação das caixas. Segundo inscrição nas caixas, o produto teria sido fabricado no Japão, mas a nota comprovava o real local de fabricação, que era a China.

A apreensão aconteceu na empresa Ciclo Cairu - Moto e Bici Peças, de propriedade de um dos maiores empregadores da região de Pimenta Bueno. Os policiais que participaram da apreensão estimam que serão necessárias 5 carretas para o transporte do material, avaliado em R\$ 9 milhões. A PF irá trabalhar a partir de agora com duas linhas de investigação: o esquema de entrada do produto no país e como era feita a distribuição dos rolamentos.

22.03.05 - APREENDIDOS 100 MIL DÓLARES DE CONTRABANDO EM FOZ DO IGUAÇU

FOZ DO IGUAÇU/PR - Policiais Federais e fiscais da Receita Federal em Foz do Iguaçu apreenderam na noite de ontem, dia 21, em um hotel no centro da cidade, mais de 100 mil dólares em mercadorias contrabandeadas, culminando com a prisão de três pessoas.

Uma denúncia recebida pela PF em Foz do Iguaçu dava conta que o Hotel Luft, estaria abrigando uma grande quantidade de cigarro, pneus e outras mercadorias fruto de descaminho.

Inicialmente, os quartos foram vistoriados, sendo encontrada grande quantidade de caixas de cigarros contrabandeados, além de eletrônicos e informática. A informação dava conta ainda de um local nos fundos do estabelecimento, onde haveria mais mercadoria.

De posse da informação, fiscais e policiais iniciaram a tentativa de localizar o depósito. Depois de horas de procura, chegou-se a um "calabouço", onde funcionam as caldeiras e máquinas da piscina. Lá foram encontrados 163 caixas de cigarros e mais 61 pneus de vários tamanhos.

Ao todo foram apreendidos 530 caixas de cigarros, mais de 70 pneus, 75 cilindros de gás para ar refrigerado, material de informática e eletrônicos, entre outros. Tais mercadorias seriam comercializadas na cidade de Videira (SC). Três pessoas foram presas, e o responsável pelo hotel também será indiciado por crime de facilitação ao contrabando, ficando todos à disposição da Justiça Federal de Foz do Iguaçu.

22.03.05 - TRÊS PESSOAS PRESAS COM CIGARRO CONTRABANDEADO

GUAÍRA/PR - Os contrabandistas de cigarros estão intensificando suas ações delituosas na região de Guaíra. Ao que parece, a fiscalização que vem sendo feita na região de Foz do Iguaçu está fazendo com que procurem novas rotas para passar clandestinamente o cigarro comprado no Paraguai e que abastece os mercados consumidores do sul e do sudeste do país.

Depois de investigações, policiais federais da delegacia de Guaíra chegaram na madrugada de hoje, dia 22, a um clube náutico às margens do Rio Paraná, no município de Terra Roxa.

No local foram encontradas 468 caixas de cigarros, que equivalem a 23.400 pacotes, armazenadas em dois pequenos galpões e sob lona plástica. Segundo uma pessoa que mora no clube, o cigarro foi depositado ali na madrugada de domingo para segunda-feira por um grupo de pessoas que o coagiram com ameaças para que aceitasse a guarda do produto. Três pessoas que estavam no local foram presas: Cláudio Francisco Pires Farias, Sérgio Gonçalves Menezes, e Éderson Fernando Lucena Barbosa.

Conforme foi apurado pela Polícia Federal, grande parte do cigarro apreendido seria levada para Porto Alegre (RS) por Cláudio Francisco, que já foi preso em Caxias do Sul por contrabando. Um ônibus de propriedade de Sérgio Gonçalves seria utilizado no transporte. Dois veículos foram apreendidos na operação: um Gol e uma Parati. O veículo Parati estava com 20 caixas de cigarros que seriam levados para Marilena, cidade do noroeste do Paraná.

Esta apreensão de cigarros é a segunda maior já feita pela Polícia Federal de Guaíra só perdendo para outra operação semelhante, ocorrida no mês de dezembro de 2004 quando mais de 1000 caixas foram arrecadadas na região de Umarama e que resultou em prisões e apreensões de veículos.

23.03.05 - PF FECHA QUATRO DEPÓSITOS DE PIRATARIA DE ÓCULOS

RIO DE JANEIRO/RJ - Policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (Delefaz) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro fecharam na manhã de hoje quatro depósitos de pirataria de óculos contrabandeados, no centro do Rio. Os policiais estão carregando um caminhão com as mercadorias nas ruas Buenos Aires, 241, Regente Feijó, 45, Luís de Camões, 83 e Gonçalves Ledo, 41.

Três pessoas já foram presas e estão depondo na sede da superintendência. Nos depósitos, os óculos eram montados com etiquetas de marcas famosas e depois eram distribuídos para a venda no varejo.

24.03.05 - PF APREENDE R\$ 150 MIL EM CIGARROS NO INTERIOR DO ESTADO

CUIABÁ/MT - A Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal em Mato Grosso apreendeu na terça-feira, dia 22, quase 300 caixas de cigarro contrabandeados. A ação ocorreu no município de Juscimeira, distante 150 Km de Cuiabá.

A carga estava escondida dentro dos compartimentos de um caminhão tanque, que era conduzido por Sidnei Aldo Martins, e estava avaliada em R\$ 150 mil. Pedro Batista Cabral e sua filha Letícia Batista Cabral foram presos, junto com o motorista do caminhão, no momento em que iriam receber a mercadoria num posto de combustíveis em Juscimeira.

Todos foram conduzidos até a Superintendência da PF em Cuiabá e, após serem autuados em flagrante, foram encaminhados ao complexo penitenciário Pascoal Ramos, onde responderão pelo crime de contrabando, cuja pena pode atingir até 4 anos de reclusão.

30.03.05 - AGROTÓXICOS E CIGARROS MOTIVAM MAIS UMA PRISÃO EM GUAÍRA

GUAÍRA/PR - Na noite de ontem, 29, policiais federais de Guaíra prenderam Anselmo Laust, de Salto do Lontra/PR. Ele transportava em seu veículo 51 pacotes de cigarro e 334 de herbicida (foto) de diversas marcas. O veneno, de origem paraguaia, é proibido no Brasil. Ainda assim muitos agricultores brasileiros aplicam o produto paraguaio em suas plantações, mesmo sabendo da proibição. São constantes as prisões na região por contrabando, descaminho e tráfico.

Acredita-se a maior fiscalização que está sendo desenvolvida na região de Foz do Iguaçu estaria "empurrando" os contrabandistas para rotas alternativas. Desde aquela cidade até Guaíra, o represamento do Rio Paraná para formar o lago da usina de Itaipu tornou fácil a navegação pelas águas do reservatório e a travessia entre o Paraguai e o Brasil.

31.03.05 - OPERAÇÃO BURITIS PRENDE 29 EM TRÊS ESTADOS

TERESINA/PI - A Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí deflagrou hoje, dia 31, a "Operação Buritis" a fim de desbaratar várias quadrilhas formadas por empresários do ramo de transportes de passageiros e de carga, bem como por policiais rodoviários federais. Foram feitas, simultaneamente, 29 prisões nos estados do Piauí, Ceará e Goiás, sendo 15 empresários e funcionários do ramo de transportes de passageiros e de carga e 14 policiais rodoviários federais. No Piauí, foram 26 prisões, incluídos 13 policiais rodoviários.

Após um ano de investigações, as equipes compostas por policiais federais do Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Brasília, num total de 160 policiais, cumpriram 29 mandados de prisão e 29 mandados de busca e apreensão. Os trabalhos realizados pela Polícia Federal foram acompanhados pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal.

Os presos foram indiciados em diversos crimes conforme suas condutas individuais que se enquadram nos delitos de corrupção ativa e passiva, concussão, prevaricação, violação de sigilo funcional e formação de quadrilha, sendo enquadrados respectivamente nos Art. 317, 333, 316, 319, 325 e 288 do Código Penal.

A prisões foram comunicadas ao Juiz competente e o presos encaminhados ao IML e, posteriormente, os empresários e funcionários do ramo de transportes ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Piauí e ao Comando Geral da Polícia Militar do Piauí, e os policiais rodoviários federais ao BPTRAN, para cumprimento das prisões temporárias e preventivas, respectivamente.

Os materiais apreendidos totalizaram, além de diversos documentos, dois automóveis, quatro ônibus, um microônibus, 12 computadores, 40 celulares, 11 armas de fogo, 50 cartuchos e R\$ 10.350,00. Os cinco inquéritos abertos para apurar o caso continuam tramitando normalmente na Polícia Federal e devem ser concluídos em 15 dias e enviados à Justiça Federal.

ABRIL

04.04.05 - PF APREENDE 14 KG DE MACONHA E PRODUTOS FALSIFICADOS EM MARINGÁ

MARINGÁ/PR – A Polícia Federal em Maringá apreendeu, neste final de semana, aproximadamente 14 quilos de maconha e diversos CDs (137 unidades) e DVDs (105 unidades) falsificados em razão da operação em curso nesta cidade denominada “Tolerância Zero”.

Ainda, foram presos e autuados em flagrante, Joel dos Santos, 27 anos, motorista de caminhão; Gerson Genivaldo Cruciani Júnior, 18 anos, vendedor ambulante; Anderson Vieira de Lima Luciano, 21 anos, auxiliar de corte e costura e André Rogério Tiviroli Bossa, 28 anos, todos residentes em Cambé/PR, por prática de crime do artigo 184, parágrafo 2º do Código Penal – Violação de direito autoral, com pena de reclusão de 2 a 4 anos. Os indiciados encontram-se a disposição do Juízo Federal Criminal da cidade de Maringá.

05.04.05 - PF EM FOZ DO IGUAÇU APREENDE 10 MIL DÓLARES EM INFORMÁTICA

FOZ DO IGUAÇU/PR – Policiais Federais do Núcleo de Repressão a Crimes Fazendários da PF em Foz do Iguaçu, apreenderam na tarde de ontem, dia 04, uma grande quantidade de material de informática, desacompanhada de documento fiscal comprobatório do recolhimento de tributo. Os produtos, que estavam em uma lanchonete da cidade, foram avaliados em 10 mil dólares, e tinham como destino a cidade de São Paulo.

Um homem, que recebia mensalmente 1.200 reais para guardar mercadorias contrabandeadas, foi preso em flagrante. Ele está na carceragem da Polícia Federal, e fica à disposição da Justiça Federal.

06.03.05 - PF APREENDE ÔNIBUS COM MERCADORIAS CONTRABANDEADAS

VILA VELHA/ES – Policiais federais da Superintendência da Polícia Federal do Espírito Santo interceptaram, na manhã de sábado, 02, um ônibus carregado de mercadorias do Paraguai. Existiam 28 passageiros no veículo, e todos assumiram que foram à Foz do Iguaçu (PR) com a finalidade de buscar mercadorias no Paraguai para comercializa-las no Estado do Espírito Santo.

Todos os passageiros afirmaram que vão freqüentemente a Foz do Iguaçu, uma a duas vezes por mês. Em geral, os passageiros declararam que as mercadorias adquiridas custaram, para cada um, em torno de 2.500 dólares, mas somente o exame mercadológico poderá confirmar este dado. Foram apreendidos, principalmente, equipamentos eletrônicos, de informática, brinquedos e acessórios para telefones celulares. As mercadorias serão encaminhadas à Receita Federal.

O ônibus foi especialmente fretado para a viagem até Foz do Iguaçu, de onde os passageiros atravessavam a fronteira em peruas e buscavam a mercadoria. Cada um fazia a travessia diversas vezes, trazendo aos poucos a mercadoria, para diminuir o prejuízo em caso de fiscalização. Em território brasileiro, a mercadoria era acondicionada no ônibus e trazida até o Espírito Santo.

O veículo foi previamente identificado pela Polícia Federal, e toda a operação foi planejada para que a abordagem acontecesse com segurança, sem risco para os passageiros e outros usuários da estrada.

11.04.05 - PF INCINERA AMANHÃ 12 TON DE CIGARROS APREENDIDOS NA BAHIA

SALVADOR/BA – Amanhã, dia 12, às 9:00 h, serão incineradas 12 toneladas de cigarros contrabandeados, apreendidos em operação da Polícia Federal na cidade de Vitória da Conquista/BA, em janeiro de 2004. A queima acontece nas instalações da Siderúrgica Gerdau, localizada na BR 324, km 16, Simões Filho/BA.

Em janeiro de 2004, em operação realizada pela Delegacia Fazendária desta Regional, na cidade de Vitória da Conquista, foram apreendidos 40.000 pacotes de cigarros, da marca paraguaia EuroStar e da nacional, somente para exportação, US American Blend. Os cigarros eram transportados em um caminhão baú, procedente de São Paulo, tendo como destino o Estado do Ceará. Os policiais encontraram dentro do caminhão-baú caixas de biscoitos que serviam para esconder a mercadoria contrabandeada. O motorista tinha apenas nota fiscal relativa aos biscoitos.

12.04.05 - APREENDIDOS 237.500 MAÇOS DE CIGARRO CONTRABANDEADOS

MARINGÁ/PR – A Polícia Federal apreendeu nesta segunda-feira, dia 11, 237.500 maços de cigarro contrabandeado. A mercadoria estava dentro de um ônibus que estava estacionado no Posto Marita, na cidade de Campo Mourão (PR).

A apreensão das mercadorias contrabandeadas integra a operação "Tolerância Zero" desenvolvida pela Receita Federal, Polícias Federal, Civil e Militar em Maringá e municípios próximos.

Foram presos Quiel Rodrigues Xavier, 23 anos; Valdir Bento Costa, 47 anos; Willys Mendes, 43 anos; Antônio Francisco, 41 anos; João Rodrigues Xavier, 43 anos; e Maria Conceição Lopes Vieira, 37 anos. Os seis foram autuados em flagrante como incurso nas penas do Artigo 334 do Código Penal Brasileiro (contrabando/descaminho).

13.04.05 - "TOLERÂNCIA ZERO" APREENDE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM MARINGÁ

MARINGÁ/PR – A Polícia Federal em Maringá autuou em flagrante na tarde de ontem, dia 12, Cleberson Felício, 21 anos, desempregado, residente em Foz do Iguaçu/PR, pelo transporte de mercadorias de procedência estrangeira sem a devida documentação legal. Os equipamentos eletrônicos estavam em treze caixas de papelão no bagageiro de um ônibus da linha Cascavel/Londrina.

A apreensão ocorreu na rodovia BR 375, altura do km 196, próximo a empresa Incoplast, quando Policiais Rodoviários abordaram o ônibus após receber denúncia de que havia entorpecente no mesmo. Ao vistoriarem o bagageiro do ônibus, encontraram as mercadorias e acionaram a Receita Federal. A Polícia Rodoviária presta apoio à operação "Tolerância Zero" em curso em Maringá e região.

Foram apreendidas 68 máquinas fotográficas digitais, 100 cartões de memória para máquinas fotográficas, 64 outros acessórios p/ máquinas fotográficas, 18 filmadoras, 127 rádios toca CD para automóvel.

14.04.05 - APREENDIDO CAMINHÃO CARREGADO DE CIGARRO

GUAÍRA/PR – Investigações dos policiais federais da delegacia de Guaíra culminaram na madrugada desta quinta-feira, dia 14, com uma prisão e apreensão de caminhão que transportava na carroceria 183 caixas de cigarros, o equivalente a mais de 9 mil pacotes. Também foram apreendidos produtos eletrônicos e bebidas.

O veículo foi abordado pelos federais próximo à ponte sobre o Rio Piquiri, na rodovia que liga Guaíra a Umuarama. Foi preso em flagrante por contrabando Nestor de Ramos Pedroso, 28 anos, morador de Telêmaco Borba (PR). Ele revelou aos policiais federais que essa era a segunda viagem que fazia transportando cigarros. Nestor está preso na Polícia Federal e o caminhão, juntamente com o cigarro contrabandeado e demais produtos foram encaminhados à Receita Federal.

19.04.05 - PF APREENDE RELÓGIOS, JOIAS E CANETAS DE MARCAS FAMOSAS

SÃO PAULO/SP - A Polícia Federal prendeu hoje, 19, durante o cumprimento de mandado de busca expedido pela 4ª. Vara Criminal Federal, o português João Duarte de Freitas Correia, 39 anos, comerciante de jóias.

Em seu escritório e ponto de venda, na rua Padre João Manoel 450, bairro Jardim Paulista, em São Paulo, foi apreendida grande quantidade de acessórios finos sem comprovação fiscal, como relógios Cartier, Breitling e Bvlgari, canetas Mont Blanc e jóias das mesmas marcas.

20.04.05 - DOIS PRESOS COM 950 PACOTES DE CIGARRO EM GUAÍRA

GUAÍRA/PR – Nesta segunda-feira, 18, policiais federais da delegacia de Guaíra prenderam em flagrante José Pereira da Silva, 59 anos, o “mãozinha” e Reginaldo Soares da Silva 34 anos, com cerca de 950 pacotes de cigarros no porto Sete Quedas, às margens do Rio Paraná. O produto foi comprado no Paraguai e transportado até a margem brasileira do Rio. Quando os policiais chegaram ao local da apreensão, Reginaldo vigiava a carga que seria transportada dali. Tudo indica que o cigarro seria revendido no comércio local. José Pereira e Reginaldo foram presos e autuados em flagrante por contrabando.

A Polícia Federal em Guaíra ainda não havia registrado um volume tão grande de contrabando de cigarros do Paraguai. Os policiais acreditam que a justificativa para esse aumento de ocorrências está na fiscalização mais intensa que é desenvolvida na região de Foz do Iguaçu.

20.04.05 - PF DESCOBRE DEPÓSITO SECRETO DE CONTRABANDO EM SP.

SÃO PAULO/SP - A Polícia Federal descobriu ontem, 19, três enormes depósitos secretos dentro do galpão do contrabandista Lao Kim Chong, no bairro do Brás, em São Paulo.

Atrás de uma estante, em uma sala nos fundos do galpão, foi encontrado um botão, que quando pressionado abre paredes de concreto. São três novos depósitos onde caberiam mercadorias em volume equivalente a de mais de 150 containeres.

Nos depósitos estão estocados milhares de pares de sapato e bolsas, milhões de relógios, cosméticos e outros produtos, em sua maioria vindos da China, que podem ser avaliados em aproximadamente R\$ 25 milhões. O depósito fica na rua do Bucolismo, 81, no bairro Brás.

27.04.05 - 23 PRESOS NA MAIOR APREENSÃO DE CONTRABANDO DO ANO EM ITAJAÍ

ITAJAÍ/SC – Nesta terça-feira, 26, policiais federais realizaram a maior apreensão de mercadorias irregulares da Delegacia de Itajaí no ano. Foram apreendidos equipamentos de informática, eletrônicos, cigarros, bebidas, roupas e brinquedos. Por volta das 7:00h da manhã um comboio formado por um ônibus de turismo, dois caminhões-baú e um veículo Santana foi interceptado em Jaraguá do Sul/SC. No total, 23 pessoas foram presas.

Através de investigações realizadas nas últimas semanas, descobriu-se que a empresa "Negreiros" de Turismo empreendia viagens a Foz do Iguaçu partindo de Blumenau para que os passageiros trouxessem produtos do Paraguai sem o pagamento dos tributos.

Com os passageiros nada foi encontrado porque toda a mercadoria que traziam do Paraguai estava escondida em um dos caminhões, um artifício empregado para tentar despistar a polícia. No segundo caminhão não havia passageiros, e o veículo VW Santana realizava a "segurança" do comboio, tentando identificar barreiras policiais.

MAIO

03.05.05 - APREENSÃO RECORDE DE CIGARROS EM LONDRINA

LONDRINA/PR – Agentes federais da Delegacia de Polícia Federal em Londrina realizaram na última sexta-feira, 29, por volta das 14:30h, a maior apreensão de cigarros de sua história em um só ônibus de turismo. Foram 535 caixas de cigarros (267.500 maços) de marcas diversas, procedentes de Ciudad del Leste/Paraguai.

Na ação, uma menor foi apreendida e três pessoas foram presas. O ônibus ficou apreendido no pátio da Delegacia de Receita Federal em Londrina. Para tentar fugir da abordagem policial o ônibus chegou a trafegar a mais 140 km/h.

A carga está avaliada em 55 mil dólares. A multa imposta pela Receita Federal aos infratores ultrapassa os 500 mil reais. Foram apreendidos ainda no mesmo ônibus, 52 gabinetes para microcomputadores.

03.05.05 - 280 MIL REAIS EM CONTRABANDO ESCONDIDOS NA FARINHA

FOZ DO IGUAÇU/PR - Policiais federais do Núcleo de Repressão a Crimes Fazendários da PF em Foz do Iguaçu apreenderam no final da tarde de ontem, na BR-277 no sentido Cascavel, uma carreta carregada de farinha argentina, com placas de Campo Largo/PR, com diversas caixas de papelão escondidas sob a carga, contendo em seu interior mercadorias de procedência estrangeira, sendo eletrônicos e material de informática. Numa avaliação superficial, técnicos da Receita Federal avaliaram os produtos em aproximadamente 280 mil reais.

Tendo em vista a grande quantidade de mercadorias, todas as caixas serão levadas hoje para o galpão da Receita Federal nesta cidade de fronteira para contagem, avaliação e guarda para futura destinação. Foi preso o motorista L.M, de 50 anos, afirmando que receberia 600 reais para levar a mercadoria até Contagem/MG. Ele disse que não sabia da existência de mercadorias ali escondidas. O mesmo foi autuado pelo crime capitulado no artigo 334 do Código Penal Brasileiro, (contrabando e descaminho), encontrando-se agora à disposição da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, permanecendo recolhido na custódia da PF.

04.05.05 - PF FAZ SUA MAIOR OPERAÇÃO DE COMBATE AO CONTRABANDO

MARINGÁ/PR - A Polícia Federal prendeu hoje 59 pessoas durante a Operação Hidra. O objetivo da ação era dismantelar uma das maiores quadrilhas envolvidas com contrabando e descaminho no país. A operação aconteceu no Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso, e além das prisões (28 no Paraná, 20 no Mato Grosso do Sul, 9 em São Paulo e 2 em Mato Grosso), resultou no cumprimento de mais de 400 mandados de busca e apreensão. Cerca de 750 policiais federais foram mobilizados.

A quadrilha era comandada pelo empresário José Doniseth Balan, preso hoje no Mato Grosso do Sul, que foi citado na CPI da Pirataria e já tinha sido investigado durante a Operação Nicotina, realizada em novembro de 2002. O grupo era especializado na compra, venda e transporte de mercadorias contrabandeadas de altíssima qualidade e bom valor de mercado, como eletroeletrônicos, equipamentos de informática, cigarros, materiais e equipamentos médicos e odontológicos, agrotóxicos, medicamentos, compostos farmacêuticos e pneus, entre outros. Todos estes produtos entravam ilegalmente no país, causando graves prejuízos ao erário. Estima-se que o grupo movimentava cerca de 30 milhões de reais por mês.

Para se ter uma idéia, apreensões de cigarros já realizadas pela PF relacionadas à esta quadrilha totalizam cerca de 4.150.000 de maços de cigarros, o equivalente a R\$ 2,9 milhões.

As investigações, que iniciaram em junho do ano passado, tinham como objetivo identificar os verdadeiros comandantes do contrabando e descaminho a partir da fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial na região dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Toda a investigação foi amparada em ordens judiciais expedidas pela Justiça Federal em Maringá (PR), com apoio e acompanhamento do Ministério Público Federal.

Os principais integrantes da quadrilha investigada mantinham estrutura operacional e logística nas cidades de Maringá, Umuarama (PR), Foz do Iguaçu (PR), Eldorado (MS) e Mundo Novo (MS), onde muitos deles mantêm residências e negócios. Foi detectado também que as empresas "Carrocerias Taba" e "Transbalam", ambas localizadas em Maringá, seriam integrantes da quadrilha. A primeira servia de entreposto e ponto de reunião dos suspeitos. Já a segunda era usada como "fachada" para as negociações da organização criminoso.

Os objetos contrabandeados eram transportados em caminhões e carretas pertencentes à quadrilha, e tinham como destino final os estados de São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A cidade de Maringá era a principal base da quadrilha justamente pela grande malha rodoviária que dava acesso a todos os estados vizinhos.

Em ações anteriores à operação de hoje, foram presas 29 pessoas envolvidas com a quadrilha. Também foram apreendidos 32 veículos de carga que transportavam mais de 4 milhões de dólares em produtos. Como suas atividades se baseavam no transporte de mercadorias contrabandeadas pela malha rodoviária do estado do Paraná, o grupo agia diretamente na cooptação de policiais rodoviários para garantir a atuação. Entre os presos estão 11 policiais rodoviários do Paraná, um policial rodoviário federal e quatro policiais militares do Mato Grosso do Sul, além de um policial federal lotado em Maringá.

No total, a investigação apontou o envolvimento de 150 pessoas na estrutura direta da quadrilha, como gerentes operacionais, motoristas, contadores, olheiros e agentes públicos. Também foi descoberto que alguns integrantes do grupo participaram de um assalto ao depósito da Receita Federal em Maringá há 4 anos atrás para recuperação de cargas apreendidas.

A Receita Federal também acompanhou as investigações e prestou apoio na análise de dados fiscais. Auditores do órgão também realizarão uma investigação nas empresas ligadas ao grupo. Quem também colaborou com a PF na operação foi o Exército Brasileiro, que cedeu instalações em Apucarana, Cascavel e Foz do Iguaçu para reunião e alojamento das equipes encarregadas das diligências.

Os acusados serão indiciados pela prática de crimes como contrabando e descaminho; quadrilha; estelionato, corrupção ativa, corrupção passiva, facilitação de contrabando e ou descaminho, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Os presos estão sendo encaminhados para as delegacias de Polícia Federal em Maringá e Dourados (MS), Cuiabá e São Paulo, e ficam à disposição da Justiça Federal de Maringá.

06.05.05 - APREENDIDOS 37 MIL MAÇOS DE CIGARROS CONTRABANDEADOS

PRESIDENTE PRUDENTE/SP – Policiais federais da Delegacia de Presidente Prudente prenderam em flagrante ontem, dia 05, José Maria Alves Nogueira, Guilherme Ananais da Silva, Sérgio Vieira da Silva e Marcos Eduardo Ferreira. Os quatro estavam em um terreno baldio descarregando, de um ônibus Volvo, cigarros contrabandeados do Paraguai e colocando em dois veículos, uma VW Kombi e um Ford Corcel II. Na operação foram apreendidos 37.000 maços de cigarros. Os presos foram conduzidos para Centro de Detenção Provisório de Caiuá (SP), após lavratura do flagrante.

08.05.05 - DOIS PRESOS POR CONTRABANDO EM MARINGÁ

MARINGÁ/PR – Policiais federais da delegacia da Maringá apreenderam na noite de ontem (17), na cidade de Jandaia do Sul (PR), uma grande quantidade de mercadoria contrabandeada proveniente do Paraguai.

Além de pneus, 110.000 maços de cigarro, materiais eletrônicos e de informática; foram encontrados 85 pacotes do agrotóxico herbicida Clorimethyl 25, fabricado na China.

A mercadoria estava em um ônibus da empresa Jandatur Transportes e Turismo Ltda sendo que ocupava, além dos compartimentos destinados às bagagens, o corredor e a maioria das fileiras dos bancos, que foram removidos para acondicionamento da mercadoria. Foram presos e autuados em flagrante Marcelo Aparecido Boscardin, 28 anos, e Ana Cláudia Ferrari, 39 anos, por crime de contrabando (artigo 334 do Código Penal) cuja pena é de reclusão de 1 a 4 anos. Eles também foram incurso no artigo 15 da Lei nº 7.802/89 (penas de 2 a 4 anos de reclusão) – da Lei dos Agrotóxicos. Os presos foram encaminhados à cadeia pública onde permanecem à disposição do Juízo Federal Criminal de Maringá.

27.05.05 - PF apreende 40 mil CDs e 5 mil DVDs piratas no Centro

Quarenta mil CDs e cinco mil DVDs piratas, além de sete CDs virgens, foram apreendidos, ontem, por agentes da Polícia Federal (PF) num depósito na Avenida Dantas Barreto, Centro da cidade. A ação foi resultado de duas semanas de investigação. É a primeira apreensão realizada este ano pela PF. Na última, ocorrida no ano passado, foram encontrados mais de 24 mil CDs virgens sem nota fiscal, em Caruaru, região do Agreste.

CARUARU – No dia 15 de junho do ano passado, o chinês Lin Tan Wen, 29, foi preso num depósito em Vassoural com 24.320 CDs virgens e 8.800 caixas plásticas de CDs. Ele vendia os produtos nas feiras da Sulanca e de importados, naquela cidade.

Outra grande apreensão ocorreu no dia 11 de dezembro de 2003, comandada por policiais civis. Foram recolhidos 20.500 CDs piratas que estavam sendo comercializados em mercados públicos do Recife e de Jaboatão dos Guararapes. Também foram apreendidas 18 carroças com CDs. Vinte pessoas foram presas e liberadas após prestarem depoimento. Não ficaram detidas porque não foram flagradas adulterando os discos.

Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF. Recentes notícias divulgadas – maio e junho de 2005:

27.05.05 - Hoje a Polícia Rodoviária Federal fez a maior apreensão, do ano, de contrabando no Distrito Federal.

O caminhão com produtos eletrônicos vinha do Paraguai, trazia mais de 6 mil relógios, mais de 10 mil CD's, DVD's piratas, roupas e brinquedos. Somadas, as mercadorias valem até R\$ 80 mil.

A polícia descobriu estratégia dos contrabandistas para escapar da fiscalização: os ônibus descarregam as mercadorias em Luziânia, a 40 km de Brasília, e os produtos são, então, distribuídos em caminhões de mudança ou em carros pequenos. O motorista flagrado nesta operação vai ter de pagar multa de R\$ 15 mil.

01/06/2005 - Apreensão recorde de cigarros

No Dia Mundial Sem Tabaco, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fez a maior apreensão de cigarros contrabandeados do ano. Um caminhão-baú de mudança trazia 205 caixas de cigarros de Goiás para o DF. Os 102 mil maços trazidos do Paraguai seriam distribuídos em feiras e pequenos estabelecimentos de Ceilândia. A apreensão foi feita no Km 86 da BR-040, próximo a Cristalina (GO), por volta das 6h. Nove pessoas foram presas e encaminhadas à *Superintendência* Regional da Polícia Federal. Lá, cachorros treinados vasculharam o material, mas nenhuma droga foi encontrada. A mercadoria de 2,04 milhões de cigarros e o caminhão usado para o transporte foram lacrados e levados para a perícia.

O grupo, de cinco mulheres e cinco homens – entre eles, um paraguaio –, poderá ser indiciado por *contrabando*, cuja pena varia de um a quatro anos de prisão. Por duas vezes, uma das envolvidas, Antônia Valdira Vieira Silva, 46 anos, fugiu da PRF, mas foi recapturada. Pelo menos 90 caixas tinham o seu nome.

No caminho para o DF, o caminhão-baú envolveu-se em pequeno acidente com um ônibus. Durante o registro da ocorrência, os policiais desconfiaram da carga e descobriram que tratava-se de *contrabando*. No caminhão, havia cigarros originais e falsificados. Alguns, fabricados no Paraguai. Outros, no Brasil e levados para aquele país.

Estima-se que as pessoas que compraram os cigarros no Paraguai tenham pagado R\$ 30 mil. Cada pacote, com dez maços, seria vendido a R\$ 1 para o revendedor, que repassaria cada maço por aproximadamente R\$ 1. O motorista do caminhão, Edson Ferreira Lima, 39, foi preso, mas disse que desconhecia o conteúdo das caixas.

Ele contou que receberia R\$ 300 pelo serviço. “Falaram que eram brinquedos, não desconfiei de nada.” Foram presos, também, Maria da Luz da Silva, 46 anos, Maria de Fátima Cordeiro, 39, Gislane Pontes, 30, Meriton Guedes da Silva, 40, Arnaldo Pinheiro de Abreu, 31, Joana da Silva Lima, 67, e Gustavo Ramon, 28. Até o fechamento desta edição, os acusados estavam sendo ouvidos na Polícia Federal.

Segundo o inspetor Antônio Marcos Cordeiro, que chefiou a apreensão, os contrabandistas de cigarros vêm mudando as rotas para fugir da polícia. “Eles passaram a usar carros de passeio e caminhões para não levantar suspeitas.” As apreensões desse tipo de mercadoria feitas pela PRF este ano já ultrapassaram o total do ano passado. Em 2004, foram 10.183 pacotes apreendidos. Este ano, foram 23.250.

Segundo Carlos Alberto Viegas, pneumologista e professor da Universidade de Brasília, não há como dimensionar se o cigarro falsificado causa mais danos à saúde que o original. “Imaginamos que o pirata seja feito em condições piores. Alguns são fabricados em fundo de quintal, mas os dois tipos são venenosos”, completa.

07/06/05 - Polícia Rodoviária Federal apreende 60 mil CD's importados - RN

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 60 mil CD's virgens sem nota fiscal que estavam sendo transportados por um Ford Ranger próxima à divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba na BR-101, no município de Canguaretama. A apreensão aconteceu por volta meia noite desta segunda-feira pela barreira da operação “Transporte Seguro” que faz a fiscalização do transporte interestadual de passageiros desde da quarta-feira (25/05).

A mercadoria avaliada em R\$ 60 mil reais foi encaminhada para a Secretaria Estadual de Tributação. Como todos os CD's apresentavam a identificação da Malásia, o condutor do Ford Ranger, Antônio Adalberto Cavalcante Moreira, pode responder por crime de descaminho, caracterizado pela circulação de produtos de venda permitida que não apresentam o pagamento de impostos. Caso a secretaria não considere que houve este tipo de crime, Antônio Adalberto vai responder apenas pelo crime de sonegação fiscal.

23/06/2005 - PRF apreende carro lotado de produtos ilegais

Pouso Redondo - A Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Rio do Sul conseguiu apreender, na madrugada de ontem, a maior carga de contrabando dos últimos três meses, segundo o inspetor-chefe Manoel Fernandes Bitencourt, da 4ª Delegacia da PRF. Um Fiat Fiorino de Curitiba (PR) estava lotado, segundo o inspetor-chefe, com pacotes de cigarros, calças, jaquetas, relógios, materiais de informática, CDs e DVDs. No total, foram apreendidos 1.403 produtos (veja tabela). A apreensão ocorreu às 4h30min, no Km 180 da BR-470, em Pouso Redondo.

Dois homens, com idade de 24 e 23 anos, foram detidos, mas já liberados. Os envolvidos informaram que saíram de Foz do Iguaçu e que o destino da carga seria Tubarão. Eles agora serão intimados a depor pela PRF. A carga foi encaminhada para o depósito da Receita Federal, em Blumenau.

Segundo Bitencourt, a PRF da região vem fazendo um trabalho intenso de fiscalização na BR-470 e isso está fazendo com que os contrabandistas mudem de rota. “Fazia tempo que não pegávamos uma carga grande. Isso não quer dizer que diminui o contrabando, mas que eles estão fazendo outras rotas, sabendo de nosso trabalho. Acredito que devem descer por Curitiba, Caçador e até passem por alguma estrada de chão para fugir da nossa fiscalização”, avaliou o inspetor-chefe.

O que o carro levava

184 pacotes de cigarros

250 calças compridas

622 jaquetas

150 pacotes de relógio

22 materiais diversos de informática

38 CDs piratas

52 DVDs piratas

1 aparelho de DVD

84 tubos de CDs virgens

28/06/2005 - PRF apreende grande quantidade de mercadoria contrabandeada no Paraná

A Polícia Rodoviária Federal tem investido esforços, cada vez maiores, no combate ao contrabando e descaminho. Ontem, 28 de junho, por volta de 12h30, PRFs do Posto de Guaraniaçu/PR, situado no km 507 da BR 277, interceptaram o caminhão M.Benz/L1620, placas ADW 4440/PR, que transportava grande quantidade de equipamentos de informática contrabandeados.

O condutor do veículo, Ozinel Clementino da Costa, 43 anos, informou aos policiais que estaria levando a mercadoria para Curitiba/PR. Ozinel afirmou também, que foi contratado para transportar os produtos.

Entre os equipamentos apreendidos haviam placas de vídeo, placas mães, HDs, gravadores de cds, modem, impressoras, vídeos-cassetes, hubs e câmeras de vigilância. A PRF estima que os equipamentos estejam avaliados em, aproximadamente, 100 mil dólares. A contagem definitiva, será feita junta à Receita Federal.

O condutor foi encaminhado para a Polícia Judiciária local, onde será investigado se faz parte de uma quadrilha de contrabandistas.

Estatísticas - Esta foi a maior apreensão de material contrabandeado feita pela PRF do Paraná. Em todo o país, soma-se, neste ano, mais de 100 mil itens apreendidos.

Ações de repressão junto aos Estados e Municípios.

Notícias divulgadas no primeiro semestre de 2005:

20/01/05 - Destruição recorde de CD's e DVD's

Com ampla cobertura de televisiva, realizou-se em 20/01/2005 destruição de cerca de 1 milhão de CDs, DVDs e fitas de vídeo- cassete no Rio de Janeiro, no Estádio do Maracanã, um ícone do futebol brasileiro e mundial.

Janeiro de 2005 – Em Sumaré, São Paulo, foi desativado um laboratório onde foram apreendidos um computador, um gravador de DVD, 80 DVD e 500 CD diversos. Houve indiciamento dos criminosos em inquérito policial por pirataria.

Janeiro de 2005 – A polícia realizou ação em laboratório de CDs e DVDs piratas que abastecia o comércio ilegal da região da Santa Efigênia, no Centro de São Paulo. No laboratório foram apreendidos um computador, dois gravadores, 803 DVDs de filmes e 143 CDs musicais. Uma pessoa foi conduzida à delegacia e indiciada em inquérito policial.

04/01/05 – Agentes da Polícia Federal apreenderam, na Rodovia Castelo Branco, um caminhão carregado com 400.000 CDR e 47.000 DVDR virgens destinados ao comércio ilegal na cidade de São Paulo. Além dos discos óticos, também foram apreendidos equipamentos eletrônicos, no valor estimado de R\$ 1 milhão. Foi instaurado inquérito policial a respeito visando apurar crimes de contrabando e descaminho, e contra a ordem tributária.

04/01/05 – Uma vendedora ambulante foi surpreendida em Belo Horizonte, Minas Gerais, com 104 DVDs de filmes e 1.617 CDs musicais piratas. A mesma recolhida à Cadeia Pública local.

06/01/05 – No interior da Galeria Pajé, em São Paulo, a polícia prendeu uma pessoa em flagrante delito pelo crime de pirataria audiovisual, por ser surpreendida com 3.728 CDR gravados com filmes.

10/01/05 – Em batida no Camelódromo de Uruguaiana, no Rio de Janeiro, a polícia prendeu uma pessoa em flagrante delito pelo crime de pirataria audiovisual, por ter sido surpreendida comercializando DVD e VHS. Foram apreendidos 2.870 DVDs e 122 VHS.

14/01/05 – A segunda fase da Operação Cataratas, em funcionamento desde o primeiro dia útil de 2005, apreendeu R\$ 2.095.342,36 em produtos contrabandeados e descaminhados só nas 2 primeiras semanas do ano. As apreensões compreenderam CDs e DVDs virgens, além de outros produtos. As operações congregaram a Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Procuradoria de Investigações Criminais.

14/01/05 – Nove empresas de informática de Porto Alegre foram autuadas pela Polícia Civil em dezembro de 2004 por vender programas piratas.

19/01/05 – Em batida no Camelódromo de Uruguaiana, no Rio de Janeiro, uma pessoa foi presa em flagrante com 1.800 DVD piratas.

19/01/05 – A polícia prendeu uma pessoa em flagrante delito por comercializar produtos piratas na Rua Santa Efigênia, em São Paulo. Na ação foram apreendidos 2.520 DVD piratas.

23/01/05 – Em batida realizada no Rio de Janeiro, quatro pessoas foram presas em flagrante delito por estarem comercializando DVD piratas. Foram apreendidos cerca de 2.000 DVD piratas.

25/01/05 – Em operação no Camelódromo de Uruguaiana no Rio de Janeiro e em prédios da redondeza, quatro pessoas foram presas em flagrante delito pelo crime de pirataria. Na operação foram apreendidos 3.500 DVD.

26/01/05 – A polícia realizou ação em residência em São Paulo, a partir de onde era praticada pirataria pela internet através de endereços eletrônicos. O responsável pela pirataria foi conduzido à delegacia e indiciado em inquérito.

26/01/05 – Durante repressão ao comércio ilegal de rua, em São Paulo, a polícia prendeu uma pessoa em flagrante delito pelo crime de pirataria, por ter sido surpreendida com 155 CDR gravados com filmes, 170 com softwares e 2.260 musicais.

27/01/05 – Em operação de grande envergadura realizada por policiais na galeria Stand Center, conhecido ponto de comércio de produtos piratas e contrabandeados, em São Paulo, 17 pessoas foram presas em flagrante delito pelo crime de pirataria, dentre proprietários de lojas, vendedores e "olheiros". Foram apreendidos 1.670 DVD de filmes, 18.298 CD de softwares e 3.342 CD's e DVD's.

27/01/05 – A Receita Federal apreendeu, no Porto de Suape (PE), 50 mil DVDs e 850.000 CDs virgens. A apreensão faz parte da Operação Mar Amarelo, da Alfândega do Porto de Suape, iniciada em 2004 para combater o contrabando e a pirataria de produtos vindos da Ásia. Os responsáveis pelas mercadorias falsas vão responder a processo por contrabando.

28/01/05 – No Rio de Janeiro, duas pessoas foram presas em flagrante delito por estarem comercializando CDR gravados com filmes.

28/01/05 – A Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu reteve sete ônibus e apreendeu cerca de R\$ 600 mil em mercadorias. Entre os produtos ilegais estavam equipamentos de informática.

Fevereiro de 2005 – O Juiz da 2ª Vara Criminal de Porto União, em Santa Catarina, condenou o dono de uma vídeo-locadora daquele município à pena de um ano e quatro meses de reclusão.

Fevereiro de 2005 – O Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão favorável à Associação de Defesa da Indústria Audiovisual, que funcionava como assistente de acusação, mantendo a sentença de primeira instância que condenou um indivíduo à pena de um ano de reclusão mais multa, pelo crime de pirataria.

01/02/05 – Durante batida da polícia nas ruas de São Paulo, uma pessoa foi presa em flagrante delito pelo crime de pirataria audiovisual. Tratava-se de uma distribuidora de DVD piratas.

03/02/05 – A polícia do Rio de Janeiro realizou ação em local onde a pirataria era praticada, por meio de 2 web sites, e onde também funcionava um laboratório de CD e DVD piratas de filmes, música, jogos eletrônicos e softwares. O responsável foi preso em flagrante delito pelo crime de pirataria. No local foram apreendidos milhares de CD e DVD, além de cinco computadores com três gravadores cada um, uma impressora e outros materiais. Os sites apresentavam 58 páginas de DVD de filmes, 40 páginas de programas de computador e 11 páginas de CD.

11/02/05 – Policiais Federais da Delegacia em Foz do Iguaçu apreenderam milhares de CD's e DVD's virgens, além de outros produtos. Três pessoas foram autuadas em flagrante, por crime de contrabando e descaminho e receptação, e colocadas à disposição da Justiça Federal de Foz do Iguaçu.

12/02/05 – A Prefeitura Municipal de Oiapoque realiza desde novembro de 2004 operação de retirada de barracas localizadas em logradouros públicos, adequando o município a seu código de postura.

15/02/05 – Durante operação em locadoras da zona leste de São Paulo, a polícia prendeu uma pessoa em flagrante delito pelo crime de pirataria e foram apreendidas 214 fitas VHS piratas.

16-18/02/05 – Em batida realizada pela polícia, na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, foram apreendidos cerca de 15.000 DVD piratas em um galpão. O material estava guardado em um depósito escondido atrás do fundo falso de um armário. Junto com os DVD falsificados, foram recolhidos uma impressora e um scanner, milhares de encartes, capas e discos virgens. O responsável pelo depósito foi indiciado em inquérito policial. Na sequência, outros cinco locais foram vistoriados, no Mercado Fernando Espínola, onde foram apreendidos mais 2.000 DVD piratas e 1.600 CD.

Esta foi a maior apreensão já ocorrida no Estado da Bahia. Dia 18, cumprindo ordem judicial, a polícia destruiu o material apreendido. A destruição foi realizada com rolos compressores e acompanhada pela imprensa e pelo Ministério Público.

17/02/05 - Durante operação contra camelôs estabelecidos ilegalmente na região central da Cidade de São Paulo, a polícia prendeu duas pessoas em flagrante delito pelo crime de pirataria. Elas foram surpreendidas com 386 DVD e 133 CD musicais.

20/02/05 - Policiais federais lotados na Delegacia de Polícia Federal da cidade de Caruaru realizaram a operação "Arrasta-pé", que resultou na apreensão de cerca de 10.000 CD's importados clandestinamente, contendo gravações piratas de diversos intérpretes. 2 pessoas foram detidas

22/02/05 - Numa ação denominada Operação Dominó que faz parte do processo de transformar Foz do Iguaçu em Centro de Inteligência, a Receita e a Polícia Federal de Foz do Iguaçu passaram a catalogar os ônibus que chegam à cidade para a formação de um banco de dados. Os fiscais estão tirando fotos e gravando imagens dos ônibus que ficarão arquivadas para identificar se são de turismo ou se destinam a transportar compradores de mercadorias no Paraguai.

A empresa que não tiver a documentação correta pagará multa de R\$ 5 mil e poderá ser autuada por crime de contrabando. Nesse sentido, desde as 4 da manhã horas os servidores da DRF, em parceria com a PRF, entregaram intimações para os ônibus que entravam na cidade.

Somente pela manhã, mais de 100 ônibus receberam a intimação. Nos primeiros 51 dias do ano já foram apreendidos 56 deles.

30/03/05 - Goiás vai ampliar legislação contra pirataria

Goiás vai se aliar ao governo federal no combate à produção e ao comércio de produtos piratas, especialmente eletro-eletrônicos, CDs, DVDs, brinquedos e roupas. Os produtos, além de não pagar impostos, provocam enormes prejuízos às empresas detentoras das marcas pirateadas.

Segundo informou o procurador geral do Estado, João Furtado de Mendonça Neto, o governador Marconi Perillo determinou que a PGE elaborasse a minuta de um projeto de lei que será encaminhado nos próximos dias à Assembléia Legislativa, no sentido de declarar Goiás zona livre de pirataria e de se criar o programa estadual de combate à pirataria, em suas diversas acepções.

João Furtado lembrou que o governo brasileiro vem sendo pressionado, especialmente pelo governo norte-americano, para aumentar as medidas de combate ao comércio de produtos piratas, objetivamente os contrabandeados. Ações nesse sentido têm sido desenvolvidas pela Polícia Federal e Receita Federal na fronteira com o Paraguai e em blitz pelas ruas e praças das cidades, apreendendo mercadorias pirateadas ou contrabandeadas.

O governo norte-americano deu prazo até a próxima quinta-feira para que o Brasil apresente resultados satisfatórios no combate à pirataria. A iniciativa do Governo de Goiás, em adotar medidas que declarem o Estado zona livre de pirataria e de implantar o Programa Estadual de Combate à Pirataria, em suas diversas acepções, objetiva apresentar sua contribuição para redução da pirataria. "Goiás deverá ser o primeiro Estado brasileiro a tomar essa iniciativa", enfatizou o procurador.

27/04/05 - Polícia 'fecha' Shopping Popular e apreende CDs e DVDs piratas

Uma mega-operação está sendo realizada neste momento pela Polícia Civil no Shopping Popular, no bairro do Porto, em Cuiabá. Eles estão recolhendo DVDs e CDs de música e informática pirateados. A ação conta com o apoio de policiais militares e de guarnições especializadas. Além da apreensão dos produtos, os funcionários e donos de barracas onde são encontrados produtos ilegais estão sendo detidos para fins de averiguação.

A ação da Polícia Civil segue obediência a um mandado expedido pelo juiz Mário Comine, do Juizado Especial Criminal, atendendo pedido formulado pelo Ministério Público Estadual. Ao todo, foram expedidos 30 mandados de busca e apreensão. Porém, o delegado Márcio Pierroni informou que mais barracas estão comercializando produtos piratas.

Na operação contra a pirataria no Shopping Popular, a Polícia encontrou também um vasto estoque de DVDs pirata de filmes pornográficos. Pieroni informou que foram apreendidos também Fitas K-7 e VHS com filmes diversos. “É um volume considerável” – disse o delegado, que não soube estimar a quantidade de unidades apreendidas. Toda a apreensão foi levada para a Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor.

O Shopping Popular sempre foi considerado como uma espécie de "zona franca" para a venda de produtos falsificados e também contrabandeados do Paraguai. No local, são 380 boxes que vendem de material escolar a produtos de informática, passando por brinquedos e vestuários.

04/05/05 - Apreendidos mais de 6 mil CDs e DVDs pirateados em Manaus

A Polícia Civil de Manaus realizou nesta quarta-feira uma blitz que apreendeu mais de seis mil CDs, DVDs, VCDs e jogos para videogames pirateados. Em duas semanas, já foram apreendidos 15 mil objetos nas operações. Nove pessoas foram detidas para prestar esclarecimentos e um dos vendedores fugiu no momento da blitz.

Em Manaus, a venda de material eletrônico pirateado é feita a qualquer hora do dia, em qualquer bairro com centro comercial. Em bares e restaurantes, à noite, os vendedores oferecem os produtos à mesa do cliente, CDs por R\$ 10 e DVDs por R\$ 15.

“A ofensiva tem de ser em blitzes freqüentes, porque há uma cultura arraigada de pirataria até por conta das facilidades com eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus”, destaca o delegado Luiz Fernando do Nascimento, que comandou a blitz pela Delegacia Especializada em Ordem e Política Social (Deops).

Um dos vendedores presos disse comprar os CDs a R\$ 3,50 cada. Para o delegado, falta fiscalização da Secretaria Municipal de Mercados e Feiras (Semaf), que cadastra os camelôs de Manaus. Os nove vendedores de produtos piratas detidos tinham cadastro de camelôs.

12/05/05 - CDs e DVDs piratas somem do mercado

Pelo menos temporariamente, ninguém se arrisca a vender os produtos, que viraram principal alvo da polícia. Banca no Shopping Popular, no bairro Porto, onde a Polícia Civil realizou duas operações em menos de uma semana, apreendendo quase 100 mil itens.

A caça aos DVDs e CDs piratas ao que parece surtiu o efeito desejado. Mesmo que aparentemente ou que para muitos signifique uma situação temporária, ontem pela manhã não havia bancas nos shoppings populares de Cuiabá e Várzea Grande comercializando CDs e DVDs piratas, os principais alvos das apreensões da Delegacia Especializada de Crimes contra a Economia Popular (Decon).

“Os policiais têm vindo diariamente”, informou o presidente do Shopping Popular da capital, Agnaldo Duarte de Carvalho, comentando que teve informações de que novas apreensões foram feitas pela Polícia no bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, e em feiras livres na região do Grande CPA. Segundo ele, das cercas de 70 bancas que vendiam CDs e DVDs piratas, pelo menos 30 estão fechadas. Nas demais, os proprietários estão vendendo outras mercadorias, como roupas, relógios, carteiras e objetos importados.

“Os proprietários que não têm outra opção estão buscando empréstimos para comprar outras mercadorias”, disse. Segundo Agnaldo, os camelôs ainda tentam agendar uma audiência com o governador Blairo Maggi para discutir o assunto. Em Várzea Grande, a situação não é diferente. Todas as bancas que vendiam os produtos estão fechadas. Segundo o secretário do Shopping Popular da cidade, Itamar José de Mattos, desde que as apreensões começaram na capital, os vendedores de CDs e DVDs do local ficaram apreensivos e pararam as vendas. “Está todo mundo parado. Ninguém está trabalhando”, comentou.

A falta de vagas no mercado de trabalho formal, aliás, é o principal motivo apontado pelos camelôs para a venda não só de CDs ou DVDs pirateados como de qualquer outro. “É grande número de pessoas trabalhando na informalidade. O governo não dá emprego para essas pessoas e ainda impede que elas trabalhem”, reclamou.

12/05/05 - Receita fecha cerco a produtos piratas no Recife e Uruguaiana

Em operações desencadeadas no Recife (PE) e Uruguaiana (RS), a Receita Federal apreendeu ontem grande quantidade de mercadorias irregulares. No Recife, a Operação Gancho apreendeu nos shoppings centers da cidade equipamentos eletrônicos, como videogames, aparelhos de telefone, máquinas fotográficas e câmeras de vídeo, além de relógios.

A operação, que contou com o apoio da Polícia Federal, foi realizada por cerca de 30 funcionários da Receita. Já em Uruguaiana foram apreendidos quatro mil bonés da marca Nike que seriam exportados. Investigações da Receita mostraram que os produtos eram falsos. A atuação da delegacia local da Receita mereceu elogios da empresa detentora da marca no Brasil.

18/05/05 - Policiais fecham fábrica clandestina de CD e DVD

Diante de informações de que uma pessoa estaria “pirateando” CD’s e DVD’s em sua residência, policiais federais prenderam em flagrante ontem, 17, em Campo Grande, o técnico em informática Fernando Ricardo Ientzsch, 21 anos, e o camelô Sérgio Carlos de Barros, 24 anos. Com eles foram apreendidos milhares de cd's e DVD's, além de equipamentos de informática e outras mercadorias importadas ilegalmente.

As investigações levaram os policiais ao Edifício 31 de março, no centro da cidade, onde foram atendidos por Fernando. Pelo interfone, ele confirmou que vendia DVD’s de filmes e solicitou que subissem ao seu apartamento. No local os policiais encontraram diversos aparelhos de informática usados nas gravações, que eram feitas naquele momento.

Fernando disse que trabalha com gravações de Cd’s e DVD’s a mais de um ano, que grava de 20 a 40 DVD’s por dia, apenas sob encomenda, e que cada unidade de DVD pirata é vendida por R\$ 5,00. Seus principais clientes seriam donos de bancas no camelódromo da capital. No apartamento foram apreendidos dois computadores, 1.734 CD’s diversos, 50 CD’s virgens, catálogos de filmes, diversas “capas” impressas, e planilhas contendo preços de DVD’s.

Em seguida, os policiais acompanharam um encontro com o camelô Sérgio, que foi preso em flagrante quando entregava a Fernando “capas” de cd's. Sérgio foi conduzido pelos policiais até sua banca no camelódromo, onde foram arrecadadas centenas de CD’s e DVD’s, vídeo-games, aparelhos de informática e outras mercadorias de origem estrangeiras, todas sem documentação fiscal.

Sérgio disse que todos os produtos de sua banca foram adquiridos em Ciudad de Leste e em Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Ele viaja ao Paraguai uma ou duas vezes a cada quinze dias e adquire cerca de 1000 dólares em mercadorias, que já foram apreendidas em postos de fiscalização diversas vezes. Sérgio nunca regularizou suas importações junto a Receita Federal.

20/05/05 - CD's piratas apreendidos no Oiapoque

Dez mil CD's e DVD's piratas (falsificados) ou contrabandeados foram apreendidos na manhã de ontem em boxes do Shopping Popular Oiapoque, no Centro de Belo Horizonte. A blitz mobilizou 15 detetives da Delegacia Especializada na Repressão a Crimes de Informática e às Fraudes Eletrônicas (Dercife) e dez policiais militares da 6ª Companhia do 1º Batalhão, após denúncia apresentada pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepi). Duas pessoas, que alegaram não serem proprietários da mercadoria, mas funcionários dos boxes, foram levadas à delegacia, interrogadas e liberadas.

Os funcionários detidos vão responder na Justiça pelo crime de violação do direito autoral, cuja pena vai de dois a quatro anos, mas passível de punição alternativa. “Os donos dos boxes também serão responsabilizados, já que seus nomes estão relacionados na administração do shopping”, disse a delegada Andréia Ferreira Silva Araújo, que comandou a operação. “A prefeitura (PBH) e os responsáveis pelo empreendimento também deverão ser responsabilizados. Vai depender de denúncia do Ministério Público, que poderá ser feita após o fechamento do inquérito”, completou. A prefeitura informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não tem conhecimento de produtos contrabandeados ou pirateados nos camelódromos da capital. Sobre a afirmação da delegada, a PBH não deve se pronunciar até uma intimação da Justiça.

O prejuízo supostamente causado por essa atividade no país gira em torno de R\$ 130 milhões, de acordo com o agente técnico de fiscalização da Adepi, Paulo César de Oliveira. “Esse prejuízo impede a expansão do mercado e tira investimentos e empregos. Traz perdas também para as locadoras, já que muitos dos filmes que encontramos hoje (ontem), ainda nem foram lançados”, disse. Ainda segundo o agente, a maioria dos shoppings populares da RMBH comercializa produtos falsificados, vendendo até para atravessadores, que transportam as mercadorias para cidades do interior.

30/05/05 - Polícia Federal fecha mais uma fábrica pirata em Pernambuco

Caruaru/PE – Policiais federais lotados na delegacia de polícia federal em Caruaru realizaram nesta quinta-feira, 26, operação policial naquela cidade onde descobriram uma fábrica que produzia cd's e dvd's em larga escala. No local foram encontrados também produtos provenientes de roubo. Foram apreendidos cerca de 7.000 produtos falsificados.

Os irmãos Adenílto Simões de Macedo e Adenildo Simões de Macedo foram autuados em flagrante por contrabando, formação de quadrilha e receptação de produtos roubados (artigos 334, 288 e 180 do Código Penal Brasileiro, respectivamente), com penas que variam de um a oito anos de reclusão. Joice Alves da Silva também foi flagrada no momento em que fazia reproduções de cd's e dvd's, sendo também conduzida àquela delegacia de polícia federal e autuada por crime de violação de direito autoral (artigo 184 do CPB), com penas que variam de dois a quatro anos de reclusão

02/06/05 - Guardas apreendem CDs piratas no Centro e em Bangu

RIO – A Guarda Municipal apreendeu, na tarde desta quarta-feira, 144 CDs piratas de música em duas ações rotineiras de controle urbano no Centro e em Bangu. Por volta das 14h30, equipe do Grupamento Tático Móvel recolheu 84 CDs que foram abandonados por camelô na Rua da Conceição, no Centro.

Meia hora depois, quatro guardas da 5ª Inspetoria (Bangu) apreenderam 60 CDs de música, além de cem capas falsificadas de filmes para DVDs na Rua Fonseca. O ambulante fugiu do local. Todo o material foi encaminhado a fiscais da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Governo.

06/06/05 - Polícia estoura fábrica clandestina de videogames

A polícia de Ribeirão Preto prendeu, na noite de anteontem, quatro homens que estavam montando centenas de equipamentos de videogame num galpão do bairro Lagoinha com componentes falsificados ou contrabandeados. Os policiais suspeitam do envolvimento da máfia chinesa no caso. Os quatro homens foram autuados em flagrante por formação de quadrilha e descaminho ou contrabando. Segundo o delegado do 8.º Distrito Policial, Marcos César Borges, o local passou a ser investigado após uma denúncia anônima de que era um ponto de tráfico de drogas. Logotipos da multinacional Sony, caixas e embalagens e até códigos de barras eram falsificados no local.

15/06/05 - Prefeitura intensifica combate à pirataria.

Desde o início dos anos fiscais já apreenderam 5 mil óculos e mais de 20 mil CDs piratas no Centro da cidade de Juiz de Fora/MG. A Diretoria de Política Urbana (DPU) da Prefeitura de Juiz de Fora, a 255 quilômetros de Belo Horizonte, na Zona da Mata, apertou o cerco ao comércio clandestino, para evitar o consumo de produtos pirateados que põem em risco a saúde pública. Todo o material apreendido na cidade, desde o início do ano, foi levado para depósitos públicos, que já acumulam 5 mil óculos e mais de 20 mil CDs. Na semana passada, fiscais evitaram que diversos frascos de perfumes, que seriam encheidos com líquidos desconhecidos - e vendidos por ambulantes, como marcas famosas -, chegassem às ruas.

"A população vem sendo ameaçada por esse tipo de produto", declarou o diretor da DPU, Antônio Carlos Guimarães Rocha. Se chegasse aos consumidores, o perfume falsificado poderia provocar diversos problemas de saúde, conforme alerta a médica alergologista Simone Miranda de Oliveira. "Esses produtos não são dermatologicamente testados.

O médico oftalmologista Antônio Gabriel lembra que óculos escuros vendidos no comércio clandestino não oferecem proteção contra os raios ultravioletas (UVA). "O uso desses produtos pode provocar lesões na região central da retina, causando cegueira", frisa. De acordo com o médico, lojas e clínicas especializadas têm fotômetro, aparelho usado para medir a densidade dos raios UVA nas lentes. Por isso, podem garantir a eficácia do produto.

Outra prática arriscada, segundo o oftalmologista, é a compra de óculos de grau no comércio clandestino. "As pessoas que compram óculos sem consultar um especialista deixam de fazer exames que poderiam diagnosticar diversas doenças oftalmológicas que, se tratadas prematuramente, têm cura", esclarece.

DOAÇÃO A Prefeitura de Juiz de Fora tem uma equipe de 22 fiscais para atuar no Centro da cidade, incluindo pessoal de apoio e policiais militares. Os fiscais também estão proibindo a presença de pessoas, não credenciadas, que oferecem teste de glicose e medição da pressão arterial nas ruas. A DPU recebeu reclamação formal de um consumidor, que se submeteu a um teste e apresentou problemas, porque o procedimento foi feito de forma incorreta. Entre as mercadorias apreendidas por fiscais da prefeitura, estão ainda brinquedos, roupas, meias, tênis, sombrinhas e DVDs. De acordo com a administração municipal, será marcada uma data para que o prefeito Alberto Bejani faça a doação de parte do material a entidades filantrópicas. Outros produtos, como CDs piratas, serão destruídos.

No fim do ano passado, uma manifestação organizada por 30 ambulantes de Juiz de Fora interrompeu, por dez minutos, o tráfego numa das principais avenidas da cidade. Eles se mobilizaram em frente ao prédio da prefeitura e só deixaram o local com a chegada da PM. As denúncias sobre comércio irregular podem ser feitas pelo telefone 156 ou diretamente nas regionais de fiscalização do município.

20/06/05 - Polícia apreende 2.000 DVDs piratas.

Cerca de 2.000 DVDs piratas e outros materiais usados para falsificação foram apreendidos pela Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, no bairro Maracanã, em Cariacica, na noite de sexta-feira. Antônio Carlos Pereira, 40 anos, foi preso em flagrante e levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vitória. Uma equipe da delegacia investigava uma denúncia sobre falsificação de documentos de carros no bairro e acabou se deparando com Antônio Carlos, envolvido no crime de pirataria. Depois do flagrante, também foi descoberto um depósito no Trevo de Capuaba, Vila Velha, onde os falsificadores guardavam o material. Segundo informações passadas por investigadores da delegacia, o material apreendido era vendido no bairro Campo Grande, em Cariacica.